

MARTA ROVAI

LÍVIA MONTEIRO

**GÊNERO,
SEXUALIDADES
E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS:**

um guia para o
Ensino de História

Organizadoras

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Livia Nascimento Monteiro

Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais:

Um guia para o Ensino de História

Alfenas-MG

UNIFAL-MG

2021

© 2021 Direito de reprodução do livro de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Título: Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o ensino de História
Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/ebooks>



Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 -Centro
Alfenas – Minas Gerais – Brasil – CEP: 37.130-001

Reitor: Sandro Amadeu Cerveira

Vice-reitor: Alessandro Antônio Costa Pereira

Sistema de Bibliotecas da UNIFAL-MG / SIBI/UNIFAL-MG

Autore(as): Adriély Aparecida Feliciano, Cristiane Maria de Oliveira, Diego Mateus Ferreira, Drielly Bezerra Café, Eulália Maria Rabelo Duarte, Evelyn Soares de Abreu, Gabriel Donizetti Ferreira Simionato, Gabriela Alves Oliveira, Gian Carlo Camilo Telles, Gustavo Barcelo de Melo, Isabella Sampaio de Carvalho, João Otávio Brasileiro Martins, José Luiz Alves Neto, Juliano dos Reis da Silva, Larissa das Graças Fernandes, Lívia Nascimento Monteiro, Luara Conceição Santos, Lucas da Silva Borges, Luís Mauro de Paiva Santos, Marcella Muche Girão, Maria Fernanda de Lima Silva, Mariana Aparecida Rodrigues, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Milena Magalhães da Silva, Tainara dos Reis Tavares, Tariny da Silva Dias Leite, Vanderlea dos Santos Resende, Verônica Costa Silva.

Organizadoras: Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Lívia Nascimento Monteiro

Editoração e ilustração: Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Capa e contra-capas: Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Revisão Textual: Odete Firmino Alhadadas Salgado

Apoio à editoração: Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Lívia Nascimento Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal
de Alfenas Biblioteca Central – Campus Sede

G326 Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o Ensino de
História / Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Livia Nascimento Monteiro
(Organizadoras) – Alfenas – MG: Editora Universidade Federal de Alfenas,
2021.
312 f.: il. –

Obra selecionada no primeiro edital (Nº PROEX 05/2020) do Conselho
editorial da Proex

ISBN: 978-65-86489-47-7 (e-book)

Vários autores

Inclui Bibliografia.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Relações étnico-raciais. 4. Ensino de História.
I. Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (org.). II. Monteiro, Livia Nascimento (org.).
III. Título.

CDD- 306

Ficha Catalográfica elaborada por Marlom Cesar da
Silva Bibliotecário-Documentalista
CRB6/2735

*A todo(a)s docentes da educação básica no Brasil que estão na linha de frente
e ao(à)s futuro(a)s professore(a)s que acreditam que o ensino
é uma forma de transformar a vida.*

GT2



SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
1. APRESENTAÇÃO	15
2. PARTE I – GLOSSÁRIO	20
2.1 ASSEXUALIDADE.....	22
2.2 BISSEXUALIDADE.....	26
2.3 CISGENERIDADE.....	31
2.4 ESTIGMA.....	37
2.5 FEMINISMO COMUNITÁRIO.....	39
2.6 FEMINISMO DECOLONIAL.....	40
2.7 FEMINISMO ECOLÓGICO (ECOFEMINISMO).....	41
2.8 FEMINISMO INDÍGENA.....	42
2.9 FEMINISMO LIBERAL/REFORMISTA.....	44
2.10 FEMINISMO MARXISTA.....	45
2.11 FEMINISMO NEGRO.....	47
2.12 FEMINISMO RADICAL.....	49
2.13 GÊNERO.....	52
2.14 HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA.....	57
2.15 IDENTIDADE DE GÊNERO.....	61
2.16 INTERSECCIONALIDADE.....	61
2.17 INTERSEXUALIDADE.....	63
2.18 LESBIAN(I)DADE.....	74
2.19 LGBTFOBIA.....	75
2.20 LINGUAGEM NÃO-SEXISTA.....	76
2.21 MASCULINIDADES.....	82
2.22 MOVIMENTO LGBTQIA+.....	83
2.23 NÃO-BINARIEDADE DE GÊNERO.....	89

2.24	ORIENTAÇÃO AFETIVO-SEXUAL.....	93
2.25	PATRIARCADO.....	97
2.26	PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO.....	98
2.27	QUARTA ONDA DO FEMINISMO.....	102
2.28	QUEER.....	102
2.29	RACISMO.....	106
2.30	SAIR DO ARMÁRIO.....	109
2.31	SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO.....	110
2.32	SEXISMO.....	111
2.33	SEXUALIDADES.....	112
2.34	TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO.....	118
2.35	TRANSFEMINISMO.....	119
2.36	TRANGENERIDADE, TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE..	120
2.37	VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	125
3.	PARTE II – PROPOSTAS DE ENSINO PARA INSPIRAR.....	127
3.1	Uma Breve Conversa Sobre Nossas Propostas.....	128
3.2	Museus.....	133
3.2.1	Os museus, as memórias e os patrimônios silenciados.....	134
3.2.2	Museu da Pessoa.....	136
3.2.3	Museu da Diversidade Sexual.....	138
3.2.4	Museu Travesti do Peru.....	140
3.2.5	Close.....	141
3.2.6	Instituto Cultura, Arte e Memória LGBT.....	143
3.3	Oficinas.....	144
3.3.1	Oficina com o glossário.....	146
3.3.2	Oficina sobre feminismos.....	149
3.3.3	Oficina sobre interseccionalidades.....	152
3.4	Minibiografias.....	156
3.4.1	Minibiografias de mulheres negras, LGBTQIA+ e indígenas na sala de aula.....	157
3.4.2	Aline Pachamama.....	160
3.4.3	Beatriz Nascimento.....	163
3.4.4	bell hooks.....	166

3.4.5	Carolina Maria de Jesus.....	169
3.4.6	Chimamanda Adichie.....	172
3.4.7	Conceição Evaristo.....	175
3.4.8	Djamila Ribeiro.....	178
3.4.9	Eliane Potiguara.....	181
3.4.10	Graça Graúna.....	184
3.4.11	Jaqueline de Jesus.....	187
3.4.12	Jenyffer Nascimento.....	190
3.4.13	Jurema Werneck.....	193
3.4.14	Lélia Gonzalez.....	196
3.4.15	Márcia Kambeba.....	199
3.4.16	Marielle Franco.....	202
3.4.17	Megg Rayara.....	205
3.4.18	Patricia Collins.....	208
3.4.19	Paulina Chiziane.....	211
3.4.20	Sônia Guajajara.....	214
3.4.21	Xica Manicongo.....	216
3.5	Recursos.....	219
3.5.1	Recursos pedagógicos, fontes e linguagem no processo ensino-aprendizagem.....	220
3.5.2	Iconografia.....	223
3.5.3	Produção Audiovisual (Séries e filmes).....	230
3.5.4	Fonte impressa.....	242
3.5.5	Mídias digitais.....	252
3.5.6	Letras de Músicas.....	262
3.5.7	Poema (Slam).....	274
3.5.8	Acervo digital.....	279
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SUGESTÕES DE LEITURA.....	283
	SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	304
	SOBRE OS AUTORES E AUTORAS.....	306
	SOBRE O ILUSTRADOR.....	310

PREFÁCIO

É uma satisfação escrever o prefácio de uma obra dedicada aos Estudos de Gênero, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais no Ensino de História, áreas com as quais minha própria atuação tem se vinculado. Mais ainda, por ser esta, uma obra de autoria coletiva, construída na potência que vibra nos cotidianos das relações de ensino e que resiste às dificuldades impostas pelo tempo que vivemos. O livro *Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o ensino de História* é um livro que trata de conceitos e epistemologias de gênero, com linguagem e formato que oferecem ao leitor, caminhos para a incorporação de necessários olhares de gênero e suas intersecções sobre os currículos, na prática do ensino de História. Mais que olhares de gênero, este trabalho com lindas ilustrações, repletas de cor e personalidade, nos incentiva também às escutas e aos falares que fazem vivo o espaço da sala de aula e agregam possibilidades de humanização às aprendizagens. Seus efeitos possíveis, contudo, não se limitam ao público de professoras, professores e estudantes de licenciaturas. A constituição de sentidos realizada pelas escritas e ilustrações vai além, sendo possível que a obra seja uma leitura significativa para qualquer pessoa que queira aprender sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais.

Numa trajetória que inclui demandas e lutas sociais; conferências de Estado e pesquisas acadêmicas, o gênero tornou-se categoria de análise que identifica construções históricas e sociais praticadas a partir da percepção das diferenças sexuais, de classe e de raça e que está presente em todo o nosso mundo cultural. As relações de gênero, organizam e são organizadas, produzem e são produzidas no tempo, assim também, a sexualidade e a raça, enquanto dimensões fundamentais da experiência humana, podem evidenciar construções históricas que envolvem relações de dominação e subordinação. Por esses motivos, gênero, raça e sexualidade são assuntos históricos. Nesse ponto, é válido o questionamento: A cidadania composta por ampliação de direitos e da consciência de si enquanto partícipe de processos históricos e ocupante de lugares sociais, pode ser construída por qualquer tipo de aula ou conteúdo histórico? (Medeiros, Regiani, 2020, p. 488)

Não, ela não pode. A consciência histórica se desenvolve dentro e fora do ensino formal, mas a participação neste último não garante, por si, a efetivação das

capacidades de constituição de sentidos e orientação temporal. A mobilização do saber histórico em permanente diálogo com a cultura histórica pode propiciar noções ampliadas de cidadania e capacidades de exercícios de alteridade, por meio do aprofundamento do senso crítico, quando observados alguns condicionantes que incluem questões, como formação docente; planejamento; diversificação de materiais e linguagens; atualização de bibliografias e oportunidades para a comunicação entre os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

Mesmo que estejam em curso tantas batalhas de significação sobre os currículos, as concepções do Ensino de História ainda são frequentemente baseadas em um universal masculino supostamente neutro. Essa condição reforça subjetividades que corroboram com a falsa ideia de que as desigualdades de gênero e raça sempre existiram e que pertencem à ordem do que é natural. As novas epistemologias fundamentam pesquisas que auxiliam na compreensão dos ideais, das expectativas e das imposições relacionados às feminilidades, às masculinidades e, também, às sexualidades e à branquitude. No Ensino de História essas construções sociais são relacionadas com fatos e contextos ocorridos ao longo do tempo, indicando-se rupturas e continuidades. Desse modo, não há um momento específico na educação histórica para uma história específica dessas relações. Em outras palavras, nas aulas de História esses temas devem ser discutidos sempre, inseridos nos eventos e contextos históricos abordados nos conteúdos.

Se nos currículos formais os silêncios e os apagamentos ainda persistem, é no cotidiano do ensino em cada aula de História que professoras e professores podem trabalhar todo conhecimento histórico de obrigatoriedade comum, considerando e ampliando as construções de gênero, sexualidade e raça que deles fazem parte. A cada aula, é preciso abordar a historicidade inerente à construção das masculinidades e feminilidades, das cisheteronormatividades e do racismo em cada período; processos que mantêm relações com outros aspectos do social, como por exemplo, com a divisão social do trabalho, tanto no público quanto no privado, ou ainda com as diferenças nos comportamentos sexuais nas sociedades ao longo do tempo. É fundamental que o ensino de História demonstre ainda que determinadas pessoas podem viver condições de opressão em função do gênero e também de outros marcadores sociais que conotam subordinações, como classe, raça, idade e religião. Afirmo com tranquilidade que os

autores e autoras desta obra não perderam de vista a integração dessas condições sociais que podem ser chamadas de interseccionalidades.

Presenciamos contemporaneamente a mobilização de um grande “pânico moral” (Miskolci, 2007) que se vincula à busca por controle social por meio da regulação de corpos e afetos. No que se refere às escolas, essa tentativa de padronização gira em torno da condenação do uso da categoria de gênero. Os discursos que desqualificam o gênero nas escolas apoiam-se justamente no estabelecimento de sentidos e definições distorcidas para o termo, bem como para suas finalidades na prática docente. Joan Scott (2020, p.19) levanta a importante questão: “Se existe grande consternação sobre o gênero, que ideias e instituições políticas estão buscando legitimação na ‘verdade’ duradoura da diferença de sexo?”. Acredito que esse seja um ponto do debate sobre o qual devemos insistir.

A inserção no ensino das perspectivas de gênero presentes em cada tempo e da historicização da sexualidade e da raça, relaciona-se com um compromisso assumido por docentes com a defesa de que as pessoas que vivem as “dissidências” em relação aos ideais de masculinidade, feminilidade, branquitude e cisheteronormatividade, devem ter suas identidades e seus direitos respeitados. Discutir essas dimensões no Ensino de História fundamenta-se num equilíbrio entre “despresentificar” comportamentos e ideias do passado, ao mesmo tempo em que se evidenciam as camadas de passado que compõem cada identidade e cada prática cultural do presente.

A incorporação deste olhar cuidadoso em cada assunto do conhecimento histórico deve ser operada pela consideração dos textos visíveis e invisíveis presentes no ensino. É preciso preencher vazios e silêncios do currículo sobre as condições e determinações de gênero e suas interseccionalidades em cada tema de história, pela via da ação pedagógica que se ampara em conhecimento e compromisso com a transformação social. Constituindo-se um ambiente complexo, numa aula de História o conhecimento histórico é transmitido e produzido por professoras e professores juntamente com suas alunas e alunos; porém, nesse espaço, não apenas a narrativa da História científica se apresenta, mas também as narrativas que circulam pela cultura histórica, trazendo para o cotidiano da sala de aula identidades, dissidências, conflitos, memórias, passados difíceis e custos sociais surgidos no próprio debate.

Nesse reconhecimento dessas construções sociais na história pela narrativa da História ensinada, diferentes fontes e linguagens para a produção de aprendizagens na

educação histórica devem ser utilizadas. Apesar da importância do livro didático, recurso presente na maioria das escolas brasileiras, há décadas inúmeras pesquisas e debates já apontam para suas limitações. Assim, as potencialidades dos debates serão mais exploradas em sua força e complexidade quando articuladas a outras fontes e linguagens, como músicas; biografias; filmes; textos veiculados nas mídias, entre tantas outras possibilidades que permitam que o ensino seja, como toda educação, “entendido como prática social transformadora e assim sendo, dependente da ação pedagógica e política de docentes comprometidos com a construção coletiva de uma cidadania na qual o estudante esteja envolvido num projeto de humanização de si e do outro” (Medeiros; Reginani, 2020, p. 488).

A presença dos debates sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais nos diferentes níveis e modalidades de ensino e na formação de professoras e professores significa um posicionamento; constitui uma atitude de compromisso político, para com a diminuição das desigualdades presentes em diversos âmbitos da sociedade, como nas relações familiares; na divisão do trabalho; na cultura escolar; na esfera política, bem como na própria escrita e ensino de História. Mas, para que professoras e professores possam assumir esse compromisso com a redução das desigualdades de direitos baseadas em ontologias segregadas ao silenciamento, é preciso que o façam com a segurança que as teorias, os métodos e o conhecimento histórico proporcionam.

Há nas páginas deste livro, apontamentos sobre essa discussão, por meio de duas perspectivas fundamentais: primeiro, esclarece sobre termos, conceitos e referências para que haja uma melhor compreensão das relações que todos nós vivemos em sociedade; segundo, orienta o fazer pedagógico, trazendo segurança para que professoras e professores possam discutir as temáticas em suas aulas de modo construtivo. Acredito que a potência deste trabalho de autoras e autores que desdobraram o espaço de formação, em espaço de comunicação, se encontra na consideração dos públicos que fica evidente em cada página. A obra se dedica à exposição de definições conceituais, orientações didáticas, pequenas biografias e indicações bibliográficas, contemplando assim públicos com interesses diversos. As partes que a compõem podem, em medidas diferentes, ser trabalhadas: fontes de leitura para docentes; trabalhadores técnicos da educação; estudantes de Licenciaturas principalmente; mas não exclusivamente de História; estudantes de ensino básico e

sujeitos que são parte da comunidade escolar, mas que não vivem o cotidiano da escola e possuem dúvidas sobre o tema, como as famílias de alunas e alunos.

Um guia para um Ensino de História posicionado (Rovai; Monteiro, 2020) e para um tempo no qual todas as pessoas, sejam elas de qualquer raça, etnia e sexo, que se identifiquem com qualquer gênero ou com nenhum deles e que vivam as mais diversas formas de sexualidade e afeto, tenham seus direitos reconhecidos em dimensões de convivência ética. Um guia para um tempo em que toda vida possa ser vivida em plenitude. Por fim, eu penso e sempre digo aos meus alunos e às minhas alunas que ensinar História pode ser uma forma de amar o mundo. Encontrei nas páginas deste livro uma diversidade de gestos de amor pelo mundo.



Profa. Dra. Kenia Gusmão Medeiros
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)

APRESENTAÇÃO

UMA CRIAÇÃO COLETIVA

Este livro é resultado do processo de leituras, pesquisas e debates desenvolvidos durante o período de ensino remoto emergencial no Grupo de Trabalho **Gênero e Sexualidades no Ensino de História**, entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, e entre outros GTs existentes ficou conhecido como GT2. Ele reuniu discentes do curso de Graduação em História, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), sob a orientação inicial das professoras Lívia Nascimento Monteiro e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, e do professor Marcelo Hornos Steffens, que acompanhou as primeiras atividades.

A reunião em torno desta temática atende a demandas sociais e identitárias que atravessam a universidade e a defesa do ensino de História para que as aulas promovam processos participativos e inclusivos, voltados à troca de saberes, ao protagonismo de novos(as) sujeitos(as) e ao acolhimento de experiências historicamente silenciadas na escola e fora dela. Os debates em torno das relações de gênero, atravessadas pelas questões de raça, pelas sexualidades e por outras interseccionalidades, assim como as re(x)istências LGBTQIA+, têm encontrado terreno fértil nas práticas de professore(a)s de História comprometido(a)s em problematizar os chamados temas sensíveis (Pereira, Seffner, 2018) e tornar suas aulas momentos de exercício de uma história pública e democrática.

Durante anos a história ensinada nas escolas, assim como a própria ciência histórica, restringiu-se a narrar quase que exclusivamente eventos políticos e econômicos, cujos personagens eram majoritariamente homens brancos e cisheterossexuais; modelos eurocentrados e tratados como heróis individuais ou líderes da resistência coletiva. A historiadora Thais Fonseca (2006) aponta, ainda, que durante muito tempo houve o império da memorização de datas e fatos e dos heróis que diziam respeito a uma concepção elitista e linear da história que negligenciava, ignorava e silenciava outras experiências humanas, colonizando o saber histórico.

Os movimentos sociais e identitários que ganharam força nas últimas décadas, envolvendo pessoas e coletivos negros, LGBTQIA+, indígenas e feministas (em suas interseccionalidades), atravessaram a escola, a ciência e o ensino de História com suas

demandas por visibilidade e reconhecimento de suas presenças e vozes contra certas amnésias da sociedade.

Ao longo dos anos 1990 e 2000 muitos marcos legais foram criados no Brasil para garantir o combate às discriminações nas escolas, fruto desses movimentos sociais que pleiteavam tais ações e as políticas públicas no período. A lei nº 10.639/2003, ampliada em 2008 para a lei nº 11.645, tornou obrigatório o ensino da história dos africanos, afro-brasileiros e indígenas em todas as instituições de ensino do país e propôs uma educação antirracista como cerne (Pereira, Monteiro, 2013). Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e médio, dentre os conteúdos listados para serem trabalhados em sala, as diversidades de gênero e sexualidades, raça, etnia, religião compõem essa lista, especialmente como conteúdos curriculares para enfrentar os preconceitos.

Porém, ao menos nos últimos anos, com a implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), as Reformas do Ensino Médio e das políticas curriculares no Brasil, somado à ascensão do conservadorismo na política e sociedade, diversos obstáculos têm sido colocados para uma educação antissexista, antirracista e democrática (hooks, 2019). O conceito de gênero, por exemplo, foi retirado da BNCC (Souza, 2020), que tenta inibir também a autonomia docente. Apesar desses empecilhos e problemas, acreditamos que podemos ensinar a transgredir, como bell hooks (2017) nos inspira, para promover uma educação como prática da liberdade. Esse guia é uma tentativa.

A apropriação das novas tecnologias também trouxe importantes contribuições para se pensar novas epistemologias, narrativas e práticas voltadas ao ensino de História sob a perspectiva da história pública¹. Temas como a história das relações de gênero, raça, etnia e sexualidade, a negritude, a branquitude, a diversidade e os direitos humanos, assim como formas de violência como a lgbtfobia, o racismo e o sexismo têm ocupado mais espaço na produção, na circulação de conhecimento e no ensino, levando em conta a multiplicidade de saberes, as memórias em rede e os diferentes usos do passado. Apesar da permanência, ainda, de metodologias tradicionais, o discurso acadêmico e o livro didático deixaram de ser agentes ou meios exclusivos do conhecimento e do ensino

¹ Quanto aos debates sobre as relações entre história pública e ensino de História, indicamos a leitura dos livros História pública e ensino de História, organizado por Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira (2021) e História Pública em movimento, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Rogério Rosa Rodrigues (2021), ambos pela Editora Letra e Voz.

histórico, uma vez que a construção e a divulgação de narrativas ampliaram-se por múltiplos sujeitos e suportes, como o cinema, o rádio, a literatura, as exposições museológicas e, em especial, as plataformas digitais com os sites, blogs, podcasts, vídeos e outros formatos (Carvalho; Lucchesi, 2018).

O ensino de História, porém, não deve se reduzir às práticas de uma história pública digital, mas ampliar-se em processos dialógicos dentro e fora da sala de aula, abordando diferentes procedimentos. Entendido sob a perspectiva da história pública (Almeida; Rovai, 2011), ele também não se reduz à transposição hierárquica de conhecimentos históricos acadêmicos a um público passivo (alunos e alunas), mas deve ser um movimento constante de reconhecimento de sujeitos com experiências e saberes diversos ao longo da história e no tempo presente, levando em conta os usos de suportes, procedimentos e conceitos historiográficos que permitam estimular e fazer provocações em torno das temáticas de gênero, sexualidade, raça e classe (Rovai; Monteiro, 2020).

Essas reflexões fizeram parte dos encontros realizados pelo GT Gênero, sexualidades e ensino de História, a partir de leituras e debates teóricos, de pesquisas e da elaboração e ponderações acerca de atividades, com a finalidade de não oferecer receitas ou respostas, mas contribuir para dar suporte conceitual e pedagógico ao(à)s professore(a)s que aceitem o desafio de ampliar a visão sobre a história, questionar silêncios e reconhecer demandas sociais, políticas e culturais do tempo presente trazidas pelo(a)s próprio(a)s aluno(a)s inserido(a)s no mundo plural e em conflito.

O livro foi elaborado de forma coletiva, por docentes e discentes, como resultado do rico processo de estudos realizado, de forma a contribuir com um ensino de História descolonizado, decolonial e humanizado. Nossos encontros aconteceram remotamente e mediado por tecnologias, em virtude da pandemia da covid-19 e da situação de crise sanitária e humanitária que nos encontramos. Apesar dos desafios, acreditamos que a Universidade pública continua sendo um território de educação pública, gratuita e de qualidade e essa obra representa também todo esse esforço de fortalecer a história e a memória de grupos diversos. Os nomes de todos(as) o(a)s autores(as), que trabalharam em conjunto, estão no final do livro. A capa e ilustrações foram elaboradas pelo discente Gabriel Donizetti Ferreira Simionato, a quem agradecemos pela parceria criativa e dedicação.

O livro se divide em duas partes: a primeira apresenta um Glossário de conceitos e autoras, a partir do qual docentes possam se preparar e realizar leituras mais aprofundadas (apontadas nas referências ao final do livro). A segunda sugere trabalhos colaborativos para se pensar os usos do passado e o tempo presente, por meio de museus LGBTQIA+, minibiografias de mulheres negras, transexuais e indígenas escolhidas pelo grupo, assim como oficinas e sugestões de linguagens e recursos didáticos, elaboradas a partir dos constantes debates, pesquisas e leituras.

Esperamos que as propostas inspirem, provoquem novas ações inclusivas e produzam práticas mais humanizadas e voltadas ao aprendizado pela diversidade. Aproveitem!

PARTE I

GLOSSÁRIO



ASSEXUALIDADE

Quando pensamos a expressão assexual, temos alguns equívocos conceituais que historicamente, foram pensados para definir pessoas, pois muitas vezes a assexualidade foi patologizada, desvalorizada e invalidada pelas abordagens convencionais da sexualidade humana (Carvalho, 2019). Para tanto, podemos trazer à tona novos debates que nos ajudam a entender como cada indivíduo, que se reconhece dentro da assexualidade, muitas vezes não se baseia apenas na ideia de falta de desejo sexual.

Ana Catarina Monteiro Carvalho (2019) afirma que não existe um padrão que nos ajude a identificar de forma precisa o que pode ser a assexualidade. Devemos questionar o imaginário social que apresenta a sexualidade como um dado natural e as formas de lidar com o corpo e o desejo como padrões. A chamada Teoria Queer procura romper com a ideia de que a sexualidade seja algo fixo e natural, defendendo que ela é uma construção constante e ritualística das vivências subjetivas, em meio a definições sociais.

Mauro Brigadeiro (2013) aponta que, segundo a *Asexual Visibility and Education Network* (AVEN), uma pessoa assexual, diferente de uma celibatária, não escolhe sua condição e não é aquela que não pratica o ato sexual. Ela é alguém que não experimenta atração sexual, sem significar, também, que ela não seja capaz de amar. Há diversas formas de um indivíduo assexual lidar com seus sentimentos e desejos, podendo passar pela atração e excitação, e desenvolvendo

diferentes comportamentos sexuais (Brigadeiro, 2013; Carvalho, 2019). Portanto, pessoas assexuais podem se deixar excitar por outras razões e não veem a falta de excitação sexual como um problema que deva ser corrigido. A atração por outra pessoa também existe, a partir da dimensão estética, afetiva ou de qualquer ordem que não passa, necessariamente, pela questão sexual.

As pessoas assexuais podem se posicionar de diversas formas do que conhecemos como romântico ou arromântico.

Lucas da Silva Borges

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BRIGADEIRO, Mauro. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. *Sexualidade, Saúde Social*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 253-283, 2013.

CARVALHO, Ana Catarina M. *A Assexualidade e a Orientação Romântica: Estudo Comparativo entre o Grupo Assexual Romântico e o Grupo Assexual Arromântico*. 69 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações) - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2019.

ROZENTHAL, Eduardo. Assexualidade: um olhar psicanalítico para o futuro. *Cad. Psicanál.* (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 40, n. 38, p. 111-124, 2018.



ALEXANDRA KOLLONTAI

1872-1952

Intelectual e militante russa, teórica do marxismo e pioneira do feminismo marxista. Participou como uma das líderes da Revolução Russa de 1917 e foi uma grande crítica do feminismo liberal/burguês e das opressões de gênero presentes no regime soviético.

Algumas Obras

As relações entre os sexos e a luta de classes (1911)

O trabalho feminino no desenvolvimento da economia (1921)



ANGELA DAVIS

1944-

Intelectual feminista estadunidense, filósofa e ativista. Foi integrante do movimento Panteras Negras, na década de 1960, nos Estados Unidos. É PhD pela Universidade Humboldt de Berlim (1969) e professora emérita na Universidade da Califórnia, com grandes contribuições ao pensamento interseccional entre gênero, raça e classe.

Algumas Obras

Mulheres, raça e classe (1981)

Mulheres, cultura e política (1989)

A liberdade é uma luta constante (2018)

DB

BISSEXUALIDADE

Juliano dos Reis da Silva

Historicamente o termo sexualidade esteve relacionado diretamente à atividade reprodutiva. Porém, atualmente compreende-se que as suas definições são bem mais amplas. O documento *Promotion of Sexual Health: Recommendations for Action*, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), com colaboração da Associação Mundial de Sexologia (WAS), coloca que a sexualidade está relacionada ao núcleo do bem-estar humano que inclui: gênero, identidade de gênero, orientação sexual, identidade sexual, erotismo, apego emocional, atividade sexual, prática sexual, sexo mais seguro, e comportamentos sexuais responsáveis.

Portanto, é possível dizer que a sexualidade é experimentada de diversas formas, por meio de pensamentos, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, regras, relacionamentos e imaginação.

A orientação sexual se refere ao tipo de atração que temos pelas outras pessoas. Assim sendo, alguém pode se interessar por pessoas do mesmo sexo, de sexo diferente, dos dois ou também não se interessar sexualmente por ninguém.

A bissexualidade se refere a uma orientação sexual em que há atração ou interesse em relações sexuais ou afetivas com pessoas de ambos os gêneros binários. A bissexualidade não se refere à indecisão de orientação sexual; isto é um mito. Por este motivo existe a invisibilidade bissexual, até mesmo dentro do Movimento LGBTQIA+, bem como a bifobia, que é a deslegitimação das experiências bissexuais, sendo usado também para descrever reações negativas de pessoas heterossexuais, lésbicas e gays em relação à bissexualidade.

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BOLGUESE, Are. *Saiba tudo sobre a bissexualidade*. 2020. Disponível em: <https://zenklub.com.br/blog/amor/bissexualidade/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

COSTA, Cláudia C. N. da. *et al. Precisamos falar sobre bissexualidade*. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/precisamos-falar-sobre-bissexualidade/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

JAEGER, Melissa B. *et al.* Bissexualidade, bifobia e monossexismo: Problematizando enquadramentos. *Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 11, p. 01-16, 2019.

PAHO; Who. *Promotion of Sexual Health: Recommendations for Action*. Antigua Guatemala: PAHO, 2000.



BEATRIZ NASCIMENTO

1942-1995

Historiadora, roteirista e ativista brasileira. Formou-se pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atuou como professora na rede pública de ensino. Intelectual com contribuições ao feminismo negro brasileiro e ao pensamento interseccional entre gênero, classe e raça.

Algumas Obras

A mulher negra no mercado de trabalho (1976)

Documentário Ôri (1989)

Uma história feita por mãos negras (2021)



BELL HOOKS

1952-

É uma filósofa e ativista do feminismo negro estadunidense. Formada pela Universidade da Califórnia (1983), é professora em Berea College. Hooks é crítica ao sujeito universal do feminismo e contribui para reflexões sobre interseccionalidades e sobre o amor como ação política de resistência contra as diferentes opressões de classe, gênero e raça.

Algumas Obras

E eu não sou uma mulher? Mulheres e feminismo (1981)

O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras (2000)

Tudo sobre o amor (2021)



BETTY FRIEDAN

1921-2006

Psicóloga e ativista, é formada pela Universidade da Califórnia (1943). É co-fundadora da Organização Nacional para Mulheres nos Estados Unidos, com contribuições ao chamado feminismo liberal estadunidense.

Algumas Obras

A mística feminina (1963)

The Second Stage (1983)

Beyond Gender: The New Politics of Work and Family (1997)

C

CISGENERIDADE

Segundo a intelectual transfeminista Viviane Vergueiro (2015, p. 192), a cisgeneridade é uma identidade de gênero naturalizada e transformada em modelo: “é aquilo que a heterossexualidade é para as orientações sexuais (apesar das frequentes confusões entre identidade de gênero e sexualidade), e que a branquitude é para as raças-etnias”.

A cisgeneridade enfatiza a visão binária, dividida entre homem e mulher, a partir das características biológicas. Assim, uma pessoa cisgênera é aquela cuja identidade de gênero está relacionada à sua genitália ao nascer, como afirmam Vergueiro e Jaqueline de Jesus (2012). As autoras transfeministas chamam a atenção para o fato de que uma pessoa cis não existe em oposição a uma pessoa trans, mas que as diferenças entre elas não são essências nem devem impedir que direitos em comum sejam defendidos.

A cisgeneridade e a transexualidade (quando a identidade de gênero não corresponde ao seu sexo) são características que dizem respeito à espécie humana que não são determinadas pelos aspectos biológicos nem são essências. Autoras como Berenice Bento (2008) e as transfeministas Beatriz Bagagli (2017) e Letícia Nascimento (2021) afirmam que a cisgeneridade é um dispositivo, ou seja, é um regime de poder que assujeita os corpos dentro da normatividade binária, por meio de prescrições socioculturais, colocando indivíduos e grupos não correspondentes como desviantes e abjetos. No entanto, as pessoas não são corpos obedientes e são capazes de ressignificar as normas e resistir

contra as estratégias de controle que se realizam por meio dos discursos médicos, jurídicos, religiosos e educacionais. A cisgeneridade compulsória ou cisonormatividade seria uma espécie de ditadura de gênero, assim como a heterossexualidade é uma ditadura do desejo, que pode promover dor e sofrimento individual e coletivo às pessoas que não se veem na concepção essencialista e binária.

Embora não exista uma relação direta entre orientação sexual e identidade de gênero, é importante afirmar que a heteronormatividade acaba por emparelhá-las, pois a naturalização e normatização heterossexual pressupõem a cisgeneridade compulsória.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 1, p. 137-164, 2017.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

NASCIMENTO, Letícia Pereira. Transfeminismo. *Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, Felipe Cazeiro; SOUZA, Emilly Mel F. de, BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27 n. 2, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.



CHIMAMANDA ADICHIE

1977-

Romancista, feminista e cientista política nigeriana, com formação pela Universidade de Yale (2008). Conhecida por múltiplas obras que tratam de história de mulheres e de suas interseccionalidades no contexto diverso da africanidades.

Algumas Obras

Hibisco roxo (2003)

Sejamos todos feministas (2014)

Para educar crianças feministas: Um manifesto (2017)

D



DJAMILA RIBEIRO

1980-

Filósofa e feminista brasileira, com Mestrado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Colunista em diferentes periódicos como a Folha de São Paulo e Carta Capital e organizadora de livros e coleções sobre os diferentes feminismos – em especial o negro – apresenta reflexões sobre o conceito de “lugar de fala”. Ganhou vários prêmios, entre eles Dandara dos Palmares.

Algumas Obras

O que é lugar de fala? (2017)

Quem tem medo do feminismo negro? (2018)

Pequeno manual antirracista (2019)



DONNA HARAWAY

1944

Bióloga e filósofa estadunidense, com PhD pela Universidade de Yale. É professora na Universidade da Califórnia, em que desenvolve pesquisas e reflexões acerca do conceito de ciborgue (híbrido, fronteiro, sem essência, sem gênero, sem raça) e do conceito de gênero, com contribuições aos (trans)feminismos.

Algumas Obras

Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX (1985)

Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial (1988)



ESTIGMA

Conforme Erving Goffman (1985), o estigma pode ser definido como uma dissonância negativamente apontada e construída pela sociedade entre categorias e comportamentos esperados (a normatividade) e a identidade que um indivíduo ou grupo possa apresentar. O estigma é um filtro de leitura relativo a alguém ou a um grupo, categorizando sua forma de existir como menor, defeituosa ou estragada, como o autor afirma.

Assim, o estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo (Goffman, 1985, p. 6). No limite, pessoas e grupos que não correspondem às expectativas sociais não são reconhecidos como humanos, o que provoca a sua discriminação, exclusão e até mesmo morte. Guacira Lopes Louro (1997) também afirma que, nesta perspectiva, as diferenças passam a ser consideradas defeitos, desvios e problemas, o que as transforma em desigualdades, uma vez que o estigma discrimina e inabilita os indivíduos para a aceitação social plena.

Desta forma, mulheres, negros, indígenas e pessoas LGBTQIA+ (assim como pessoas de outras religiões) são percebidos a partir de pré-concepções e de expectativas normativas, que partem dos modelos brancos, cristãos, cisheteronormativos e binários, o que gera julgamentos sobre suas existências, consideradas muitas vezes desviantes do modelo de normalidade construída por quem detém o controle. O desvio, na

verdade, não existe se considerarmos que a ideia de normalidade é uma construção social que foi naturalizada como modelo.

O corpo é, desta forma, um dos veículos mais importantes para que sejam impostos modos de viver, por meio de roupas, gestualidades, discursos e ritualidades que selecionam, dividem e disciplinam os indivíduos e coletividades. Louro (1997) afirma que do corpo se deduz certa identidade de gênero, sexual, racial ou étnica, pois suas marcas são mais do que biológicas; são culturais. A naturalização de imposições culturais de alguns grupos sobre outros acaba por omitir e deslegitimar as diferentes formas de se sentir prazer, de se amar, de se expressar e de se viver o trabalho, a religião e a educação.

O estigma produz a violência simbólica ou física de parte da sociedade contra outras existências que não correspondam à ordem social e que questionem seus padrões; o que expressa, na verdade, relações de poder hierarquizadas, discriminatórias e injustas.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Referências bibliográficas e sugestões de leitura

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

F

FEMINISMO COMUNITÁRIO

Segundo Julieta Paredes (2020), feminista comunitária do povo aymarà, o Feminismo Comunitário é um conceito elaborado com sua construção embasada nos movimentos de edificação de comunidades cujo caminhar foi nutrido, fundamentalmente, por povos originários latino-americanos. Neste sentido, o feminismo comunitário está ligado e se refere às disputas de autoafirmação que tratam de uma reflexão sobre os limites e perspectivas de reflexões teóricas e lutas que apontam demandas para além de um feminismo branco-burguês, que não atende uma pluralidade de sujeitos nem é capaz de ouvir a mulher indígena.

Partindo dessa perspectiva, o movimento feminino comunitário se compreende apoiado em relações de necessidade que vêm do anseio por uma visão de mundo plural, tratando sobre cisões ocasionais na própria esquerda. Apresentando a força da mulher indígena na construção da esperança freiriana sobre o “viver bem” (Malheiros; Ortiz; Spyer, 2019), o debate acerca das lutas feministas se baseia em um observatório de comunidade que se manifesta no princípio do diálogo constante entre todos os sujeitos que constituem o cenário social. A ideia é acolher a força e a energia do povo, mesmo em meio ao patriarcado, pois o feminismo comunitário entende que ninguém pode ser excluído, mas sim deve integrar o debate para vias de construção de novos sentidos, pois como citado por Paredes (2018) a revolução se faz apenas com o povo, a partir de referências em comum

para o bem estar coletivo (Malheiros; Ortiz; Spyer, 2019).

Nessa esfera, o feminismo comunitário pode ser compreendido como um movimento de edificação de novos conceitos em um mundo colonizado e que ainda é banhado pelas marcas da colonização. O feminismo decolonial, para Paredes, procura romper com o estigma de que os corpos indígenas e originários não se manifestam por si mesmos, ceifando frutos da política capitalista e eurocêntrica que se promove com a manipulação dessas imagens. Nessa elaboração eurocêntrica, sobre qual o feminismo burguês é construído, Paredes questiona: “Onde estão os corpos das mulheres indígenas?” (Malheiros; Ortiz; Spyer, 2019). A figura da mulher indígena é, na maioria das vezes, eclipsada pelo branco dominador e pelo habitante originário masculino.

Partindo dessa perspectiva, o feminismo comunitário vê a necessidade de elaboração de um pensamento de descolonização com o povo para o “bem viver”. Enquanto a academia estadunidense aborda uma decolonialidade, que consiste em uma maneira de explicar o indígena para os brancos etiquetando-o, a descolonização constrói uma proposta em que o corpo indígena é base de sua própria elaboração. Esse movimento parte de uma visão de autonomia orgânica, em que o feminismo comunitário incentiva a organização social para romper com o individualismo.

João Otávio Brasileiro Martins

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, Maria Camila; SPYER, Tereza. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. *Revista*

Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22-43, 2019.

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental In: HOLANDA. Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. São Paulo: Bazar do tempo, 2020.



FEMINISMO DECOLONIAL

Parte da compreensão do conceito de Feminismo Decolonial demanda tratar, ainda que de forma breve, sobre o processo histórico de colonialidade. Na fala de Zulma Palermo, em entrevista para Leroy, Name e Spyer no periódico intitulado *Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político* (2019), considera-se colonialidade como uma forma de regular a vida de um povo subordinado em todas as suas esferas, a partir das concepções de mundo do dominador. Controlam-se formas de saber, de gênero e de raça por meio de dinâmicas de poder como as de gênero, sexualidade, cultura e as subjetividades que ali se manifestam, como também pelos meios de comunicação e educação que são utilizados por essas organizações para construir memória e conhecimento (Leroy; Name; Spyer, 2019).

A colonialidade não se reduziria ao tempo e processo de

colonização econômica no passado, mas às suas permanências históricas nas formas de existência, no saber, no ser e nas relações de gênero, sob a hegemonia ainda da visão de mundo do dominador, homem, iluminista, cristão e europeu.

O Feminismo Decolonial, nesse sentido, busca compreender e debater sobre o que os invasores coloniais fizeram com os corpos dos povos originários, observando também como culturas não escritas têm resistido por meio da oralidade, procurando romper com o reducionismo conceitual, linguístico e cultural que se fez com os mais diversos grupos dentro do contexto de invasão, apresentando seus próprios grifos para tratar sobre a memória desejada de seus ancestrais (Malheiros; Ortiz; Spyer, 2019).

Dentro desse aspecto, o movimento feminista decolonial tem como um de seus objetivos denunciar a noção de ciência e racionalidade imposta pelo Norte sobre o Sul, atravessada pelo racismo, etnocentrismo e patriarcado. Outra preocupação é facilitar o acesso da figura feminina ao estudo acadêmico, levando em conta as culturas ancestrais dessas mulheres e como estas manejam teorias e conhecimento também formativos. Nesse sentido, a educação é observada como um fator que possibilita a defesa e o diálogo de diferentes povos e, mais precisamente de mulheres subalternizadas e transformadas em “outro”, inferiorizadas, objetificadas e erotizadas.

Para Estevão Fernandes (2019), o debate decolonial ganha força no final da década de 1990, partindo da ideia de que as relações de colonialidade não teriam sido encerradas com o fim do

colonialismo. Dessa maneira, o pensamento decolonial busca denunciar e resistir às permanências das formas de dominação e opressão. No feminismo, a descolonização envolve compreender a cristalização sobre a sexualização das relações sociais, elaborando e propondo novos horizontes acerca destas dinâmicas entre os gêneros (Fernandes, 2019).

Segundo a feminista comunitária Julieta Paredes (2018), o feminismo tem a ver com o reconhecimento do corpo negado, ignorado e invisibilizado. Sendo assim, o feminismo decolonial reconhece o corpo feminino como um agente de luta e reflexão, questionando a redução de conceitos que são encarados por grande parte social como definidores, mas que não contemplam uma visão plural sobre os movimentos, episódios e sujeitos sociais que tentam definir (Malheiros; Ortiz; Spyer, 2019).

Dessa maneira o feminismo decolonial é reconhecido como uma forma de questionar e enfrentar toda a sociedade cisheteropatriarcal e neoliberal que se apoia na exploração de gênero retirando o amparo social e a dignidade da figura feminina.

João Otávio Brasileiro Martins

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

FERNANDES, Estevão Rafael. Um debate sobre feminismos decoloniais e suas repercussões para pesquisas em povos indígenas no Brasil. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 38-51, 2019.

LEROY, Henrique Rodrigues; NAME, Leo; SPYER, Tereza. Zulma Palermo: A opção decolonial como um lugar-outro de pensamento. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22-43, 2019.

MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, María Camila; SPYER, Tereza. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22- 43, 2019.

PAREDES, J. Descolonizar las luchas: la propuesta del feminismo comunitario. *Mandrágora*, v.24, n. 2, p. 145-160, 2018.



FEMINISMO ECOLÓGICO (ECOFEMINISMO)

Nos últimos anos vem ganhando importância os debates em torno do chamado ecofeminismo. Este termo procura aproximar as questões feministas da ecologia, entendendo que a dominação patriarcal está presente também na exploração da natureza.

Para as ecofeministas, como Vandana Shiva (2002), as frentes de luta apresentadas como separadas e fragmentadas na verdade estão conectadas. Assim, as forças e poderes que controlam, dominam e oprimem as mulheres também afetam os elementos da natureza, uma vez que na divisão binária dos gêneros os homens são associados à racionalidade e as mulheres à natureza, por sua funcionalidade reprodutiva.

Para Marti Kheel (2019, p. 32), o ecofeminismo refere-se à ideia de que a desvalorização das mulheres e da natureza são frutos da sociedade

ocidental, capitalista e patriarcal. No imaginário, a natureza é vista como feminina e, como decorrência, é desvalorizada. O sexismo é associado a outras formas de opressão como o especismo e o racismo ambiental, e à defesa de questões referentes às mudanças climáticas, às pandemias, à soberania alimentar e aos direitos dos animais (Corzo-Joaya, 2019).

A filosofia ecofeminista é holística e busca prevenir a violência contra as mulheres e a natureza por meio da educação das crianças, de forma que os meninos se formem antes que o condicionamento cultural o estimule a não ter empatia e a se engajar na crença da superioridade e na violência típica do patriarcado ocidental/colonial (KHEEL, 2019).

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Referências bibliográficas e sugestões de leitura

CORZO-JOYA, D. A. Ecofeminismos: una alianza entre el feminismo y la naturaleza. Ideas verdes. Análisis político n.15. p.1-19, 2019.

CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A (org). Ecofeminismos. Fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

KHEEL, Marti. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, Daniela (org.). Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Editora Ape’Ku, Rio de Janeiro, 2019.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente*. Editora Gaia Ltda, 2002.



FEMINISMO INDÍGENA

Compreendido recentemente pelas produções acadêmicas nacionais, o feminismo indígena identifica-se como uma corrente de análise complexa, levando em consideração as especificidades e necessidades que o compõe, tendo em vista que o movimento feminino indígena é ocasionado por uma pluralidade de sujeitos organizados de acordo com suas cosmologias e intencionalidades.

Sendo assim, ao tratar sobre questões como gênero, saúde e posicionamento feminino indígena, é necessário levar em conta políticas gerais edificadas pela própria comunidade em que esta figura está inserida, além de percebê-la como um corpo presente na dinâmica social brasileira. Dessa forma, o feminismo indígena apresenta ocasiões e demandas que precisam ser reconhecidas e respeitadas pelo Estado e suas instituições para proporcionar atenção e escuta às vozes indígenas, evitando induzi-la em perspectivas que não são compatíveis com seus rituais.

Dentro de uma perspectiva histórica, o movimento feminista indígena encontrou seu fluxo de origem cercando debates mais amplos em encontros promovidos dentro das comunidades. Segundo Dutra e Mayorga (2019), as primeiras coletividades brasileiras de mulheres indígenas foram formadas durante a

década de 1980, sendo estas a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracúá, Rio Uaupés e Tiguié (AMITRUT). Para as pesquisadoras, que trabalharam em proximidade a lideranças femininas, o debate acerca das condições de vida da mulher indígena começou a crescer a partir do momento em que a atividade delas nos espaços políticos de elaboração coletiva, em diálogo com as instituições não indígenas, aumentou (Dutra; Mayorga, 2019).

Neste sentido, as mulheres desempenhavam um papel protagonista nas discussões em vastas organizações dos povos indígenas, pois somaram a estas a problematização de temas como violência familiar, acesso a meios alternativos para a geração de renda, a saúde reprodutiva, o combate ao racismo e a soberania alimentar dentro desses ambientes, trazendo para perto destas esferas reivindicações práticas e propostas de emancipação da figura feminina (Dutra; Mayorga, 2019). Essas situações evidenciam a necessidade do fortalecimento de um olhar feminista atencioso para com a comunidade indígena feminina, pois evidenciam as formas de abuso enfrentadas pelas mulheres (Pedrosa; Mont'avão, 2017).

Dentro desse cenário, constitui-se o maior desafio da elaboração coletiva acerca do pensamento e da prática feminista indígena: buscar, de forma enriquecedora, acenar para um processo de resistência e emancipação feminina dentro dessa esfera, e ao mesmo passo sem obstruir as cosmologias e diretrizes que constituem a cultura na qual

essas sujeitas estão presentes, realizando um estudo sobre as possibilidades da mulher neste ambiente. Segundo Pedrosa e Mont'avão (2017), ainda não é possível afirmar que o feminismo conquistou um espaço fundamental dentro das aldeias. Contudo, o crescimento do debate sobre as questões de gênero já faz parte de situações cotidianas de algumas localidades. Sendo assim, o papel colaborador da produção historiográfica pode ser identificado no oferecimento de uma escuta genuína para com as propostas femininas ou feministas indígenas (Pedrosa; Mont'avão, 2017).

No Brasil, feministas indígenas como Potyra Tê Tupinambá, a Cacique Maria Arian Pataxó, Ro'Otsitsina Xavante e Sônia Guajajara defendem a luta contra o machismo nas aldeias, uma vez que a violência contra uma mulher é a violência contra todo povo indígenas. Por isso, como parte do povo, o homem também deve discutir a opressão de gênero.

Dessa forma, percebemos que o feminismo indígena dialoga com um conceito apresentado por Julieta Paredes (2018) e por bell hooks (2018), sendo o feminismo uma responsabilidade coletiva e visionária. Visionário porque, assim como exposto por hooks, fundamenta possibilidades e adaptações do feminismo em uma realidade concreta, enquanto o desejo de bem-estar coletivo e singular nos movimenta, alterando formatos e direcionamentos para que este seja realizado para todas as mulheres, respeitando e colaborando para que haja a participação feminina na elaboração de direitos (hooks, 2018).

Segundo hooks, o feminismo atua onde, independente do gênero, raça, classe social ou idade, os sujeitos se posicionem pelo fim do sexismo (hooks, 2018). De maneira semelhante, o feminismo indígena e comunitário, defendido por Paredes, as feministas indígenas propõem um diálogo de encorajamento para que as mulheres indígenas se posicionem e para que os demais constituintes do cenário social brasileiro as escutem.

Por conclusão, podemos conceituar o feminismo indígena como uma luta em busca do diálogo entre a cultura indígena e o direito de integridade emocional e física de mulheres que demandam a adaptação de um diálogo emancipatório às suas próprias manifestações culturais e pela defesa do território ao seu povo.

Como exposto por Pedrosa e Mont'Avão (2017), reivindicar a atenção do Estado brasileiro para a edificação conjunta de leis que garantam essa integridade é um papel decisivo para que possamos contemplar no horizonte um sistema político e social que acolha e proporcione apoio e segurança ao debate indígena, desmistificando diversas diretrizes construídas pelo senso comum que categorizam o indígena apenas como mais uma vítima relacionada pelas desigualdades vivenciadas dentro desses campos em uma ingênua somatória de opressões. Parafraseando e adicionando às ideias de Hooks, o feminismo indígena nos mostra que não há apenas uma forma para o feminismo, sujeitos de origens distintas precisam de uma teoria feminista que converse com o seu cotidiano.

João Otávio Brasileiro Martins

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, v. 39, p. 113-129, 2019.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

PAREDES, J. Descolonizar las luchas: la propuesta del feminismo comunitario. *Mandrágora*, v.24, n. 2, p. 145-160, 2018.

PEDROSA, Clara Cristina Cruz; MONT'AVÃO, Victória Diamantino Ferreira. Novas fronteiras no feminismo: O feminismo indígena. *Percurso*, Curitiba, v. 1, n. 20, p. 75-81, 2017.



FEMINISMO LIBERAL/REFORMISTA

Sabe-se que o feminismo possui várias vertentes e que é um caminho cheio de curvas e atalhos que se encontram em objetivos semelhantes. Por isso, quando vamos falar sobre ele, usamos a palavra no plural. Em meio a essa diversidade, nos deparamos com o Feminismo Liberal, que nos leva a projetar a ideia de liberdade e de luta pela emancipação.

Quando se insere na luta feminista, aprendemos que se trata

de um movimento que reivindica direitos, a fim de banir a desigualdade existente entre homens e mulheres. Pressupõe um processo coletivo, de união e sororidade feminina, em que nenhuma mulher será excluída ou oprimida, independente da sua condição social ou de raça. Em tese, todas juntas irão atrás de reconhecimento e melhorias de vida. Porém, o chamado Feminismo Liberal recebe críticas de outros feminismos, que enxergam nele limites de classe e de individualismo.

Enquanto afirma ter um pensamento igualitário em que a mulher, por meio de suas escolhas, tem a capacidade de mudar sua posição de desigualdade e até mesmo extingui-la, trabalha-se com a categoria de uma mulher genérica e universal. Constantemente negligenciada, a mulher negra é silenciada mais do que a branca (tomada como modelo) e, conseqüentemente, tem dificuldades de ocupar seu lugar de direito, não integrando totalmente esta vertente do movimento.

Sojourner Truth, poetisa negra citada por Djamila Ribeiro (2019), fez uma crítica às mulheres brancas que diziam lutar pelos direitos de todas, mas que no final se beneficiavam do sistema racista e capitalista, uma vez que se limitam às reformas na legislação e não questionam a propriedade privada e o racismo. Ela escreveu: “Que tipo de reformistas são vocês? com asas de ganso em vossas cabeças, como se estivessem indo voar, e vestidas de forma tão ridícula, falando de reforma e dos direitos das mulheres? É melhor vocês mesmas reformarem a si mesmas em primeiro lugar.”

Este trecho do poema de Truth diz respeito a uma fala antiga,

mas que pode ser assemelhada com as atitudes de feministas liberais que valorizam questões individuais e que enxergam mudanças por meio da dimensão jurídica, ocupando posições de prestígio profissionalmente e vivendo de forma privilegiada, sem enfrentarem grandes dificuldades. A crítica do movimento feminista negro, LGBTQIA+ e também do feminismo marxista é que, segundo eles, as liberais se esqueceriam de suas companheiras de luta - a classe trabalhadora, as mulheres transgêneros e negras - que acabariam não se beneficiando com o que o liberalismo defenderia e proporcionaria. Por isso, se o feminismo liberal quisesse começar a fazer sentido, a proposta de outros feminismos é que seria melhor ele se reformar primeiro.

Milena Magalhães da Silva

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

FERRAMENTA FEMINISTA. *Feminismo liberal: A vertente que nos mantém atadas ao patriarcado*. Disponível em: <https://fermentofeminista.medium.com/feminismo-liberal-a-vertente-que-nos-mant%C3%AAm-atadas-ao-patriarcado-edf82766ded1>. Acesso em: 04 fev. 2021.

GANDHI, Anuradha. *Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gandhi/2006/correntes/02.htm>. Acesso em: 05 mar. 2021.

HOOKS, bell. *Políticas Feministas: de onde partimos*. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/politicas-feministas-de-onde-partimos-e28093-bell-hooks.pdf>. Acesso em 20 dez 2020.

MORAES, Livia de Cássia G. O “Empoderamento” como prática política feminista: fundamentos históricos e ideológicos. In: IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, 2018, São Paulo. *Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais*. São Paulo: USP, 2018. v. 1. p. 1-15.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

YOUTUBE. *Feminismo liberal: como a vertente nos mantém atadas ao patriarcado*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3GJpNCamDIA>. Acesso em: 28 jan. 2020.



FEMINISMO MARXISTA

O movimento feminista no Brasil se popularizou a partir dos anos 1970. Entretanto, segundo a socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes (2020), as raízes do feminismo marxista estão nas primeiras obras dos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX.

A teoria materialista da história tem como pressuposto que a história da humanidade é a história da luta de classes. Dessa forma, a teoria marxista denunciava todas as formas de opressão. Engels, em sua obra *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1844) criticou a exploração do trabalho feminino nas fábricas e chegou a declarar que a supremacia do homem sobre a mulher era inumana. Elaborou junto a Marx

a obra *A Ideologia Alemã* (1845-46), na qual apontava a dominação dos homens sobre as mulheres e crianças na família como a primeira forma de propriedade privada, estabelecida sobre uma divisão sexual do trabalho, ainda nas sociedades tribais. Assim, na década de 1840, os dois autores já apontavam a necessidade de uma economia doméstica pública e da abolição da família como pré-requisitos para a libertação das mulheres.

Na obra *Manifesto Comunista* (1848), Marx e Engels avançaram na crítica à família burguesa, afirmando que nela o homem tratava a mulher como sua propriedade e que num mundo socialista as relações sociais de sexo seriam baseadas apenas no afeto, sem interferência das autoridades seculares ou religiosas, ou da propriedade privada que mantinha a mulher como dependente. Engels, em 1884, afirmou em sua obra *A origem da Família, da propriedade Privada e do Estado* que a primeira opressão de classe coincidia com a do sexo feminino pelo masculino.

A primeira geração de teóricas marxistas surgiu no início do século XX, com nomes como os de Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai. Luxemburgo, além de construir-se como mulher independente, que atuou no espaço público, também questionou a sujeição das mulheres ao isolamento da vida privada, à submissão aos homens, ou seja, questionou o patriarcado, que para as feministas marxistas é inseparável do capitalismo.

Zetkin foi fundadora da Liga Espartaquista, junto com Rosa Luxemburgo e outros, ajudando a direcionar o movimento operário europeu à luta das mulheres

trabalhadoras. Ela teve um papel central na articulação da Segunda Conferência Internacional das Mulheres socialistas, realizada em Copenhague, quando propôs a criação do Dia Internacional da Mulher, data de grande importância histórica para o feminismo até hoje.

Alexandra Kollontai (1978) foi um dos principais nomes do feminismo bolchevique, exercendo um importante papel no Partido Comunista. Ela defendeu que a família mantinha sua função reprodutora mesmo com a entrada das mulheres no trabalho assalariado. A única maneira de acabar com a exploração do trabalho doméstico feminino e a exploração dos homens seria através da socialização do trabalho reprodutivo.

Voltado a investigar e explicar as maneiras pelas quais as mulheres são oprimidas por meio do sistema capitalista e da propriedade privada, a partir de um viés anticapitalista o feminismo marxista se baseia em uma concepção materialista histórica da realidade como centro de análise e entende a estrutura dada pela propriedade privada como determinante para sua concepção de mundo no que impacta as noções de produção e de reprodução. O feminismo marxista hoje compreende o sujeito político mulher, entende e abarca outras construções de identidade de gênero a partir de uma análise materialista.

Para as marxistas não há emancipação feminina dentro de um sistema capitalista que tem como estrutura a opressão de uma maioria para manter os privilégios de um pequeno grupo. Por isso, deve ser uma luta de toda a classe trabalhadora e de todos os oprimidos pela libertação feminina. A autora negra Angela Davis, em sua obra

Mulheres, Raça e Classe (1981), destaca a importância de refletir como as opressões se combinam e se entrecruzam, sem a hierarquização da opressão, sendo necessário considerar uma intersecção entre raça, classe e gênero como saída para um novo modelo de sociedade.

As marxistas também criticam uma ideia de empoderamento feminino individual, com apenas algumas mulheres ocupando espaços de poder. As autoras da obra *Feminismo para os 99%: Um manifesto* (2019), Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, fazem uma crítica ao capitalismo e sua fúria em sugar a vida dos trabalhadores e da natureza; pautam um feminismo ecossocialista, anticapitalista e antirracista que busca pela união e luta de todo oprimido e, assim, por um feminismo internacionalista.

*Gian Carlo Camilo Telles
Marcella Muche Girão
Vanderlea dos Santos Resende*

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. Trad. Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BONFIM, Cláudia Ramos de S. A condição histórico-social da mulher na perspectiva socialista: Um estudo das trajetórias de Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 285-301, 2013.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: Mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 98-108, 2000.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*. Trad. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Global, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Trad. Costa. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORAES, Maria Lygia Q. de. Raízes do feminismo político e embates atuais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 08-23, 2020.



FEMINISMO NEGRO

O feminismo negro se posiciona diante de duas vertentes de luta: primeiro, dentro do Movimento Negro (formado principalmente por homens), questionando-o por não haver uma discussão relacionada ao âmbito de gênero. Segundo, no movimento feminista liberal, pelo fato de não ter incluído a questão de raça em suas preocupações. Dessa forma, reivindica que tenha um espaço para que sejam discutidas as demandas de gênero e raça, por conta da dupla discriminação que as mulheres negras sofrem. *Em Memórias da Plantação* (2018), Grada

Kilomba afirma que as mulheres negras têm sido incluídas em diversos discursos que não interpretam as suas realidades, ignorando suas especificidades.

A pesquisa recém-publicada *Potências (in)visíveis: a realidade da mulher negra no mercado de trabalho* (Indique uma Preta, 2020) realizou um levantamento acerca da inclusão racial e de gênero no mundo corporativo. Nesse estudo foi apontado que apesar de representarem a maior força de trabalho no país, a população negra segue sub-representada no mundo corporativo. Diversos dados foram apresentados, mas para salientar a questão proposta, segundo o estudo, uma mulher negra recebe 44% do salário de um homem branco. Além disso, em cargos de liderança, mulheres brancas representam 31% enquanto mulheres negras apenas 6,6%.

Esses números apontam que a questão de gênero, interligada à raça, afeta diretamente a vida da mulher negra, numa sociedade como a nossa, onde a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes e em que existem alguns mecanismos para selecionar e discriminar pessoas, como já havia apontado Beatriz Nascimento (2006).

Lélia Gonzalez (1984), um dos principais nomes no Brasil quanto às relações entre racismo, classe e sexismo, analisou o mito da “democracia racial” referente à figura da mulher negra. Ela apontou como a prática do estupro, durante a escravidão, tanto em mulheres negras como indígenas, foi utilizado como uma forma de controle de seus corpos, além de contribuir para o mito da “miscigenação democrática”.

Um dos (muitos) sintomas dessas práticas de dominação foi a própria negação do Brasil em ser considerado um país racista e hierárquico. O chamado “racismo à brasileira” seria a denegação de nossa latinoamefricanidade que se volta contra aqueles que são o testemunho vivo dela (negros e negras).

Pensadoras estadunidenses que também levantaram essa questão na década de 1980 foram, principalmente, Angela Davis e bell hooks, refletindo sobre como o pensamento feminista pode ser limitado ao ignorar a história de violência contra mulheres negras. Já nos anos 2000, autoras como Patricia Hill Collins (2017; 2019) também passaram a analisar e estudar como a raça e o gênero estão interligados. Davis (2016) afirmava que o movimento sufragista, por exemplo, não levava em conta as denúncias de racismo nem se esforçava para integrar tanto as mulheres negras como suas pautas.

Ademais, ainda hoje dentro do movimento feminista, há muitas mulheres que não levam em conta a questão racial o que provoca uma insuficiência teórica e prática e mostra a indiferença destas em relação à opressão e discriminação que as mulheres negras sofrem diariamente.

Em suma, um dos tantos objetivos do Feminismo Negro é ampliar as vozes e o reconhecimento das mulheres negras para poderem superar as várias formas de dominação, organizando-se como um movimento social e político que leve em conta o racismo, a exploração de classe, o patriarcado e a lgbtfobia, numa luta coletiva ampla. Como afirmou Collins (2017, p.8), a libertação das mulheres

negras exige uma resposta que abarque os múltiplos sistemas de opressão e, dessa forma, essa superação não englobaria somente mulheres negras individualmente e em grupo, mas também homens negros, LGBTQIA+ e todos aqueles que sofrem alguma forma de opressão.

Marcella Muche Girão

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC – RJ. Rio de Janeiro, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 06-17, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulher, classe e raça*. Tradução de Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje* – Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INDIQUE UMA PRETA. *Potências (in)visíveis: a realidade da mulher negra no mercado de trabalho*. 2020. Disponível em: <https://readymag.com/u1818798514/2293759/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

KILOMGA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTIS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Ana Caroline A. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Interritórios*, Caruaru, v. 6 n. 10, p. 89-104, 2020.



FEMINISMO RADICAL

Durante os anos 1960 e 1970, na chamada Segunda Onda do Feminismo, nos Estados Unidos, sobretudo, uma nova corrente feminista se estruturou em oposição às outras lutas feministas contemporâneas, como o feminismo liberal e o feminismo marxista-socialista (Silva, 2008). Tal corrente foi chamada de feminismo cultural, feminismo lésbico e de feminismo radical. Dentre os marcos fundantes do feminismo radical estão as obras *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, de 1949; *A dialética dos sexos*, de Shulamith Firestone, de 1970; e *Política sexual*, de Kate Millet, de 1971.

Diferenciava-se do feminismo marxista-socialista por colocar a raiz das desigualdades entre homens e mulheres nas questões socioculturais e históricas e não nas questões socioeconômicas. Para tal, elaborou-se a concepção do patriarcado enquanto o sistema de opressão pelo qual as mulheres sofrem o domínio masculino, anterior a qualquer outro sistema de opressão (Silva, 2008).

Também se diferenciava do feminismo liberal, pois não considerava que a atuação feminista devesse se limitar aos espaços institucionais, entendendo que o Estado e suas instituições serviam ao patriarcado (Silva, 2008).

As principais reivindicações do feminismo radical giravam em torno do corpo e da sexualidade: defendiam o direito ao aborto, ao orgasmo, à lesbianidade, à contracepção, ao fim da obrigação do casamento e o fim da família biológica, posicionando-se contra a prostituição e a pornografia. Foi uma “luta política voltada para o conhecimento, a valorização e a libertação do corpo feminino” (Silva, 2008, p. 27). O grande foco do feminismo radical seria, então, o corpo e a luta contra o sexismo (Mackinnon, 2016).

Um dos principais lemas da corrente foi “o pessoal é político”, expressão da jornalista e feminista radical Carol Hanisch, com a ideia de que os acontecimentos pessoais/domésticos também deveriam ser politizados, pois são manifestações sociais. Defendia e incentivava a construção de espaços exclusivamente femininos para o fortalecimento das mulheres (Pérez Navarro, 2018). Possuía, assim, certa ideia salvacionista (comum aos anos 1960 e 1970) de que iriam despertar a consciência nas mulheres sobre suas opressões.

Ainda defendia (e defende) a abolição dos gêneros, pois entende que o patriarcado é mantido pelo sistema de gênero que gera as desigualdades (Aguillar García, 2008; Silva, 2008; Arpino, 2015; Mackinnon, 2016).

Por conta disso, é comum ao feminismo radical (com algumas exceções) a defesa de ideias e

pensamentos transfóbicos, alegando que pessoas transgêneras servem ao patriarcado, pois reforçam os estereótipos do sistema de gênero e que mulheres transexuais carregam seus privilégios masculinos (Arpino, 2015; Bagaglio, 2019), como aparecem nas obras de Janice Raymond (1994), Sheila Jeffreys (1997) e Germaine Greer (2000).

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

AGUILLAR GARCÍA, Teresa. El sistema sexo-género en los movimientos feministas. *Amnis*, Brest, n. 8, p. 01-11, 2008.

ARPINO, Danielli Marafigo. *Desentendimentos nas práticas discursivas do feminismo radical diante da transgeneridade*. 59 f. Monografia (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

BAGAGLIO, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais: Disputas pela significação da mulher no feminismo*. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

GREER, Germaine. Pantomime dames. In: GREER. *The whole woman*. Londres: Transworld Publishers, 2000. p. 80-93.

JEFFREYS, Sheila. Transgender activism: A lesbian feminist perspective. *Journal of Lesbian Studies*, Filadélfia, v. 1, n. 3/4, p. 55-74, 1997.

MACKINNON, Catharine A. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: Uma agenda para teoria. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 798-838, 2016.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. Feminismo Radical y Culturas: Límites de la diferencia sexual. *Revista Latino Americana de Geografía e Género*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 210-221, 2018.

RAYMOND, Janice. *The transsexual empire: the making of the she-male*. Nova York: Teachers College Press, 1994.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical: Pensamento e movimento. *Textura*, Cruz das Almas, v. 3, n. 1, p. 24-34, 2008.

G

GÊNERO

A definição de gênero está vinculada à construção histórica e social do papel exercido na sociedade por homens e mulheres. É a concepção do masculino e do feminino, que em cada cultura, classifica os indivíduos de acordo com valores e hierarquias sociais. Gênero é diferente de sexo. Para Joan Scott (1995), sexo é definido pelas diferenças anatômicas, biológicas e fisiológicas existentes entre os homens e as mulheres, enquanto a cultura constrói atributos e expectativas sociais relacionados a elas.

O norteamento da reflexão das feministas que antes tinham as fortes marcas da militância, assumindo, assim, um caráter mais descritivo e essencialista que analítico, desloca-se para a busca das construções culturais e históricas das relações de gênero (Scott, 1995).

O conceito de gênero passou a ser utilizado na década de 1980 a partir de estudos feministas que buscavam compreender a organização social através da relação entre os sexos. O gênero expressa as diferenças entre homens e mulheres na sociedade no decorrer da história, evidenciando que estas distinções são sociais, relacionais e não naturais.

Gênero seria o sexo social e historicamente construído, que determinaria a construção histórico-social das matrizes binárias vigentes para o masculino e o feminino.

Segundo a intelectual feminista Simone de Beauvoir (1970), ninguém nasceria pronto enquanto gênero. Sua famosa frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher” indicaria que o chamado gênero feminino seria fruto das relações binárias que colocariam a mulher como o “outro” do homem e a ele submetido. A filósofa Judith Butler

(2003), porém, afirma que os gêneros, assim como as sexualidades, não são substâncias fixas, mas movimentos. Assim, não haveria um momento em que uma mulher e um homem se tornariam substantivos definitivos nem essências.

Para Butler, tanto gênero como sexo seriam construções sociais contínuas, frutos de performances, repetições estilizadas de atos gestos e signos, que reforçariam a construção de subjetividades e dos corpos masculinos e femininos. Ou seja, repetição de discursos e práticas – na ciência, na educação, na família, na religião e em múltiplas tecnologias - que assujeitariam os corpos e definiriam os próprios sexos e seus significados.

A feminista nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2021), de linhagem ioruba, faz críticas à epistemologia ocidental sobre gênero, baseada no binarismo. Seus estudos indicam que antes da presença e colonização europeia no continente africano a sociedade yoruba-oyó do sudoeste da Nigéria não organizava os papéis sociais a partir de hierarquias sexuais, corporais e de gênero, e sim pela linhagem e posição etária. A questão de gênero foi uma criação europeia.

Oyèwùmí nos convida a refletir sobre novas epistemologias que compreendem gênero de outras formas, mas que são ignoradas e silenciadas pelas relações de dominação cultural. Podemos destacar, ainda, que em sociedades como os de polinésios, Bugi e indianos, entre outros povos, há o reconhecimento da existência de um terceiro gênero, ou até de cinco identidades de gênero, demonstrando que as definições e os papéis sociais de homem e mulher de forma binária e oposta são criações ocidentais que se fazem hegemônicas.

Cristiane Maria de Oliveira

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

ARAÚJO, Jair Bueno. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler. *Saber Acadêmico*, Presidente Prudente, n. 11, p. 33-38, 2011.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENDA, Laura. *Por que usamos o conceito de gênero?* 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/por-que-usamos-o-conceito-de-genero>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

GUEDES, Rebeca. *O conceito de gênero: uma aproximação possível para compreender a vida de homens e mulheres*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185061/mod_resource/content/3/Aula%20g%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

MARASCIULO, Marília. *Cinco reflexões para entender o pensamento de Simone de Beauvoir*. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/01/5-reflexoes-para-entender-o-pensamento-de-simone-de-beauvoir.html>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MEDEIROS, Leticia M. Gênero: você entende o que significa? 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

REIS, Daniele Fernandes. Ideias fundamentais subversivas de gênero em Beauvoir e Butler.

Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 360-367, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOIHET, Rachel. História das mulheres uma entrevista com Rachel Soihet. *Revista de História*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 120-124, 2011.



GAYATRI SPIVAK

1942-

Intelectual indiana, teórica da literatura e PhD pela Universidade Cornell, nos Estados Unidos. É professora na Universidade de Columbia, tendo contribuído com o feminismo decolonial, principalmente por seu livro *Pode o subalterno falar?*, referência para os estudos sobre subalternidade e decolonialidade.

Algumas Obras

Pode o subalterno falar? (1983)

Quem reivindica a alteridade? (1989)



GUACIRA LOURO

1945-

Historiadora e doutora em Educação, é professora emérita na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recebeu o Prêmio Paulo Freire em 2021, por suas contribuições para a educação a partir de reflexões sobre a escola como espaço de construção de sexualidade e gênero, em seu sentido disciplinar mas também emancipatório.

Algumas Obras

Gênero, sexualidade e educação (1997)

Corpo educado (2000)

H

HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA

Para que possamos compreender a homossexualidade masculina como uma orientação sexual e afetiva, primeiro temos que ter em mente que essa representação sempre esteve presente no mundo. Desde a Antiguidade, na Idade Média, e na Modernidade. A grande questão sobre a homossexualidade masculina, assim como para as outras orientações sexuais, é de como a sociedade em exercício emprega valores a elas.

A homossexualidade masculina é uma prática ou orientação sexual, em que ambos sujeitos do gênero masculino (cisgêneros ou transgêneros/transexuais) se atraem de forma afetiva, sexual, emocional, na forma de práticas, pensamentos, atitudes ou desejos.

Nesse ponto, podemos pensar o conceito de representação como o fio condutor que auxilia na compreensão de tal orientação. Nesse sentido, Katryn Woodward (2012, p. 17-18) comenta: “a representação inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio das quais os significados são produzidos, posicionando-nos com o sujeito. Podemos, inclusive, sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar”.

Sempre temos que ter em mente que essa mesma (e outras) orientação sexual e afetiva é descontínua. Isso quer dizer que o sujeito ao longo do tempo-espaço pode ou não se identificar com ela. Com isso, os valores atribuídos à homossexualidade masculina sempre serão contingentes, pois cada sujeito se apropria dela de uma forma particular, levando sempre em conta os fatores como classe, raça, gênero, religião, ciclo geracional e localização.

Elisabeth Batinder (1993) lembra que a masculinidade homossexual corresponde a uma série de comportamentos que não correspondem, necessariamente, à feminilização dos homens. A autora defende que o homem efeminado desperta enorme angústia em muitos homens, pois pode promover uma tomada de consciência das próprias características femininas no corpo considerado masculino, como a passividade e a sensibilidade, consideradas sinônimos de fraqueza. Assim, há sujeitos homoeróticos que não se autodenominam como homossexuais, ou há homossexuais que não apresentam comportamentos, corpos e gestualidades associadas à feminilidade hegemônica.

Com muito esforço de sujeitos coletivos e movimentos sociais, hoje a homossexualidade masculina é tida como um dos mais variados espectros dentro do campo da sexualidade. Exemplo desse esforço histórico foi a decisão do Supremo Tribunal Federal que aprovou, por unanimidade, o reconhecimento da união homoafetiva, em 2011.

Segundo Guacira Louro (2000), a escola ainda é um local que, na maioria das vezes, serve como ponto de “descoberta” (e muitas vezes de silenciamento) desses sujeitos. Nem sempre de uma forma acolhedora, mas sim, como forma de estigma. Cabe à escola e todo corpo escolar (docentes, gestão, discentes e demais sujeitos do cotidiano escolar), trabalhar essa e outras diferenças de maneira positiva, incentivando formas de se valorizar os afetos, sem discriminação. Dessa forma, podemos quebrar com o processo de exclusão que atravessa a escola e outras instituições sociais.

José Luiz Alves Neto

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.

CONNEL, Robert (Raywen) W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

PAREDES, Julieta. *Hilando Fino* (Desde el feminismo comunitário). La Paz: CEDEC, 2008.

PIRES, Laura. *Dicionário de sexualidades: um guia incompleto*. Disponível em: <https://medium.com/@laurampires/dicion%C3%A1rio-de-sexualidades-um-guia-incompleto-f49b72b74220>. Acesso em: 02 mar. 2020.

PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual*. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n.1 edições, 2014.

ROSE, Gillian. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge. Polity Press, 1993.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 7-72.



HELEIETH SAFFIOTI

1934-2010

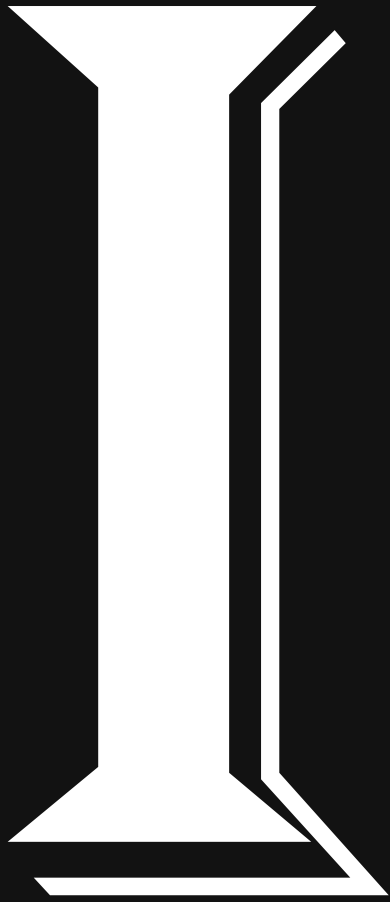
Foi uma socióloga, livre-docente e professora na Pontifícia Universidade Católica e na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Feminista marxista, contribuiu para o debate sobre os conceitos de patriarcado e violência de gênero, tendo sido indicada entre Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz, feita pela organização suíça Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo.

Algumas Obras

A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade (1969)

O poder do macho (1987)

Gênero, patriarcado, violência (2004)



IDENTIDADE DE GÊNERO

A identidade de gênero se refere à percepção que uma pessoa tem de si, a convicção íntima de gênero binária ou não, independente do sexo biológico e que nem sempre é evidente publicamente. É diferente da expressão de gênero, pela qual o indivíduo manifesta publicamente o seu gênero por meio de gestos, roupas, cabelo, acessórios, voz, comportamentos mais visíveis.

O gênero é construído cultural e socialmente a partir dos dispositivos de poder e das tecnologias de gênero, de forma diferente e performática; ou seja, mecanismos institucionais, saberes, exercícios corporais, físicos e simbólicos (Foucault, 1999; Butler, 2003) que promovem certa ordem social. Desde nosso nascimento, ou até mesmo antes (cor rosa para menina e cor azul para menino), aprendemos como o homem deve ser e como a mulher deve ser, transformando gênero em um processo naturalizado, pelo qual as crianças são condicionadas a agir conforme são identificadas e explicadas, de acordo com discursos e práticas performáticos que disciplinam seus corpos (Butler, 2003).

Assim sendo, uma pessoa que foi designada como menino pode não se sentir confortável com esta definição e agir, se comportar e se expressar a partir da identificação com o gênero feminino (socialmente definido a partir do sexo biológico), ou não se identificar com nenhum gênero binário. Segundo Judith Butler (2003), as pessoas não são substantivos, mas processos constantes de construção, posicionando-se entre o subjetivo e as normas e definições sociais.

Portanto, é possível considerar que nascemos "encaixados" em um determinado gênero, mas conforme nos conhecemos e nos descobrimos, nos

construímos a partir das nossas vivências, da socialização e das relações interpessoais, nos identificamos com algum gênero, ou nenhum, mesmo que este não seja o gênero atrelado ao nosso sexo biológico, e deste modo nos sentimos confortáveis, acolhidos por nós mesmos.

Cristiane Maria de Oliveira

Referências bibliográficas e Sugestões de Leitura

ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: Subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 4, p. 274-305, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Daniele da Silva. Construção da identidade de gênero: reflexões em contexto escolar. *Reflexões em contexto escolar*. 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0439.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOMES, Romeu *et al.* Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*. 2012. Disponível em: https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf. Acesso em 23 mar. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.

MELO, Talita Graziela R.; SOBREIRA, Maura Vanessa S. Identidade de gênero e orientação sexual: Perspectivas literárias. *Temas em saúde*, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 381-404, 2018.

PAULINO-PEREIRA, Fernando C.; SANTOS, Lara Gabriella A. dos; MENDES, Sarah Cristina C. Gênero e identidade: Possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 29, p. 01-10, 2017.



INTERSECCIONALIDADE

Antes mesmo de o termo interseccionalidade começar a ser usado no meio acadêmico e nos movimentos sociais de forma mais intensificada, algumas autoras já trabalhavam com a noção de que raça, gênero e classe estavam intimamente conectados. Por exemplo, Lélia Gonzalez (1984) relacionou essas três dimensões em sua análise do mito da “democracia racial”, em torno da figura da mulher negra. Gonzalez explorou como o racismo, especificamente no Brasil, colocava a mulher negra no âmbito doméstico para, em períodos como carnaval, temporariamente tirá-la e atribuir ao seu corpo o símbolo de desejo, de forma a atender aos interesses brancos, classistas e sexistas. Como dito pela autora, “É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (Gonzalez, 1984, p. 228).

A necessidade da ideia de interseccionalidade foi trazida, também, na década de 1980, por autoras como Angela Davis e bell hooks, pois elas perceberam as limitações que o pensamento feminista (branco e heteronormativo) possuía, especialmente ao contemplarem a importância da história de mulheres negras, lgbs ou de países do sul global.

Ainda que amplamente utilizado após os anos 2000, foi justamente nessa época, por conta do movimento *Black Feminism*, que pode ser considerada sua origem. Contudo, algumas intelectuais feministas atribuem a introdução do termo interseccionalidade a Kimberlé Crenshaw no artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review* (HIRATA, 2014, p. 62).

Em diversas esferas é possível constatar diferenças entre mulheres brancas e negras e homens brancos e negros. Um exemplo disso é no contexto do trabalho, a partir dos dados da Pnad 1989 e 1999, que Nadya Araújo Guimarães (2001/2002, p. 250) mostra que, considerando sexo e raça, os homens brancos possuem os salários mais altos; em seguida, os homens negros e as mulheres brancas; e, por último, as mulheres negras têm salários significativamente inferiores. Além disso, os estereótipos acompanham as mulheres negras desde a escravização até os dias atuais, como a mãe-preta no Brasil, e um senso comum que além da passividade a liga até hoje ao ambiente doméstico (ontem na casa-grande, hoje no “quartinho da empregada”).

A interseccionalidade procura não fazer uma hierarquização das formas de opressão, mas sim busca apreender a complexidade das desigualdades sociais, além de ambicionar a construção de políticas emancipatórias em prol de uma sociedade mais justa. Como dito por Patricia Hill Collins (2017, p. 07), um dos primeiros objetivos que a interseccionalidade almejava era “tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia”.

Apesar de algumas críticas apontarem como alguns autores tendem a levar em conta apenas raça e gênero ou apenas gênero e classe, limitando a ideia de interseccionalidade, a perspectiva tem contribuído significativamente para o campo das ciências humanas e também da saúde pública, em que os determinantes sociais e disparidades de saúde são abordados cada vez mais a partir de perspectivas interseccionais, numa leitura mais ampla das sujeitas mulheres (Collins, 2017).

Marcella Muche Girão

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça*. Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC – RJ. Rio de Janeiro, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 06-17, 2017.

COLLINS, Patrícia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002

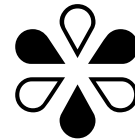
DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje* – Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os desafios da equidade: Reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 237-266, 2001/2002.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

OLIVEIRA, Ana Caroline A. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Interritórios*, Caruaru, v. 6 n. 10, p. 89-104, 2020.



INTERSEXUALIDADE

O padrão binário de gênero, de que só existem homens e mulheres exclusivamente, é colocado em cheque quando se pensa a intersexualidade. Afinal, a binariedade de gênero se sustenta no argumento biológico de que, naturalmente, só existem corpos machos e corpos fêmeas. Na contramão, temos o caso da intersexualidade, que evidencia que a “natureza” não é naturalmente binária: que (re)existem corpos “ambíguos naturais”. Outrora os intersexuais foram chamados de hermafroditas, termo que caiu em desuso. Já “intersexual” é um termo médico-científico do século XX (Santos, 2013). Como trata a médica Paula Guadenzi (2018, p. 02), a intersexualidade designa a “condição de indivíduos que nasceram com órgãos sexuais ambíguos”.

Percebe-se com isso que, nos discursos médico-científicos ainda é presente a ideia de que a intersexualidade é uma patologia/anormalidade. Ou seja, o padrão binário tende a ser extremamente perverso com pessoas intersexuais (Chase, 2013), pois as submetem a múltiplas cirurgias de reconstrução genital e a tratamentos

hormonais buscando adequar corpo e gênero numa mesma direção, sendo, muitas vezes, um tratamento imposto. Essa intervenção médica vem no sentido de “normalizar” os sujeitos intersexuais, enquadrando-os no padrão binário vigente (Guadenzi, 2018, p. 05).

A intersexualidade mostra como a binariedade “biológica” (homem e mulher) não é “natural”, mas também construída social, histórica e culturalmente (Chase, 2013; Machado, 2013). E, justamente, para preservar a binariedade, enquanto situação naturalizada, que pessoas intersexuais são submetidas às cirurgias agressivas de redesignação sexual.

As cirurgias foram sendo, cada vez mais, realizadas precocemente, quando o intersexual ainda é uma criança ou recém-nascido, uma vez que bebês intersexuais não apresentam tanta resistência quanto adultos intersexuais (Chase, 2013). Além disso, as cirurgias, muitas vezes, são realizadas pelo fator estético: de criar um pênis/vagina para uma criança que a comunidade médica decidiu que é homem/mulher, sem que as genitais ambíguas representem um risco à saúde da pessoa intersexual (Chase, 2013; Alban, 2019; Martini; Silva; Wingert, 2020).

A defesa da normatização dos corpos intersexuais é tamanha que casos de intersexualidade em neonatos são considerados emergência médica (Alban, 2019), argumentando que as cirurgias devem ser realizadas precocemente e em sigilo para proteger a criança intersexual de dano psíquico e emocional e de discriminação futura, e trata os pais que optam pela não-cirurgia precoce como irresponsáveis (Guadenzi, 2018; Alban, 2019);

A ativista Cheryl Chase fundou o primeiro grupo político do movimento intersexual, a *Intersex Society of North America* (ISNA), em 1993, nos Estados Unidos. O movimento luta

para que as cirurgias não sejam feitas em crianças recém-nascidas, nem que a comunidade médica decida qual gênero essas crianças devem ter. Defende que as cirurgias sejam realizadas somente quando a vida dos intersexuais neonatos esteja em risco, por exemplo, em casos de bloqueio da uretra (Chase, 2013, p. 58-59). Como diz Paula Machado (2013, p. 25), os intersexuais “reivindicam a diferença como possibilidade e não como patologia” (tradução nossa)².

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

ALBAN, Carlos Eduardo. A questão intersexo diante do embate bioético entre autonomia e beneficência. In: BARRETTO, Vicente de Paulo; ZAGHLOUT, Sara Alacoque Guerra; MARQUES, Clarice Gonçalves Pires (org.). *Dimensões teóricas e práticas dos direitos humanos*. Porto Alegre: Fi, 2019, p. 119-136.

CHASE, Cheryl. Hermafroditas con actitud: Cartografiando la emergencia del activismo político intersexual. *Debate Feminista*, Cidade do México, n. 47, p. 47-75, 2013.

GUADENZI, Paula. Intersexualidade: Entre saberes e intervenções. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 01-11, 2018.

MACHADO, Paula Sandrine. En los límites del género: Apuntes para una discusión acerca del sexo y el género ante los desafíos de la diversidad sexual. *Debate Feminista*, Cidade do México, n. 47, p. 22-30, 2013.

MARTINI, Sandra; SILVA, Laércio da; WINGERT, Márcia. As intervenções cirúrgicas realizadas no Brasil em intersexuais recém-nascidos e o direito ao livre desenvolvimento de personalidade: A premente necessidade de mediação sanitária. *Derecho y Salud*, Córdoba, v. 4, n. 4, p. 119-128, 2019.

² No original: “reivindicam la diferencia como posibilidad y no como patologia” (Machado, 2013, p. 25).

J



JAQUELINE DE JESUS

1978-

Psicóloga brasileira e ativista transexual/travesti, com doutorado pela Universidade de Brasília (UnB). É professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Desenvolve estudos sobre a transfobia e o transfeminismo, tendo destacado a vida da escravizada Xica Manicongo, considerada a primeira travesti durante o período colonial.

Algumas Obras

Gênero sem essencialismo: Feminismo transgênero como crítica do sexo (2014)

Transfeminismo: Teorias e práticas (2014)

Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra (2019)



JOAN SCOTT

1941-

Historiadora estadunidense, é PhD pela Universidade de Wisconsin e professora no Instituto de Estudos Avançados de Princeton, Estados Unidos. É uma das principais referências nos estudos do campo historiográfico sobre história das mulheres e das relações de gênero.

Algumas Obras

Gênero: Uma categoria útil para análise histórica (1986)

O enigma da igualdade (2005)

Usos e abusos de gênero (2012)



JOANA MARIA PEDRO

1950-

Historiadora brasileira e doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). É Professora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Referência nos estudos historiográficos sobre história das mulheres, feminismos, estudos queer e relações de gênero, é considerada uma das cientistas 10.000 mais influentes na América Latina pela AD Scientific Index 2021.

Algumas Obras

A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero (2007)

Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul (2010)

Nova história das mulheres no Brasil (2012)



JUDITH BUTLER

1956-

Filósofa estadunidense. É PhD pela Universidade de Yale e professora na Universidade da Califórnia. Autora de muitas obras, é referência nos estudos Queer, com reflexões sobre os conceitos de gênero, sexualidade, performance e performatividade.

Algumas Obras

Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade (1990)

Corpos que importam: Os limites discursivos do "sexo" (1993)

Corpos em aliança (2020)



JULIETA PAREDES

1967-

Poeta, artista e ativista

Fundadora do Movimento Mujeres Creando Comunidad

Contribuições ao feminismo comunitário e decolonial

Reflexões sobre o conceito patriarcado e feminismo comunitário

Algumas Obras

Hilando fino: Desde el feminismo comunitario (2010)

Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (2015)

K



KIMBERLÉ CRENSHAW

1959-

Formada em Direito pela Universidade de Harvard, é professora na Universidade da Califórnia e na Columbia Law School, nas quais desenvolve debates sobre questões de raça e gênero. Estudiosa da teoria crítica da raça e do conceito de interseccionalidade.

Algumas Obras

Mapeando margens: Interseccionalidade, políticas indentityárias e violência contra mulheres de cor (1991)

Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (2002)

L

LESBIAN(IDADE)

Viver na sociedade atual requer muita luta e coragem, ainda mais quando mostramos ao mundo nossas faces sobre quem somos e qual existência exercemos para nós mesmos. A sexualidade que não está de acordo com os padrões da heterossexualidade compulsória é sempre difícil de ser reconhecida e respeitada por aqueles que não têm conhecimento ou o sentimento de empatia ao próximo.

A existência semipública de coletividades lésbicas em diferentes países ocidentais é anterior ao desenvolvimento do movimento feminista. Mas foi a partir dos anos 1960 e 1970 que o movimento lésbico se desenvolveu nos Estados Unidos, junto aos movimentos pelos direitos civis. No Brasil, o Grupo Ação Lésbico-Feminista (GALF) se organizou nos anos 1980, como uma dissidência do Grupo Somos, majoritariamente formado por homens homossexuais, e lançou o jornal e o boletim Chanacomchana (Facchini; Simões, 2009).

A crítica direcionada às insuficiências, contradições e esquecimentos dentro do movimento LGBT levou as mulheres lésbicas (ou lesbianas) a tomar uma posição de autonomia organizacional e, sobretudo, teórica (Falquet, 2012), combatendo os estereótipos em torno do conceito de lésbica. Os termos lesbiana e lesbian(i)dade foram defendidos por Patrícia Lessa, em 2007, no lugar de lésbica e lesbianismo, por estas serem vinculadas ao discurso científico do século XIX, que classifica as práticas de mulheres lesbianas como patologia, perversão sexual e crime. Além de lesbiandade, o termo lesbianidade também é usado por militantes e intelectuais lesbianas. Renomear significa a oportunidade de que elas

mesmas possam criar outros imaginários que fujam dos estereótipos.

A lesbian(i)dade trata de um conjunto de práticas, afetivas e/ou sexuais de mulheres que se relacionam com o mesmo gênero. No entanto, também significa um conjunto de atos políticos por mulheres que procuram se emancipar e lutar contra as injustiças sociais e as violências vividas na sociedade atual.

Adrienne Rich (2012) afirma que a definição de “ser lésbica” (lesbiana) varia de acordo com uma intersecção de elementos como a conjuntura histórica, o espaço, a geração, a raça, a classe social e o engajamento político. Também pode passar pelo sentido individual, mesmo quando mulheres pertencem ao mesmo grupo social. Algumas delas podem afirmar se tratar de questão afetiva, outras de sexualidade, ou ainda a junção das duas. Rich se refere a um continuum lésbico, que diz respeito a interações entre mulheres que podem ser, inclusive, políticas ou em torno de símbolos, sem ligação sexual ou afetiva. Referir-se às lesbianidades requer falar da multiplicidade de elementos e sentidos

Arelado ao movimento LGBTQIA+ nos dias atuais, o movimento lésbico (lesbiano) e feminista traz novas pautas para a luta: não apenas centra nas questões contra a sociedade heterossexual, mas encontra novas críticas sobre os conflitos de sua própria comunidade, e junto a isso passa a questionar as questões de gênero e racismo. Além disso, essa nova militância trouxe pautas importantes como a exclusão de mulheres lésbicas (lesbianas) asiáticas e negras do movimento feminista hegemonicamente branco e ocidental.

Mariana Aparecida dos Santos Rodrigues

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

ESCOBAR, Geanine Vargas; BAPTISTA, Maria Manuel R. T. Lesbianidade negra, interseccionalidades e o pensamento descolonizado. In: LISBOA Fo., Flavi Ferreira; SILVA, Thomas Josue (Org.). *Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais* Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife, v. 6, n. 5, p. 08-31, 2012.

HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário Crítico Do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade* (Brasil, 1979 – 2006). Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História, Brasília, 2007.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: Corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

OLIVEIRA, Lendra.; MATTOS, Amana. Diálogos sobre Lesbianidades: uma breve incursão histórica e análise das produções recentes. *REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 1, p. 7-28, 2018.

RIBEIRO, Diana Raffaella K. Identidade Lésbica Diversa e Relacional: As Multiplicidades das Existências e as Várias Formas de Resistir. *REBEH*, Redenção, v. 2, n. 4, p. 121-128, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Natal, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2012.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.



LGBTFOBIA

O termo LGBTfobia é uma palavra guarda-chuva para agrupar as relações de discriminação, opressão e violência das quais a comunidade LGBTQIA+ é alvo. Mas vale ressaltar que a LGBTfobia, enquanto um sistema de opressões, deve ser levada em conta em uma realidade interseccional com outros conceitos como patriarcado, machismo, sexismo, misoginia, racismo, heterossexualidade compulsória, cis-heteronormatividade, cis-heterossexismo.

Como um termo guarda-chuva, a LGBTfobia engloba a homofobia como o sistema de opressões, discriminações e violência contra pessoas homossexuais e contra a homossexualidade. Originalmente, o termo foi cunhado em 1971 e se referia ao ódio de si mesmo em pessoas homossexuais (Borrillo, 2011), mas com o tempo foi modificado para explicar o ódio contra pessoas homossexuais, independente se quem odeia é homossexual, heterossexual ou outra sexualidade. Como trata Borrillo (2011), a homofobia é um fenômeno psicológico e social, que lança mão tanto de violências físicas, quanto simbólicas, e de impedimentos e entreves na busca da manutenção da homossexualidade e de homossexuais num status de inferioridade em relação à heterossexualidade.

Também engloba o conceito de lesbofobia, a discriminação contra

lésbicas, a partir de elementos da intersecção entre o gênero mulher e a sexualidade lésbica. Assim, as opressões e discriminações que lésbicas estão sujeitadas engloba também a misoginia e a dominação masculina (Borrillo, 2011, p. 27).

Outro termo é a bifobia, sendo a discriminação destinada às pessoas bissexuais. Ao contrário dos termos anteriores, bifobia sofre com o não reconhecimento e invisibilidade mesmo dentro do movimento LGBT (Jaeger et al., 2019, p. 09). Parte da comunidade LGBT e heterossexual entende que a bifobia não existe, já que pessoas bissexuais só estariam sujeitas à discriminação enquanto estivessem em relacionamentos homoafetivos, e, portanto, a discriminação poderia ser entendida como homofobia ou lesbofobia (Jaeger et al., 2019, p. 06-07).

Este aspecto revela o pensamento bifóbico ou monossexista, que entende que as monossexualidades (heterossexualidade e homossexualidade) são mais válidas do que as outras sexualidades (bissexualidade, pansexualidade) (Jaeger et al., 2019).

Por último, o conceito de transfobia, em referência às pessoas transgêneras, transexuais, travestis. Conforme Jaqueline de Jesus (2014), a transfobia envolve tanto a violência simbólica (por exemplo, a estigmatização, o não respeito da identidade de gênero e do nome social, a proibição do uso do banheiro do gênero que se identifica), quanto à violência física, como ameaças, agressões e homicídios. A autora também lembra que o Brasil é o país com mais assassinato de pessoas trans (Jesus, 2014, p. 101).

Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucional por Omissão (ADO) 26, na qual, diante da omissão do poder legislativo, decide que

a homofobia e a transfobia podem ser enquadradas na lei n.º 7.716/89 (que trata da criminalização do racismo) até que o Congresso redija uma lei específica para a homofobia e transfobia (Oliveira; Barbieri, 2019), o que foi uma conquista do movimento LGBTQIA+.

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Referências bibliográficas e Sugestões de Leitura

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme J. de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

JAEGER, Melissa B. et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: Problematizando enquadramentos. *Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 11, p. 01-16, 2019.

JESUS, Jaqueline G. de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 16, p. 101-123, 2014.

OLIVEIRA, Mariana; BARBIERI, Luiz F. *STF permite criminalização da homofobia e da transfobia*. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2021.



LINGUAGEM NÃO SEXISTA

Historicamente as relações humanas foram construídas a partir de representações sociais que atribuíram expectativas e papéis diferentes para

homens e mulheres, entendidos de forma binária, hierárquica e até mesmo oposta. Segundo Ana Maria Colling (2010), ao longo da história o gênero masculino dominou as relações sociais, ocupando espaços de poder e saber e discriminando mulheres negras, brancas, indígenas e transexuais.

A linguagem é uma das formas de controle e de invisibilidade do chamado feminino diante de um mundo hegemonicamente masculino. Tratadas como se fossem naturais e não uma invenção humana, as palavras são a demonstração do domínio de um gênero sobre outro e por isso seu uso tem caráter sexista.

Até que os movimentos feministas denunciasses, o uso das palavras no masculino era tratado como universal. Por exemplo, quando nos referimos a uma coletividade, sempre aprendemos a nos dirigir a ela por meio de substantivos, pronomes e adjetivos no masculino, sem perceber que esta é uma forma de invisibilizar as diferenças e a pluralidade de sujeitos e sujeitas, o que contribui para a manutenção da desigualdade sem questionamentos.

Além disso, defender a flexibilização no uso dos gêneros, incluindo também a linguagem não binária, é muito importante para gerar processos de visibilidade e respeito a pessoas que não se identificam na divisão binária de gêneros. É importante lembrar que a forma tradicional com que usamos a língua é uma criação histórica, ou seja, por sujeitos num tempo e lugar e que se perpetua no ocidente como se fosse algo atemporal.

A língua é sempre algo vivo e passível de mudanças, conforme as necessidades humanas/sociais também se alteram. Falando de nossa própria língua, que advém do latim, é necessário enfatizar que havia três gêneros flexionais: o feminino, o masculino e o neutro. As relações desiguais e

hierárquicas de gênero, tendo como modelo a cisheteronormatividade acabaram reduzindo-os a dois, prevalecendo o masculino sobre o feminino e apagando outras existências não binárias (Toledo *et al*, 2014).

Outras formas de demonstrar que nossa língua é sexista são as práticas de *mansplaining* e *maninterrupting*, termos baseados na obra *Os homens explicam coisas para mim: os fatos não ficaram em seu caminho*, escrito pela estadunidense Rebecca Solnit (2017), em que a autora parte de uma experiência, quando um homem interrompeu sua fala e procurou explicar a ela o seu próprio livro. Daí, esses termos são usados para se referir aos momentos em que, respectivamente, um homem explica coisas óbvias a uma mulher, muitas vezes de forma paternalista, como se ela não fosse capaz de entender alguma ideia ou acontecimento; ou quando eles interrompem falas de mulheres, sem desenvolver escuta nem respeito pelo que elas dizem (Montensanti, 2016; Carvalho, 2018).

Defender uma linguagem não sexista significa compreender como as palavras e as expressões verbais e não verbais são construções históricas que contribuem para que silêncios e estigmas sejam entendidos como natural, quando não são. As mudanças nos usos e recriações da linguagem não são ofensas à linguagem tradicional ou ao “bom português”, mas formas de compreendermos as demandas sociais e de lutar contra o silenciamento de gênero, reconhecendo a necessidade de que mulheres, pessoas negras e não binárias possam expressar suas ideias, sem serem enquadradas ou invisibilizadas pelos discursos, pelas práticas e expressões que tornam a linguagem uma forma de dominação.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Referências bibliográficas e sugestões de leitura

CARVALHO, Michele Chinelato; WERBA, Graziela Cucchiarelli. Não nos deixam falar, então não somos interrompidas: a linguagem sexista propagando a discriminação de gênero. *Conversas interdisciplinares*, Torres, v. 14, n. 1, p. 01-20, 2018.

COLLING, Ana. A construção da história do Feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N; CABEDA, Sonia T.L.; PREHN, Denise R. *Gênero e Cultura*. Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. *Revista Línguas e Letras*, Cascavel, v. 17, n. 35, p. 86-106, 2016.

MONTESANTI, Beatriz. ‘Manterrupting’: a prática sexista de interromper uma mulher quando ela está falando. *Nexo Jornal*. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/28/%E2%80%98Manterrupting%E2%80%99-a-pr%C3%A1tica-sexista-de-interromper-uma-mulher-quando-ela-est%C3%A1-falando>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam coisas para mim*: os fatos não ficaram em seu caminho. São Paulo: Cultrix, 2017.

TOLEDO, Leslie Campaner et al. *Manual para o uso não sexista da linguagem*: o que bem se diz bem se entende. Secretaria de políticas para as mulheres, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.



LÉLIA GONZALEZ

1935-1994

Filósofa, historiadora, antropóloga e ativista brasileira. Foi professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e uma das principais integrantes do Movimento Negro Unificado nos anos 1970. Contribuiu com o pensamento interseccional entre gênero e raça e é uma das referências do feminismo afro-latino-americano, apresentando reflexões acerca do conceito de amefricanidade.

Algumas Obras

Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984)

A categoria político cultural da Amefricanidade (1988)

Por um feminismo afro-latinoamericano (2020)



LETÍCIA NASCIMENTO

1989-

Educadora brasileira, ativista travesti e negra. É doutoranda na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professora na mesma instituição. Seus estudos estão voltados ao pensamento decolonial feminista, às interseccionalidades entre gênero, raça, gordofobia, (trans)sexualidade e transfeminismo. Apresenta reflexões sobre o conceito de transgeneridade, transfeminismo e travestilidade.

Algumas Obras

Aprendizagens em educação e as diferenças (2020)

Eu não vou morrer: Solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia (2020)

Transfeminismo (2021)

M

MASCULINIDADES

Refletir sobre o conceito de masculinidades é pensar a construção do gênero, a partir do movimento histórico, cultural e das tecnologias que decorrem dessa produção (Connel, 1995). Assim como Raywen Connel, Butler (2003) afirma que o gênero é uma série de atos estilizados de seres humanos, que quando atuam, incorporam uma série de significados socialmente construídos e legitimados.

O movimento histórico mostra que as construções das masculinidades estavam de acordo com as ideias e valores que passam por questões de cultura e relações de poder (Mcdowell, 1999; Rose, 1993). A concepção de masculinidade hegemônica foi constituída em oposição ao feminino relacionado a atributos de imanência, irracionalidade, natureza, passividade, emoção, privado, etc. Desta forma, o Ocidente legou às masculinidades o status quo de superioridade, ao passo que delimitava os ‘espaços’ e adjetivos tidos como femininos.

Ao falarem da modernidade como algo que passa por contínuas “reprodutibilidades”, Teodor Adorno (1994) e Walter Benjamin (1994) deixam escapar que as empresas midiáticas, de certa forma, também produzem o gênero. Por exemplo, os brinquedos tidos como de ‘homens’ que exaltam a guerra ou profissões de prestígio, os programas de televisão que colocam o homem como protagonista, ao passo que a mulher é coadjuvante (embora isso venha mudando). Desta forma, podemos entender as tecnologias políticas como atos discursivos, exercícios de poder e práticas cotidianamente normatizadas, ora se reforçando, ora contrapondo gêneros (Foucault, 1988).

A reflexão sobre as masculinidades nos coloca algumas

questões como o enfrentamento ao machismo e ao patriarcado. As relações sexistas não decorrem única e exclusivamente dos homens, mas são reforçadas e produzidas por eles. O sistema patriarcal deve ser entendido como uma estrutura de dominação das mulheres pelos homens, sendo o machismo um dos efeitos dessa dominação (Paredes, 2008), que pode ser praticado também por mulheres que introjetaram as masculinidades como padrão naturalizado.

Ademais, precisamos pensar na ideia de “masculinidades hegemônicas”, como práticas, atitudes, discursos, gestos, vestuários, que são incorporados, quando é desejável, para que o sujeito alcance um reconhecimento social dentro do grupo (Connel; Messerschmidt, 2013).

A masculinidade hegemônica não deve ser entendida, segundo Connel e Messerschmidt (2013), como uma existência geral nem numérica, mas como práticas e adjetivações tomadas como modelo e relacionadas a comportamentos viris e agressivos. Entre elas, a discriminação e a violência contra mulheres são apresentadas como sinônimo de masculinidade a serem seguidas por todos os outros homens, mesmo os subalternizados. No entanto, Connel (1995) aponta, também, a existência de masculinidades dissidentes, aquelas que negam o padrão imposto e propõem táticas para a produção de uma masculinidade mais saudável, capaz de questionar a masculinidade hegemônica.

José Luiz Alves Neto

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994, p. 92-99.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Br. Sérgio. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNEL, Robert (Raywen) W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: pensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNEL, Robert (Raywen) W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2 p. 185-206, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place*: understanding feminist geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

PAREDES, Julieta. *Hilando Fino* (Desde el feminismo comunitário). La Paz: CEDEC, 2008.

PIRES, Laura. *Dicionário de sexualidades*: um guia incompleto. Disponível em: <https://medium.com/@laurampires/dicion%C3%A1rio-de-sexualidades-um-guia-incompleto>. Acesso em: 02 mar. 2020.

ROSE, Gillian. *Feminism & geography*: the limits of geographical knowledge. Cambridge. Polity Press, 1993.

WOODWARD, Karthryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 7-72.



MOVIMENTO LGBTQIA+

O movimento LGBTQIA+ é um conjunto de organizações de caráter civil, político e social, pautado na luta pelo reconhecimento e pela busca de representatividade na sociedade majoritariamente cisheteronormativa.

Em 28 de junho de 1969, uma das mais importantes rebeliões civis da história se iniciou nos Estados Unidos e ficou conhecida como Revolta de Stonewall. Durante seis dias, gays, lésbicas, travestis e drag queens enfrentaram a força policial em um episódio que serviu de base para o movimento até então chamado GLBT, em todo o mundo. Este ato foi uma resposta às ações arbitrárias e preconceituosas da polícia de Nova York e se tornou uma data símbolo de luta. Um ano depois, uma marcha que lembrou Stonewall deu origem ao que hoje é conhecida como parada LGBTQIA+ em todo o mundo (Gorish, 2015).

O movimento GLBT brasileiro teve início durante a ditadura civil-militar (1964 a 1985), com destaque para o Grupo SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual (1978), o GGB: Grupo Gay da Bahia (1980), o Triângulo Rosa (1985) e o GALF: Grupo de Ação Lésbico-feminista (1981), entre outros. O surgimento de algumas publicações como os jornais *Lampião da Esquina* (1978-81) e *ChanacomChana* (1979-81) foram essenciais para o crescimento e o

amadurecimento das demandas e debates (Simões; Facchini, 2009).

O crescimento da sigla e da diversidade de letras se deve às disputas e demandas identitárias, demonstrando que gêneros e sexualidades não são substâncias e estão em disputas. No ano de 2008, após amplo debate na Conferência Nacional GLBT, a sigla passou a ser LGBT devido à reivindicação das mulheres lésbicas pelo reconhecimento de sua dupla opressão e discriminação. Desde então, outras representatividades se fizeram manifestar na sigla LGBTQIA+, que ainda pode ser alterada de diferentes formas, a partir das demandas e disputas políticas.

No ano de 2000 a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (Antra) foi fundada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tendo sido registrada na cidade de Curitiba e substituído a Rede Nacional de Travestis, criada em 1993. Em 2015, ainda, foi criada a Associação Brasileira de Intersexos (Abrai), além de se ampliarem coletivos de pessoas assexuais e pansexuais.

A criação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, pelo governo federal, foi resultado da luta desses vários grupos que reivindicaram (e ainda reivindicam), entre outras coisas, a criminalização da homo-lesbo-bi-transfobia (até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas podem ser igualladas aos crimes de racismo); reconhecimento da identidade de gênero (que inclui a questão do nome social e retificado); despatologização das identidades trans; fim da “cura gay”; casamento civil igualitário; adoção para casais homo/trans-afetivos.

Algumas conquistas foram alcançadas, embora no Brasil a lgbtfobia e a morte de pessoas LGBTQIA+

sejam práticas cotidianas e extremamente preocupantes. No ano de 1990, a Assembleia-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, a Classificação internacional de doenças (CID). Em 1991, a Anistia Internacional passou a considerar a discriminação contra homossexuais uma violação aos direitos humanos.

Em maio de 2019, a OMS aprovou a retirada da transexualidade da lista de transtornos mentais, enquadrando em uma nova CID que considera a transexualidade como uma questão de saúde sexual. No entanto, ainda há muitos direitos a serem conquistados, relativos à defesa dos direitos humanos e ao respeito à diversidade.

Cristiane Maria de Oliveira

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001*. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana), UERJ, Rio de Janeiro.

GORISH, Patricia Cristina V. O reconhecimento dos direitos humanos LGBT: de Stonewall à ONU. Curitiba: Appris, 2015.

GREEN, James et al. (org). *História do Movimento LGBT no Brasil*, São Paulo: Alameda, 2018.

QUINALHA, Renan; GREEN, James. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SCHMIDT, B.; RODRIGUES, R.; VERAS, E. *Clío sai do armário: historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.



MARÍA LUGONES

1944-2020

Filósofa e socióloga argentina. PhD pela Universidade de Wisconsin, foi professora na Universidade Binghamton, nos Estados Unidos. Apresentou grandes contribuições ao feminismo decolonial e latino-americano, com reflexões sobre o conceito de colonialidade de gênero.

Algumas Obras

Colonialidade y género (2008)

Rumo a um feminismo decolonial (2010)



MEGG RAYARA

1975-

Educadora brasileira, ativista LGBTQIA+ e negra. Primeira travesti negra a ter doutorado em Educação no Brasil e a assumir como professora na Universidade Federal do Paraná. Recebeu o prêmio de cidadã honorária em Curitiba, por suas contribuições ao pensamento queer na educação e ao debate sobre interseccionalidades entre gênero, raça e transexualidade. Reflexões acerca das questões de resistências e ensino.

Algumas Obras

O diabo em forma de gente: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação (2017).

Nem ao centro, nem à margem: Corpos que escapam às normas de raça e gênero (2020).



MICHELLE PERROT

1928-

Historiadora francesa, com doutorado pela Universidade de Sorbonne. É professora emérita na Universidade Paris-Diderot, França. Apresenta discussões no campo historiográfico sobre silenciamento de mulheres, história das mulheres e relações de gênero.

Algumas Obras

Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros (1988)

Minha história das mulheres (2006)

As mulheres e os silêncios da história (2014)

IN

NÃO BINARIEDADE DE GÊNERO

Entende-se por não-binariedade de gênero as identidades de gênero que fogem ao padrão binário homem e mulher, ou seja, pessoas que não se identificam nem como homens, nem como mulheres únicas, inteiras e constantes. Assim, gênero não binário é um termo guarda-chuva que engloba diferentes identidades de gênero, como o terceiro gênero (pessoa que se identifica com um gênero que não é homem nem mulher); a ageneridade (quando não há gênero); o gênero-fluido (quando os gêneros fluem pelo indivíduo esporadicamente, se identificando ora como um, ora como outro); o gênero-neutro (quando se porta com indiferença com o gênero); a androginia (quando há a fusão dos gêneros homem e mulher); entre outras identidades.

As pessoas transgêneras e travestis também podem ser não binárias, pois ao rejeitarem o gênero dado e reivindicarem outra identidade de gênero, podem ser consideradas como em transição e movimento (Krasota, 2016; Reis; Pinho, 2016).

Segundo Judith Butler (2019), é a cisheterossexualidade que cria os gêneros enquanto binários, únicos, opostos ou complementares. Ao mesmo tempo, cria a ideia de que “sexo biológico” e gênero são dependentes, pois estruturou-se todo um sistema que se sustenta na premissa de que homens/pênis naturalmente devem se relacionar com mulheres/vagina.

O historiador Thomas Laqueur (2001) se dedica a historicizar a binariedade de gênero. Segundo ele, a ideia de que homens e mulheres são as únicas variáveis de gênero é fruto do pensamento moderno do século XVIII. Foi, sobretudo, com os avanços científicos do século XIX, com os

estudos sobre a sexualidade, a reprodução e os hormônios, que se consolidou a ideia de dois sexos biológicos (Castro; Reis, 2017; García-granero, 2017).

María Lugones (2008) argumenta que é a ideologia da modernidade e da colonialidade de poder que institui o padrão binário de gênero, atribuindo a todos um gênero binário, dicotômico, hierárquico e universal. Por meio da colonização, o padrão ocidental de gênero foi imposto em sociedades que não entendiam os gêneros dessa forma. Historicamente existiram (e ainda existem) identidades e performances de gênero não binárias, como o caso da sociedade Bugi, na Indonésia, que reconhece cinco gêneros; o caso da identidade Muxe, na sociedade Zapoteca, no México; da identidade Hijra, no hinduísmo indiano; para citar alguns exemplos (Barbosa, 2016; Botton, 2017; Cobos Alcázar, 2018; Ramos, 2018; Corrêa, 2020).

Podemos afirmar que a própria biologia é não binária, como demonstra uma série de variações anatômicas, como o caso da intersexualidade (Fausto-sterling, 2006; Chase, 2013; Reis; Pinho, 2016; García-Granero, 2017). Atualmente, alguns Estados reconhecem legalmente o terceiro gênero (Acosta Ordoñez, 2016). Todavia, a inclusão do terceiro gênero não garante um sistema de gênero mais flexível e menos engessado (Fausto-Sterling, 2006). Ao fim, não existe uma definição fixa e completa da não-binariedade, pois iria contra ao que a própria identidade propõe: a multiplicidade de vivências de gênero.

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

- ACOSTA ORDONÓEZ, Daniel Sola. *El tercer género como garantía de los derechos de la población intersexual en Colombia*. 127 f. Monografía (Graduação em Direito) - Universidad Cooperativa de Colombia, Santiago de Cali, 2016.
- BARBOSA, Luanna. Muxes: Entre localidade e globalidade: Transgeneridade em Juchitán, Istmo de Tehuantepec. *Mandrágora*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 05-30, 2016.
- BOTTON, Viviane Bagiotto. Muxes: Gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades. *Ecopolítica*, São Paulo, n. 17, p. 19-32, 2017.
- BUTLER, Judith. *Problemas de género: Feminismo e subversão da identidade*. 17. Ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. Romper binários de gênero e sexualidade: Ensaiar uma educação não binária. *Margens*, Abaetetuba, v. 11, n. 17, p. 108-124, 2017.
- CHASE, Cheryl. Hermafroditas con actitud: Cartografiando la emergencia del activismo político intersexual. *Debate Feminista*, Cidade do México, n. 47, p. 47-75, 2013.
- COBOS ALCÁZAR, Abel. *Hijras, entre los discursos occidentales y la realidad: El difícil encaje de la emancipación LGTBI occidental y el tercer género indio*. 40 f. Monografía (Graduação em Humanidades) - Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 2018.
- CORRÊA, Otávio Amaral da S. A transexualidade como terceiro sexo e a divindade às Hijras. *REBEH*, Cuiabá, v. 3, n. 10, p. 276-294, 2020.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Cuerpos sexuados: La política de género y la construcción de la sexualidad*. Barcelona: Melusina, 2006.
- GARCÍA-GRANERO, Marina. Deshacer el sexo: Más allá del binarismo varón-mujer. *Dilemata*, Madrid, n. 25, p. 253-263, 2017.
- KRASOTA, Alisson Gebrim. *Uma noção de pessoa trans não-binária*. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.
- RAMOS, Regiane Corrêa de O. The voice of an India trans woman: A *Hijra* autobiography. *Indialogs*, Barcelona, v. 5, p. 71-88, 2018.
- REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários, identidades, expressões e educação. *Rev. Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 07-25, 2016.



NANCY FRASER

1947-

Filósofa estadunidense. É PhD pela Universidade da Cidadania de Nova York e professora de Ciências Políticas e Sociais na New School of Social Research. É afiliada à Teoria Crítica, com contribuições para o pensamento interseccional entre feminismo e capitalismo e reflexões sobre justiça de gênero e reconhecimento.

Algumas Obras

Feminismo, capitalismo e a astúcia da História (2009)

Feminismo para os 99%: um manifesto (2019)

O velho está morrendo e o novo não pode nascer (2020)



ORIENTAÇÃO AFETIVO-SEXUAL

Um dos aspectos da sexualidade dos sujeitos consiste na forma como cada um encontra para expressar seus desejos. Ela consiste na atração que sujeitos expressam entre si. Chamamos de orientação afetiva-sexual, pois os sujeitos podem se atrair na forma de desejo afetivo e ou sexual, e nem sempre uma decorrerá na outra (Reis et al. 2018). Alguns exemplos de orientação afetiva-sexual:

- **Assexual:** refere-se ao sujeito que não sente nenhuma atração sexual, seja por qualquer gênero. Mesmo não sentindo atração sexual, os sujeitos que se identificam com a assexualidade podem sentir atração de natureza romântica, estética ou sensual por outras pessoas. Esses fatos também podem variar de acordo com as experiências dos sujeitos (Aven, 2020).
- **Bissexual:** refere-se ao sujeito que se sente atraído de forma afeta e/ou sexual por sujeitos que performam gênero feminino, masculino ou sujeitos não-binários. A bissexualidade, nesse sentido, é fluida. Quer dizer que, mesmo a bissexualidade sendo concebida de forma dual, os sujeitos podem se sentir atraídos por outras expressões de gênero (Bolguese, 2021).
- **Heterossexual:** refere-se ao sujeito que se sente atraído de forma afetiva e/ou sexual por sujeitos do gênero diferente do seu. A heterossexualidade é um tipo de atração afetiva-sexual que pode acontecer tanto com sujeitos cisgêneros, quanto por sujeitos transgênero.
- **Homossexual:** refere-se ao sujeito que se sente atraído de forma afetiva e/ou sexual por sujeitos que expressam o mesmo gênero que ele. A homossexualidade é concebida como

orientação sexual que pode acontecer com sujeitos cisgêneros e transgêneros.

- **Pansexual:** refere-se ao sujeito que se sente atraído por outra pessoa de forma afetiva e/ou sexual, sem distinção de gênero.

Ademais, nenhuma orientação afetiva-sexual pode ser concebida de forma menos válida, pois ao deslegitimá-las está se deslegitimando o próprio sujeito em suas subjetividades e direitos.

José Luiz Alves Neto

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

AVEN: Rede de Visibilidade e Educação Assexuada, fundada em 2001. Para mais informações, conferir: <https://www.asexuality.org/?q=about.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

AVEN. *Sobre a assexualidade*. 2001. Disponível em: <https://www.asexuality.org/?q=overview.html>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BOLGUESE, Are. *Saiba tudo sobre a bissexualidade*. 2020. Disponível em: <https://zenklub.com.br/blog/amor/bissexualidade/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PANSEXUALIDADE. *Dicionário de sexualidades: um guia incompleto*. <https://medium.com/@laurampires/dicion%C3%A1rio-de-sexualidades-um-guia-incompleto-f49b72b74220>. Acesso em: 22 mar.2021.

REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.



MARIE OLYMPE DE GOUGES

1748-1793

Dramaturga e ativista francesa, durante a Revolução Francesa (1789-1799). Considerada por algumas intelectuais como pioneira do feminismo, mesmo que vivendo num momento histórico em que não havia este conceito, e das reivindicações pelos direitos políticos e civis das mulheres. Foi guilhotinada pelos jacobinos ao questionar as relações de gênero na sociedade francesa, mesmo entre os revolucionários.

Algumas Obras

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791)



OYÈRÓNKE OYEWÙMÍ

1957-

Socióloga nigeriana, de linhagem iorubá. É PhD em Sociologia pela Universidade da Califórnia e professora na Universidade Stony Brook, nos Estados Unidos. Tem grandes contribuições ao feminismo decolonial, com críticas a concepções ocidentais e eurocêntricas de gênero e a defesa de reflexões sobre epistemologias africanas descolonizadoras e decoloniais.

Algumas Obras

The invention of women: Making na African sense of Western gender discourses (1997)

Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas (2004)

A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero (2021)

P

PATRIARCADO

Trata-se de um conceito amplo que se dedica a nomear o sistema de opressões, dominações, explorações e violências que favorecem os homens em suas relações com as mulheres. O conceito foi cunhado diante da necessidade para classificar tal sistema de opressão/dominação/exploração em nível mundial, ou seja, a opressão de um homem sobre uma mulher não é uma questão individual, mas reflete um sistema de poder que regula as relações de gênero. Como trata Cinzia Arruzza (2015, p. 35), “a opressão de gênero é um fenômeno não reduzível a relações interpessoais, mas antes possui um caráter e consistência societal”.

Inicialmente o conceito foi usado para definir as relações de poder dentro do espaço doméstico e familiar (por isso o nome “patriarcado”, de “patriarca/pai”), restringido ao espaço do privado. Mas, com as críticas feministas, o termo foi ampliado para englobar as relações de poder entre os gêneros também no espaço público (Saffioti, 2011, p. 54).

O patriarcado age tanto na questão material quanto na simbólica (Saffioti, 2011), pois trata o gênero mulher como objeto pertencente ao gênero homem, e não como sujeito. Esse sistema de poder se autolegitima, criando a opressão/dominação/exploração da mulher como algo natural, ao mesmo tempo em que culpabiliza a mulher pela sua situação de violência, por exemplo: quando uma mulher é violentada cria-se o discurso de que ela “mereceu” ser violentada.

O conceito de patriarcado se relaciona estreitamente com os conceitos de machismo (a supervalorização de uma noção de masculinidade em detrimento de outras

masculinidades, das feminilidades e de outras vivências de gênero), de misoginia (o ódio/discriminação às mulheres) e sexismo (a hierarquização e discriminação entre os gêneros). Sendo que esses outros três conceitos que mantêm o patriarcado ativo.

Contudo, o patriarcado está em eterna transformação (Saffioti, 2011). Como diz Julieta Paredes (2015), se recicla; ou seja, estava/está presente e atuando junto do escravismo, do feudalismo, do capitalismo, da colonização, do neoliberalismo, sendo hoje, para autora, um patriarcado colonial e neoliberal. Para Paredes e para o feminismo comunitário, o patriarcado é o sistema de todas as opressões, historicamente construídas, sobre o corpo feminino. Nesse sentido, é imprescindível pensar o patriarcado junto do capitalismo, da colonialidade, do racismo.

Mas vale lembrar também dos riscos de se tratar do patriarcado de forma generalizada, a-histórica, essencialista e invariável: ele é dependente de seu contexto (Miguel, 2017).

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Referências bibliográficas e Sugestões de Leitura

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: Reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, v. 23, n. 1, p. 33-58, 2015.

MIGUEL, Luis F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, 2017.

PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). *Revista de Estudios Bolivianos*, Pitsburgo, v. 21, p. 100-115, 2015.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino*: Desde el feminismo comunitario. 2. ed. Cidade do México: Mujeres Creando Comunidad, 2014.



PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO

A chamada primeira onda do feminismo surgiu num contexto diferente das discussões atuais sobre direitos das mulheres. Logo que surge, como movimento organizado, vinha em favor de direitos civis e políticos básicos. Nasceu em diversas partes do mundo, não de forma imediata e homogênea, sendo que, podemos analisá-lo características no fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, que vão se transformando ao longo do tempo e dos espaços.

O contexto brasileiro para o surgimento deste movimento se dá na luta pela igualdade política dentro de um sistema patriarcal, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, já que, apesar de não haver nenhum tipo de ilegalidade, a mulher não tinha direito a voto.

O feminismo, de modo geral, buscou, desde o início, a análise do fenômeno do patriarcado, denunciando as opressões, as construções históricas e as possibilidades de libertação, percebendo-o, principalmente, como um sistema de relações dominantes que impõe um padrão de valores e de

comportamentos à sociedade (Monteiro, Grubba, 2017).

Nesse sentido, é possível entender como esse primeiro momento de enfrentamento feminino foi de certa forma mais conservador, comparado ao movimento feminista atual, limitando-se à luta pelo voto. Para se pensar as questões femininas, voltava-se para diálogos com autoras brancas e europeias, que escreviam para uma “elite intelectual”.

Assim sendo, Bertha Lutz, uma bióloga brasileira, foi a precursora deste movimento no Brasil. Trazendo do continente europeu as ideias que estavam se espalhando rapidamente sobre a luta de mulheres. Além de sua luta pelo sufrágio feminino de 1932, foi uma das primeiras mulheres brasileiras eleitas, e a primeira mulher do estado de SP eleita para a câmara de deputados, em 1936 (Teles, 1993).

Além dela, cabe destaque à escritora Maria Lacerda de Moura, que diferente das sufragistas, era defensora de um feminismo influenciado pelo anarquismo, o que ultrapassava e até mesmo questionava a luta das mulheres pelo voto, defendendo mudanças mais radicais na estrutura social.

Lucas da Silva Borges

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

KLEBIS, Daniela. O movimento feminista no Brasil e no mundo. Revista Pré-Univesp. n. 61. Setembro, 2015. Disponível em: <http://pre.univesp.br/o-movimento-feminista#.WRPDXIUrLIV>. Acesso em: 09 mai. 2017.

HOLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. São Paulo: Bazar do tempo, 2019.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo

espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-267, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim Pinto. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*. Curitiba. v. 18. n. 36. Junho, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.



PATRICIA HILL COLLINS

1948-

Socióloga estadunidense, é PhD pela Universidade de Brandeis. Professora na Universidade de Maryland, com contribuições ao feminismo negro, com reflexões sobre o pensamento interseccional entre gênero, raça e sexualidade.

Algumas Obras

Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento (1990)

O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso (1996)

Interseccionalidade (2021)

Q

QUARTA ONDA DO FEMINISMO

A chamada quarta onda feminista é considerada aquela que associa bandeiras feministas e redes sociais digitais. Segundo Cazarré (2016), as mídias virtuais permitem revisitar as bandeiras das outras ondas, sua interlocução e massificação. Também chamada por Ana Cláudia Felgueiras (2017) como ciberfeminismo, uma vez que é a militância de jovens mulheres pertencentes a uma geração que tem a facilidade de lidar política e socialmente com essas ferramentas em prol dos direitos e organização das mulheres e suas interseccionalidades de raça, classe, gênero, religião, sexualidade, entre outras.

Pela internet é possível fazer denúncias e criar diversas práticas de luta, como postagens dos coletivos, convocação para protestos, organização de eventos, trabalhos de pesquisa e suas relações com a sociedade, educação de gênero de forma remota, principalmente de forma a questionar silenciamentos por parte da mídia e da educação tradicional, moralista e misógina.

Marlise Matos (2014) aponta, também, a possibilidade da internacionalização dos movimentos feministas, numa luta pós ou transnacional, diluindo fronteiras entre culturas, movimentos e demandas de diferentes países. Desta forma, grupos de mulheres diversas podem se manifestar, organizar-se e militar, ampliando suas bandeiras e trocando conhecimento sobre concepções e papéis femininos e masculinos atribuídos por diferentes culturas.

É preciso enfatizar, no entanto, que a chamada quarta onda do feminismo, embora possa articular a pluralidade de lutas como das mulheres brancas, negras, trans e indígenas, ocidentais e orientais, do norte e do sul,

apresenta limites para as mulheres pobres e periféricas devido à dificuldade de acesso à tecnologia e também às desigualdades culturais, problemas que também se transformam em pautas de luta para elas em todo o mundo.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leituras

CAZARRÉ, M. A “quarta onda do feminismo” nasce em 2015. *Revista Brasileiros*. Disponível em:

<<http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015>>. Acesso em maio de 2016.

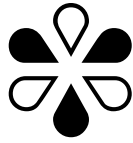
FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. L. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo. *Revista Digital Simonsen*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 108-121, 2017.

HOLANDA, Heloísa B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. São Paulo: Bazar do tempo, 2019.

HOLANDA, Heloísa B.(org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2019.

MATOS, Marlise. Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: 38 Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. *Anais do 38 Encontro ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2014. p. 01-28.

SANTOS, Maria Guadalupe. O feminismo e suas ondas. *Revista Cult*, São Paulo, n. 219, 2017.



QUEER

Ao longo do século XX, noções pretensamente naturalizadas a partir de oposições binárias foram alvo de estudos e constantes questionamentos nas universidades e nos movimentos sociais. Por meio do discurso político e teórico, a oposição binária entre heterossexual/homossexual e entre as categorias homem e mulher começa a ser desconstruída, a fim de tornar visível a constante interdependência entre as noções, assim como, a fragmentação de cada um dos polos (Louro, 2001). É neste contexto que surge o termo queer, como política e teoria que coloca em xeque as identidades fixas.

O termo queer, em sua origem, era traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário, em sentido pejorativo criado por grupos lgbgtfóbicos. Mas, reapropriado e recriado, o sentido de queer também manifesta, precisamente, a diferença que não quer ser nomeada e/ou assimilada. O lugar social dos e das sujeitas queer é, exatamente, o limite e a fronteira que a “norma reguladora” produz nas sociedades. Essa fronteira pode ser entendida pela não linearidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo; ao mesmo tempo, essa fronteira, torna-se, essencial para fornecer os ‘limites’ aos corpos que materializam a norma (Butler, 1999; 2003).

O termo Queer, em sua manifestação teórica e política, está atrelado às lutas pelo reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidade

que, desde as décadas 1980 e 1990, vem se debruçando sobre questões da ordem social e discursiva para compreender formas de controle e de re(x)istência dos corpos. Os sujeitos que debatem e vivem a partir do queer questionam os modelos binários, heteros e cisnormativos e sua naturalização. Para o pensamento queer, a representação contida em tais noções estaria disposta como efeitos reguladores e disciplinares dos corpos (Foucault, 1988; Butler, 1999).

Os corpos que assumem uma estética de vida considerada desviante da norma reguladora estariam, em todo momento, questionando essa mesma norma (também uma construção) a partir de outras performances. Aos queers, que se apoiam numa política pós-identidade, o questionamento da oposição entre heterossexual/homossexual e cisgeneridade/transgeneridade é o foco central de suas análises e militância, pois tais noções organizam as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos (Louro, 2001; Preciado, 2014).

Em suma, o termo queer expressa uma política e teoria decolonial que desestabilize as pretensas certezas que colonizam os corpos, valorizando caminhos plurais, em que a fluidez entre gênero, sexo, sexualidade e desejo, seja compreendida como pulsão de vida, ao contrário do que prega a cisheteronormatividade compulsória dentro de um regime fundamentalista e neoliberal. Queer converte o estigma em orgulho, o gueto em território, a fim de espacializar outros caminhos de vida e existências menos precárias.

José Luiz Alves Neto

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual*. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PR

RACISMO

Segundo Grada Kilomba (2018, p. 94), raça e gênero são conceitos inseparáveis, pois “as construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem impacto na construção da raça e na experiência do racismo”. O racismo no Brasil é o preconceito e a discriminação étnico-raciais estruturais, herdados da escravização que perdurou por três séculos no país. Foi o racismo científico do século XIX que estabeleceu as hierarquias raciais e desigualdades que ainda perduram na sociedade.

Para Silvio de Almeida (2019), o conceito de raça foi criado pelo Estado burguês que, ao definir o sujeito universal, determinou as categorias daqueles que deveriam se perpetuar no poder. Segundo o jurista, o racismo foi ganhando diferentes expressões ao longo da história, desde o caráter biológico e científico do século XIX, até o sociocultural e estrutural presente na contemporaneidade.

O racismo, segundo Almeida, é a discriminação sistêmica de grupos étnico-raciais subalternizados. Nesse sentido, se tratamos de grupos subalternizados, pensamos nas condições das mulheres negras pois, como afirma Sueli Carneiro (2018), “a mulher negra é a síntese das duas opressões – de gênero e de raça”. Em diálogo com Djamila Ribeiro, compreendemos que o machismo e racismo são elementos fundadores da sociedade brasileira (Ribeiro, 2018).

Lúvia Nascimento Monteiro

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

KILOMGA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



RACHEL SOIHET

Historiadora brasileira com doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). É professora na Universidade Federal Fluminense (UFF), com larga produção sobre história das mulheres e feminismo brasileiro. Apresenta reflexões sobre o corpo feminino, a luta pela cidadania das mulheres e violência de gênero.

Algumas Obras

O corpo feminino em debate (2003)

A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero (2007)

Feminismos e antifeminismos (2012)

S

“SAIR DO ARMÁRIO”

Por meio de uma linguagem metafórica o termo “sair do armário”, dentro da comunidade LGBTQI+, pode sintetizar uma ambivalência representacional. Segundo Eve Sedgwick (2007), o armário pode ser lido como uma estrutura simbólica dentro da sociedade Ocidental que serve para que os sujeitos cuja orientação sexual difere da heterossexualidade, possam guardar suas experiências dissidentes que são vistas dentro de nossa cultura como “desvio”, “sodomia” e “pecado divino”.

Como termo ambivalente, o armário responde às necessidades representacionais mais íntimas e, por outro lado, o armário é a estrutura que melhor sintetiza a opressão gay deste século (Sedgwick, 2007). Nota-se que nesse sentido, o armário confere uma dinâmica espacial para os sujeitos que o vivenciam. Haverá espaços em que o sujeito pode “sair do armário”, como também, espaços onde ele “entra no armário”, como forma de proteção e/ou medo de repressão contra sua identidade.

“Sair do armário” para sujeitos LGBTQIA+ é tido como uma grande conquista, pois sair dele significa que o sujeito não precisa mais suprimir sua identidade afetiva-sexual e que pode exercer plenamente sua cidadania, tendo o direito à cidade a partir, também, de sua sexualidade.

Nesse sentido, cabe dizer que a experiência de “sair do armário” varia entre os sujeitos, podendo acontecer por múltiplos contextos. O contexto local, religioso, político, cultural, subjetivo e familiar. Para alguns, “sair do armário” e “estar no armário” é uma dupla face da mesma realidade. Como afirma Paulo Jorge Vieira (2011), o urbano ou o rural não estão plenamente preparados para conviver com essas

identidades, ao passo que em determinados espaços, o “sair do armário” se torna mais fácil devido aos espaços comunitários e de intervenção social.

Por fim, cabe aqui certa indagação: Por que sujeitos LGBTQIA+ precisam passar pela experiência de “sair do armário” ou “estar no armário”, sendo que sujeitos heterossexuais nunca precisaram afirmar sua identidade? Quando afirmar uma identidade se torna algo temeroso? Essa reflexão serve para que possamos pensar na estrutura social onde certas identidades habitam o não-habitável. Para que possamos refletir que mesmo que o ato de “sair do armário” possa ser corajoso, ele ainda diz muito sobre uma sociedade que controla, nega e invisibiliza as experiências e os corpos LGBTQIA+.

José Luiz Alves Neto

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 19-54, 2007.

VIEIRA, Paulo Jorge. Cidades e (Homo)sexualidades: heterotopias e constelações lésbicas e gays em espaços urbanos. In: SILVA, Maria Joseli; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro. (org.). *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa: Todopalavra, 2011. p. 241-259.



SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO

Entre o final do século XIX e início do XX, no Ocidente, destacou-se o movimento sufragista, em países como Inglaterra e Estados Unidos, cuja bandeira era o direito ao voto feminino. Mesmo no Brasil, na década de 1930, mulheres brancas e intelectualizadas defenderam os direitos políticos de elegerem e serem eleitas e ocuparem espaços até então exclusivamente masculinos.

A partir da segunda metade do século XX, entre a década de 1960 e 1970, o desejo por conquistas sociais cresceu e a atuação feminina se fez presente a partir de novas demandas, que buscavam não apenas maior atuação no cenário público, mas ultrapassavam as reivindicações da chamada primeira onda.

Assim, o movimento da segunda onda feminista passou a se estruturar não apenas em direitos políticos, mas em pautas pessoais, relacionadas ao corpo e pelas quais buscassem perceber a diferenciação dos papéis exercidos entre homens e mulheres, sendo o patriarcado a base das desigualdades. Nesse sentido, discussões sobre corpo feminino, sexualidade e violência sofrida por mulheres entraram em pauta, buscando reconhecer as mulheres como indivíduos diferentes dos homens, reivindicando a igualdade dentro de suas diferenças.

Nesse momento, a escritora e filósofa Simone de Beauvoir tornou-se uma das principais referências, ao trazer discussões sobre as relações entre homens e mulheres (consideradas o “outro” numa sociedade patriarcal), em seu livro “O Segundo Sexo” (2009), originalmente publicado em 1949, e com a expressão que se tornou fundamental para o feminismo na década de 1960: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Destacam-se nas agendas feministas novas questões, como as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero, que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. As políticas do corpo assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando-se a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e contra a violência sexual, não mais admitindo que essa fosse uma questão restrita ao privado, cabendo a sua extensão ao público (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021).

Nesse sentido, foi expressiva a frase “o pessoal é político”, da feminista Carol Hanisch, nos anos 1960. Ela implicaria no reconhecimento de que cada mulher é uma pessoa e que sua vida diz respeito aos atravessamentos do privado e do público, eliminando essa fronteira. Questões relacionadas às múltiplas formas de opressão e também de emancipação das mulheres deveriam se tornar motivos de debates e lutas nos espaços públicos e políticos.

É importante ressaltar que no cenário político brasileiro, a expansão da segunda onda, aconteceu enquanto a ditadura militar estava em curso. Sendo assim, predominava no movimento feminista a luta política de resistência à ditadura e a questão de classe. No final dos anos 1970, muitas mulheres

voltaram do exílio, tendo participado do Círculo de Mulheres em Paris e cujo feminismo caracterizava-se como um movimento intelectualizado e liderado por mulheres brancas e letradas que faziam parte de organizações acadêmicas (Pedro; Wolff, 2017). Elas foram fundamentais para a organização de pautas que aliaram o pessoal ao político e fundaram periódicos feministas, entre eles o Brasil Mulher (1978-1980), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1988) que, além das questões de classe, traziam debates sobre as “políticas dos corpos” femininos.

Drielly Bezerra Café

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

MARTINS, Ana Paula A. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v. 4 n. 1, p. 231-245, 2015.

PEDRO, J. M., WOLFF, C. S. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Artcultura*, 9(14), 2017.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara I. As ondas feministas: continuidades e discontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Barreiras, v. 1, n. 03, p. 57-76, 2021.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.



SEXISMO

O sexismo é um sistema sociopolítico de dominação, institucionalizado, que define e articula as relações entre os gêneros, pautando-as pela discriminação, pela desigualdade e pela hierarquização (Delphy, 2009; hooks, 2015). Assim, o sexismo é o sistema que coloca os gêneros em espaços estigmatizados e diferenciados, dentro de uma hierarquia e definindo os papéis que os gêneros devem desempenhar dentro desse sistema (Botton et al, 2019). Ou seja, é o sexismo que define que homens são superiores e mulheres inferiores.

É um conceito que dialoga com outros, como machismo, misoginia e patriarcado. Christine Delphy trata como os conceitos podem ser lidos como sinônimos ou complementares, “esclarecendo e enfatizando de modos um pouco diferentes o mesmo fenômeno” (Delphy, 2009, p. 178). Enquanto o sexismo seria, então, o sistema de discriminação e hierarquização dos gêneros; o machismo é o sistema de supervalorização de uma noção de masculinidade; e a misoginia é o preconceito contra mulheres. Ao fim, são conceitos muito próximos, que existem um pelo outro.

O sexismo é uma criação cultural: os gêneros são discriminados e hierarquizados de acordo com os valores socioculturais da sociedade; ou seja, não existe um gênero naturalmente

superior ou um gênero naturalmente inferior.

Segundo Karin von Smigay (2002, p. 34), o sexismo pode ser classificado como uma violência de gênero, pois as ações sexistas “desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam” um gênero em favorcimento do outro, sendo o gênero masculino o mais favorecido nesse sistema.

Todavia, o sexismo não é somente praticado e perpetrado por homens, mas também por mulheres. Smigay (2002, p. 34) afirma que “o sexismo está presente intragêneros tanto quanto entre gêneros”. Para bell hooks (2020) é justamente contra o sexismo que o feminismo luta. Mas, como a autora alerta, mesmo sendo um sistema de dominação, “nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres” (hooks, 2015, p. 197). Há resistência e subversões nesse sistema.

Além disso, é necessário pensar de forma interseccional, como defende hooks (2015; 2020) e Lélia Gonzalez (1984). O sexismo não atinge todas as mulheres da mesma forma. Ele age diferente quando fundido a outros sistemas de opressão, como o racismo e o elitismo. Nesse sentido, há variações conceituais da palavra “sexismo”, como: “cissexismo”, enquanto o sistema de discriminação e hierarquização entre o cisgênero e o transgênero (Jesus, 2010); e “heterossexismo”, sendo o sistema de discriminação e hierarquização entre as sexualidades (Borrillo, 2011).

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BORRILLO, Daniel. Homofobia, sexismo e heterossexismo. In: _____. *Homofobia: História e*

crítica de um preconceito. Trad. Guilherme J. de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BOTTON, Andressa et al. Sexo/sexismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 666-669.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène et al (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 173-178.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje* – Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrematadoras*. Trad. Bhuvli Libanio. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JESUS, Jaqueline G. de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, Natal, v. 11, n. 2, p. 08-19, 2010.

SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: Desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.



SEXUALIDADES

As sexualidades – sempre em plural por temos uma vasta gama dentro do espectro da sexualidade – são entendidas como práticas, atitudes, afeições, afetos, desejos e relações sexuais, com parceiros(as) do mesmo

gênero (ou não), ou parceiros (as) que não se identificam com nenhum gênero dentro da binariedade (masculino e/ou feminino) – os não binários. De forma sucinta, a orientação sexual refere-se a como o sujeito guia seu desejo, na forma de afeto e/ou de tensão sexual para com o outro.

A sexualidade não deve ser entendida com a identidade de gênero, que é a forma como o sujeito se identifica com as representações da masculinidade e/ou a feminilidade, ou com nenhum deles, através de atos estilizados – performances -, pelos quais dá vida à sua identidade (Butler, 2019).

Entre as orientações sexuais, podemos apontar algumas: a heterossexualidade, atração pelo gênero que é diferente do seu próprio; homossexualidade, atração pela pessoa do mesmo gênero; a bissexualidade, atração por ambos os gêneros; a assexualidade, não atração sexual pelos gêneros; a pansexualidade, atração por pessoas independente da identidade de gênero. Essas são algumas das formas de sexualidade que os sujeitos podem experimentar ao longo da vida.

Por muito tempo, acreditava-se que a questão das sexualidades poderia ser resolvida na pura equação genética dos sujeitos. Os estudos e a militância de sujeitos posicionados permitiram compreender que as sexualidades também são inscritas mediante a cultura. Com isso, podemos perceber que as sexualidades, dentro de cada sociedade, são sentidas e exercitadas, mas não somente, por regulamentos, regras, rituais, linguagens e símbolos atribuídos socialmente (Foucault, 1988; Louro, 2000).

Não existe uma sexualidade superior à outra, uma vez que não existe uma sexualidade autêntica. Todas as sexualidades desempenhadas por sujeitos corporificados são legítimas e merecem respeito em todas as esferas

sociais. As sexualidades são formas expressas do desejo e afeto, fundadas na relação entre sujeitos. Por isso, todos os sujeitos deveriam expressá-las sem medo da repressão ou julgamentos de cunho moralista.

José Luiz Alves Neto

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 213-230.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

PIRES, Laura. Dicionário de sexualidades: um guia incompleto. Disponível em: <https://medium.com/@laurampires/dicion%C3%A1rio-de-sexualidades-um-guia-incompleto-f49b72b74220>. Acesso em: 02 mar. 2020.

WOODWARD, Karthryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 07-72.



SILVIA FEDERICI

1942-

Socióloga e feminista italiana, tem PhD pela Universidade de Buffalo, Estados Unidos. É professora emérita na Universidade Hofstra. Foi pioneira na luta em defesa pelo salário ao trabalho doméstico, nos anos 1970, como pauta da luta feminista. Apresenta reflexões sobre as relações entre patriarcado, opressão contra as mulheres, resistência feminina, capitalismo, com contribuições para o feminismo marxista.

Algumas Obras

Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva (2004)

O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista (2012)

O patriarcado do salário (2021)



SIMONE DE BEAUVOIR

1908-1986

Filósofa existencialista, escritora e ativista francesa, com formação pela Universidade de Sorbonne, Paris. Foi docente no Lycée Molière, sendo considerada uma das principais feministas, apresentando reflexões sobre o conceito de mulher como “outro” e como construção cultural do patriarcado. Cunhou a famosa frase: “Ninguém nasce mulher, torna-se”, que embasa até hoje diversas discussões entre intelectuais feministas.

Algumas Obras

O segundo sexo: Fatos e mitos (1949)

O segundo sexo: A experiência vivida (1949)

Os mandarins (1954)



SUELI CARNEIRO

1950-

Filósofa antirracista e ativista negra brasileira. Tem doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e é criadora e diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Apresenta grandes contribuições ao movimento/feminismo negro, com reflexões sobre o pensamento interseccional entre gênero, classe e raça.

Algumas Obras

Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero (2003)

Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil (2011)

Escritos de uma vida (2018)

T

TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO

A chamada terceira onda feminista teve início nos anos 1980 e se fundamenta em questões pós-modernistas e pós-estruturalistas. Nesse momento do movimento as discussões passaram a ser amplificadas: o conceito de gênero passou a ser discutido e, a partir dele, questionamentos e aprofundamentos o sobre a visão binária resultaram em novas maneiras de se pensar as identidades, enfatizando-se o conceito de interseccionalidade.

Os feminismos negros, indígenas e o transfeminismo colocaram em debate o essencialismo construído ao longo das primeiras ondas feministas, que se pautavam no modelo da mulher branca, heterossexual e burguesa como universal. A terceira onda feminista conseguiu afirmar a necessidade de se articularem diferentes sujeitas para pensar a diversidade da categoria “mulher”.

A filósofa Judith Butler tornou-se referência com sua contribuição aos pensamentos da terceira onda, principalmente por meio de sua obra *Problemas de Gênero*, lançado nos anos 1990 (2003). A obra ofereceu importantes elementos para as teorias feministas ao questionar uma ação política generalizante relativa ao feminismo e os mecanismos de poder que a sustenta, problematizando o papel binário (homem x mulher) da sociedade ocidental e a existência da categoria mulher. O movimento da terceira onda voltou-se à pluralidade de feminismos contra a ordem compulsória da matriz cisheterossexual e branco e suas performances (Ribeiro, Nogueira, Magalhães, 2021).

Referências como Patrícia Collins, Maria Lugones, Teresa de Lauretis, Julieta Paredes e bell hooks

ampliaram os debates sobre as diferenças dentro da diferença: as interseccionalidades de gênero, raça e classe, o racismo, as travestilidades e transexualidades, o feminismo comunitário, indígena e ecológico (ou ecofeminismo), além das tecnologias de gênero (Holanda, 2019).

No Brasil, a terceira onda cresceu a partir do trabalho de ONGs, que estavam mais próximas de discussões que já ocorriam fora do país, como a Conferências de Direitos Humanos e a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Bejing, no ano de 1995. Nesse momento, a diversidade sexual e questões raciais ainda não eram protagonistas no movimento. Apesar disso, nomes como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento já haviam se destacado anteriormente, chamando a atenção para a necessidade de debates que levassem em conta a grande diversidade de mulheres (principalmente as negras e periféricas), fundamental para que o movimento se expandisse e buscasse representar e acolher as subjetividades e as coletividades.

Drielly Bezerra Café

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOLANDA, Heloísa B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. São Paulo: Bazar do tempo, 2019.

HOLANDA, Heloísa B.(org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2019.

MARTINS, Ana Paula Antunes, O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v. 4 n. 1, p. 231-245, 2015.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Barreiras, v. 1, n. 03, p. 57-76, 2021.



TRANSFEMINISMO

Defender posições transfeministas significa assumir e demandar políticas do corpo contra a cisheteronormalidade, entendendo as especificidades das mulheres trans e travestis, mas em aliança com o feminismo, numa luta em comum contra o patriarcado e o binarismo.

Sendo uma discussão trazida pela chamada terceira onda do feminismo, o transfeminismo, é uma pauta muito importante que veio pleitear direitos para pessoas trans e não binárias. Surge no contexto de busca por direitos civis e ainda é parte importante da luta de movimentos feministas, visto que, ainda hoje, é pauta de debates para com outras feministas. Surge no contexto de enfrentamentos por direitos de minorias e como forma de luta contra a normatização de corpos trans e de suas identidades.

Segundo a transfeminista Beatriz Bagagli (2016), o transfeminismo é uma corrente feminista que se pauta por discutir a questão das mulheres transexuais, travestis e transgêneras. Isto implica partir de um lugar específico, já que toda proposição transfeminista só faz sentido a partir do momento em que

reconhecemos a identidade de gênero das pessoas trans como legítima e a consideramos num sentido que é ao mesmo tempo subjetivo e político (Bagagli, 2016).

A transfeminista Emi Koyama (2021) afirma que a luta contra o machismo deve unir feministas e transfeministas, pois não há nenhum antagonismo entre as reivindicações e lutas de mulheres cis e trans. Deve existir, segundo ela, a construção de uma solidariedade mútua entre as suas demandas. Assim, quando as demandas das mulheres trans avançam, nenhuma luta do feminismo retrocede. Transfeminismo é “ampliar e avançar o feminismo como um todo através de nossa própria liberação e trabalho em coalisão com todas as outras pessoas.” (Koyama, 2021).

O feminismo transgênero ou transfeminismo é, assim, um movimento intelectual e político que questiona, desmonta e redefine a associação entre gênero e biologia; renega a patologização das travestilidades e transgeneridades, reconhece o caráter interacional das opressões de gênero, classe e raça; defende os direitos de travestis, de transexuais e de mulheres cisgêneras (Jesus, 2014).

Nesse sentido, é um movimento de lutas e de emancipação que faz parte de um processo de práticas que envolvem o feminismo negro e o feminismo decolonial, próprio de uma onda de epistemologias que vieram de regiões que não são europeias e cis normativas, chamadas teoricamente de Epistemologias do Sul.

Para a transfeminista negra Letícia Nascimento (2021), o feminismo e o transfeminismo podem construir pontes e alianças, uma vez que mulheres cis e transexuais compartilham experiências marcadas pela colonialidade de gênero e da

cisheteronormatividade, cujo padrão imposto às mulheres subalternizadas cria formas de opressão atravessadas pelo patriarcado, o machismo e o racismo. A criação do movimento transfeminista pauta a luta contra o cissexismo e a transfobia e por políticas específicas de reconhecimento de suas diferenças; não significa, no entanto, uma proposta de fragmentação, mas de coalizão estratégica com os feminismos diversos (Nascimento, 2021).

Usando o debate de Audre Lorde (2019), Nascimento afirma que é preciso insistir na possibilidade de alianças entre as outridades e diferentes mulheridades/feminilidades para se construir uma irmandade dentro do feminismo.

Lucas da Silva Borges

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais*: Disputas pela significação da mulher no feminismo. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

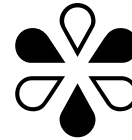
JESUS, Jaqueline G. de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, Natal, v. 11, n. 2, p. 08-19, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). *Transfeminismo*: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

KOYAMA, Emi. *The transfeminist. manifest.* Disponível em: <https://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo diferenças. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.



TRANSGENERIDADE, TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE

A complexidade para definir tais termos ocorre, pois cada ser humano é único e apresenta inúmeras particularidades. Assim sendo, os termos travestilidade e transexualidade podem ser entendidos de diversas maneiras, dada a pluralidade dos sujeitos, levando em conta a experiência e vivência de cada um como transgêneros.

De modo simplificado, o termo transgênero é um “guarda-chuva” e está relacionado às pessoas que divergem, em diferentes graus, de sua designação biológica em seu nascimento. Transexual é definido como todo indivíduo que, no momento em que não se identifica com o sexo de nascimento, busca a adequação do corpo, conforme o gênero com o qual possui identidade (Sousa, 2015). Essa busca pode vir através de cirurgia de redesignação sexual, pela utilização de hormônios, pela adoção do nome social ou de signos corporais, mas também pode não estar associada a nenhum desses elementos que são, na verdade, criações heteronormativas para identificar e controlar as pessoas transgêneras, aproximando-as do binarismo. Uma pessoa transgênera não deve se identificar, necessariamente, com qualquer um dos gêneros masculino e feminino e, muitas vezes, os termos

travestis e transexuais são usados como sinônimos, mas nem sempre aceitos como tal pelo ativismo transfeminista.

As identidades de travesti e transexual passam, também, pela autoidentificação e pertencimento de cada pessoa. Durante muito tempo, o termo travesti era considerado pejorativo e estava associado a um indivíduo que tendo o sexo biológico masculino, comportava-se como uma mulher, sem ter realizado a cirurgia de redesignação. Também as/os travestis eram (e ainda são) ligados(as), pelas pessoas cis e heteros, à prostituição e à perversão sexual.

Contudo, o termo travesti vem sendo ressignificado e com isso ganha um maior peso político e sinônimo de afirmação identitária contra o dispositivo cishetonormativo. Há travestis que não se identificam exatamente com só um gênero, rompendo as fronteiras de gêneros. Além disso, na constituição e fluidez de seu território existencial, travestis expressam singularidades possíveis em consequência de uma ação criadora que faz das travestilidades ensaios de bem viver, de enfrentamento aos padrões normativos que insistem em se fixar em seus corpos, sensibilidades e pensamentos. (Sales; Lopes; Peres, 2013).

Dada a questão da transgeneridade, o documento Brasil sem Homofobia apresenta como explicação do termo transgênero como aquele que: “[...] engloba tanto as travestis quanto as transexuais. É um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona com o mundo como mulher” (Brasil, 2004, p. 30). Todavia, é importante a ressalva de que tal definição é questionada e criticada pelo movimento e por intelectuais transexuais/travestis, uma vez que é orientada por uma visão binária, biológica e essencialista, além de negar a

visibilidade a outros sujeitos, tais quais transexuais masculinos.

Sobre isso, a transfeminista negra Leticia Nascimento afirma que há travestis e transexuais que se sentem mulheres e se reivindicam como tal, enquanto outras se entendem como uma expressão de gênero originária e não se pensam como homens ou mulheres. Daí a importância da autodefinição, assim como Patrícia Collins (2019) se refere às mulheres negras, que se definem a partir de uma mulheridade racialmente negra.

As regras normativas (aquelas que são normas hegemônicas na sociedade) tentam sempre encaixar os sujeitos em categorias (como de gênero, raça e sexualidade) e os que não se encaixam, são hostilizados das mais diferentes maneiras, seja pela falta de oportunidade até pela violência física, moral e psicológica. Porém, pessoas são plurais e tentar enclausurá-las causam efeitos nocivos em suas relações pessoais e sociais. Com as pessoas travestis e transexuais o resultado disso pode ser (e é) muitas vezes fatal. Boa parte da sociedade não se sensibiliza pelas feridas em seus corpos e almas e se “buscar alívio para suas dores físicas já é difícil, buscar atenção para as suas dores existenciais se torna quase impossível” (Peres, 2011, p. 70).

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos, de acordo com informações divulgadas em dezembro de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de tanto preconceito e violência em diversos aspectos, há muita luta e determinação na luta por seus direitos (como por políticas públicas eficazes) e pelo seu lugar na sociedade:

“de um corpo despotencializado e fraco surge um corpo empoderado e forte, guerreiro e reivindicador de direitos” (Sales; Lopes; Peres, 2013).

Na contramão a todo abandono que ocorre com transexuais e travestis, seja por parte da família, do Estado e da sociedade, cada vez mais as pessoas travestis e transexuais defendem o livre-arbítrio de criar e inventar novos modos de existência, de resistência e de enfrentamento ao biopoder (Scott, 1999).

Marcella Muche Girão

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BRASIL. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COLLINS, Patrícia. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina C. Travestis e transexuais: Corpos (trans)formados e produção da feminilidade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016.

NASCIMENTO, Letícia Carolina P. Eu não vou morrer: Solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Inter-Legere*, Natal, v. 3, n. 28, p. 01-22, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. *Transfeminismo*. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.

PERES, William Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luiz Antônio F. de; SABATINE, Thiago Teixeira S.; MAGALHÃES, Boris Ribeiro (orgs.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2011.

ROVAI, Marta Gouveia de O. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 01-28, 2020.

SALES, Adriana; LOPES, Herbert de Proença; PERES, William Siqueira. Despatologizando as travestilidades e transexualidades: Saúde mental e direitos. *Periódicus*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 56-72, 2016.

SCOTT, Joan. Experiência. In: LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tania Regina Oliveira; SILVA, Alcione Leite (Org.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 31.

SOUZA Priscila de Freitas. Há diferenças entre travestis e transexuais femininas? Breve conceituação dos termos. *Faculdade Cearense em Revista*, Fortaleza, v. 9, p. 01-10, 2015.

SPARGO, Tamsin. *Foucault y la teoria queer*. Barcelona: Gedisa, 2004.



TERESA DE LAURETIS

1938-

Intelectual italiana, teórica do cinema e semiótica, tem doutorado pela Universidade Luigi Bocconi. É professora emérita na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Apresenta reflexões sobre a semiótica, a literatura e os feminismos. Seu conceito de tecnologias de gênero é referência nos debates da Teoria Queer e dos estudos lésbicos.

Algumas Obras

Através do espelho: Mulher, cinema e linguagem (1984)

A tecnologia de gênero (1987)



VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero é baseada nas relações desiguais de gênero e atingem as mulheres (cis e trans) na ordem patriarcal, começando muitas vezes no ambiente familiar no qual estão inseridas (Bandeira, 2014).

O feminismo considera a dominação masculina como um dos pilares da violência de gênero. Ela se manifesta de diferentes formas e ocorre geralmente entre homens e mulheres que possuem algum vínculo afetivo ou de submissão, seja ela econômica ou emocional. Existem várias formas de violência de gênero, que podem ser agrupadas em diferentes dimensões:

Violência física - É um tipo de violência que coloca em risco a saúde corporal da mulher, tendo como exemplos o espancamento, estrangulamento, o sufocamento e a tortura.

Violência psicológica - É uma situação em que as ações do companheiro podem causar danos emocionais e desestruturar a autoestima da mulher, controlando suas ações e comportamento por meio de ameaças, manipulação, humilhação, insultos e chantagens.

Violência sexual - É quando ocorre uma relação sexual não consentida. A violência sexual não é apenas estupro; ela também ocorre quando o parceiro impede que a mulher não faça o uso de métodos contraceptivos ou interrompa o uso da camisinha.

Violência patrimonial - É qualquer conduta que configure retenção ou subtração como o controle de dinheiro ou qualquer bem material da mulher pelo parceiro, com o intuito de controlá-la ou prejudicá-la.

Violência moral - É toda violência que configura calúnia e difamação como a de acusar a mulher de traição e expor a vida íntima.

Violência Simbólica - segundo Pierre Bourdieu, a violência simbólica legitima a cultura dominante patriarcal que é naturalizada por práticas e discursos sobre as mulheres que, ao introjetarmos-nos como verdadeiros, passariam a reproduzi-los sem se opor a eles por não se compreenderem como capazes de transformá-los ou com força suficiente para romper a cultura de desigualdade. Esta concepção de Bourdieu recebeu críticas por parte do feminismo por reforçar a culpabilização de mulheres por sua própria opressão e não reconhecer nas relações de força a possibilidade da resistência feminina.

Feminicídio - É a violência severa extrema, que leva a morte da vítima por pertencer ao gênero feminino. É definido pela lei do feminicídio (Lei 13.104/15), como o crime de homicídio contra a mulher, em decorrência da desigualdade de forças (mulheres morrem por serem mulheres).

Transfeminicídio – o feminicídio e o transfeminicídio, segundo Letícia Nascimento (2021), são frutos da colonialidade de gênero, em que feminilidades são outreridades destituídas de humanidade. Berenice Bento (2017, p.234), por sua vez, afirma que o transfeminicídio é a “expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do corpo generificado, o faz publicamente e demanda esses reconhecimentos das instituições sociais”.

A coisificação das mulheres na sociedade patriarcal e a naturalização da

violação de seus direitos e de seu corpo têm suas raízes na histórica hierarquização de gêneros, em que a mulher é submetida não apenas por seu gênero, mas ainda por sua raça e classe social. As diferentes formas de violência produzem sofrimentos físicos e simbólicos pessoais e familiares, que são alimentados na medida em que não se promove uma educação voltada aos debates de gênero e ao questionamento dos valores misóginos e racistas e das desigualdades.

O sofrimento se intensifica quando as mulheres não têm coragem de fazer a denúncia de violência por depender econômica ou emocionalmente de seus parceiros e não terem para onde ir, além do medo de perderem a guarda dos filhos, de serem culpabilizadas pela própria agressão ou ainda por acreditarem que deixarão de ser agredidas em algum momento.

Em 7 de Agosto de 2006, o então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei Maria da Penha como um instrumento de prevenção e punição do agressor. Maria da Penha Maia Fernandes, que deu o nome à lei, foi uma mulher cujo marido tentou matar duas vezes e que sobreviveu. Ela se tornou referência da luta das mulheres contra a naturalização da violência de gênero na sociedade brasileira.

Porém, como afirma Wânia Pasinato (2017), apesar das leis Maria da Penha e do Femicídio e da existência (ainda precária) das delegacias especializadas para o atendimento das mulheres, a violência contra a elas aumenta a cada ano. A falta de preparo de profissionais que as atendam, do ponto de vista jurídico e da saúde; a ausência de políticas públicas voltadas à educação para os direitos humanos das mulheres; e a onda reacionária conservadora contra a luta feminista ainda permanecem como problemas

gerados pela contínua desigualdade que produz e naturaliza a violência de gênero.

Isabella Sampaio de Carvalho

Referências Bibliográficas e Sugestões de Leitura

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

Instituto Maria da Penha. *Tipos de violência*. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html> - Acesso em 03 mar 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. *Transfeminismo*. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PASINATO, Wânia. Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 05-14, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SILVA, Lielton Maia S.; DUARTE, Sandra Mary; GOMES Fo, Antoniel dos Santos (org.). *Violência de Gênero: resistência em tempos de crise no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 2017.

PARTE II

PROPOSTAS DE ENSINO
PARA INSPIRAR...

UMA BREVE CONVERSA SOBRE NOSSAS PROPOSTAS

Nós, do Grupo de Trabalho **Gênero e Sexualidades no Ensino de História**, apresentamos propostas pedagógicas que acompanham o Glossário. Acreditamos que as definições apresentadas na primeira parte - e que foram frutos das pesquisas realizadas pelo(as) discentes - contribuam para que o(a) professor(a) tenha acesso rápido aos termos, mas que seja também convidado(a) a realizar leituras e aprofundar os estudos, a partir das sugestões que foram feitas na bibliografia. Não pretendemos que o Glossário seja apenas uma reunião de terminologias e informações, mas que inspirem ideias que se transformem em práticas de ensino com maior suporte teórico.

As oficinas e recursos sugeridos são apenas possibilidades para serem desenvolvidas no âmbito escolar com o intuito de trabalhar as temáticas relacionadas a Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-Raciais no ensino de História, sem a pretensão de serem receitas. Entendemos que cada realidade escolar e os interesses e necessidades ali presentes trarão desafios que levarão à recriação e a melhoria das propostas. Foi um desafio para nós desenvolver esse Guia, pois são assuntos que, às vezes, causam “certos rebuliços” e “polêmicas”, além de muitos preconceitos, estereótipos e violências. Compreendemos que as histórias são plurais e todas as temáticas precisam ser debatidas em sala de aula, pois é assim que enfrentamos as várias formas de estigmas, preconceitos e intolerâncias que existem na nossa sociedade.

Todo o caderno foi planejado após muitos debates teórico-conceituais e conversas sobre várias experiências individuais e coletivas do tempo passado e presente, que nos fizeram perceber o quanto é necessário dialogar e trazer essas discussões para a arena pública. Entendemos que

discentes não são público passivo, mas ativo, e que devem ser provocados e estimulados à participação, com seus saberes, habilidades e questionamentos sobre essas temáticas que atravessam suas vidas e os meios de comunicação que acessam em seu cotidiano. Temos em mente, portanto, que se falarmos e colocarmos de forma mais presente esses temas no dia a dia escolar, estaremos colaborando para a promoção de uma história pública e democrática e um ambiente e sociedade melhores, com espaço para o respeito, tolerância, amor e afeto.

Queremos que essas sugestões permitam que os jovens conheçam melhor a si mesmos e ao próximo, além de, conseqüentemente, acabar com as inúmeras formas de preconceitos e agressões que presenciamos diariamente quando tratamos das diversidades sexuais e gênero. Por meio dos nossos estudos e discussões realizadas, conseguimos refletir sobre diversos temas e conceitos centrais sobre gênero e sexualidades, raça e racismo, classe e suas interseccionalidades. Por isso, pensamos no Glossário como ferramenta importante para apresentação dos conceitos, tão importantes em nossa área, como profissionais do ensino de História.

Nesse caderno, selecionamos o que consideramos ter mais potencial para agregar, problematizar, ensinar e abrir as possibilidades para um ensino de História que combata o machismo, a lgbtfobia, a transfobia, o racismo e todas as formas de preconceitos. Reconhecemos que falar nas escolas sobre questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais é algo relativamente novo e que muito(a)s professore(as) não se sintam preparado(a)s para abordar a História a partir dessa discussão. Como afirmou Guacira Louro (1997), o silenciamento e a discriminação cometida na escola contra experiências e memórias de grupos considerados “desvios” ajuda a promover a violência física e simbólica, reforça a invisibilidade e a estigmatização e estimula a própria evasão escolar. Muitas vezes isso se

deve não apenas ao desejo, por parte de algun(mas)s sujeito(a)s, em efetivamente ofender e excluir, mas principalmente pela ignorância quanto às histórias, às dores e amores e pela falta de oportunidade em discuti-las em aula, orientado(a)s pela mediação docente.

Por isso, queremos contribuir com o conhecimento que deve gerar outros conhecimentos históricos, antes ignorados, e que uma vez compartilhados podem desconstruir preconceitos e valorizar a diversidade de existências no mundo da sala de aula. Para que tudo o que planejamos seja possível, temos que considerar algumas questões importantes ligadas ao contexto educacional de cada escola e dos currículos do ensino de História no país. Vale pontuar também que, apesar das poucas horas semanais da disciplina de História nas escolas e o pouco suporte que a instituição pode oferecer aos professores e professoras que queiram desenvolver essas atividades, acreditamos nas potencialidades daqueles que cotidianamente entram no espaço escolar e escolhem contar histórias e narrativas plurais, de sujeito(a)s diverso(a)s.

Dessa forma, propomos nesse Caderno trabalhar com simplicidade e praticidade, com atividades que qualquer professor ou professora possa desenvolver, em pouco tempo e em condições não necessariamente ideais de suporte tecnológico, mas que queiram levar o debate sobre gênero e sexualidade, história das mulheres e educação antirracista para todos, todas e todes. As oficinas, atividades e jogos foram escolhas que fizemos como coletividade e deixam escapar outras abordagens. Por isso, estão em aberto, podem ser avaliados e sofrer alterações pelo professor e professora que se dispuserem a desenvolvê-los.

Na primeira parte do Caderno de atividades apresentamos museus e acervos LGBTQIA+ como propostas a serem inseridas nas aulas de História. Seus materiais, que podem ser acessados de forma virtual,

visibilizam histórias silenciadas e são formas de reconhecer a presença e as memórias de lutas por direitos LGBTQIA+ no Brasil e no mundo. A cultura material, as expressões artísticas podem se tornar recursos didáticos nas aulas de História, abordando a diversidade de gênero, sexualidades e interseccionalidades e permitindo que várias definições que se encontram no Glossário sejam trabalhadas.

Em seguida, apresentaremos três oficinas e seus planejamentos, que tratam de conceitos centrais para o debate em torno do gênero e diversidade sexual, feminismos e interseccionalidades. As atividades pretendem trazer os saberes e experiências de discentes, de forma que possam provocar reflexões sobre os conceitos e atribuir-lhes sentidos a partir das relações no tempo presente e em diferentes momentos históricos.

Após as oficinas, trazemos uma seleção de minibiografias das mulheres negras e indígenas intelectuais, acompanhadas da criação artística de Gabriel Simionato, feito especialmente para o nosso GT. Essas minibiografias foram escolhidas por alunos e alunas durante os encontros e foram compartilhadas e discutidas, a partir do reconhecimento de ausências na história e da necessidade de se contar histórias dessas mulheres e refletir sobre sua contribuição para as lutas feministas indígenas, negras e transgêneros, entendendo que a base do feminismo não é a oposição aos homens, mas a luta contra o sexismo, o racismo e a desigualdade social, formas de opressão estruturais e conectadas.

Ao final, listaremos algumas possibilidades de transformar filmes, séries, livros, pinturas, mídias digitais, podcasts, músicas, poesias e demais fontes históricas e suportes em recursos didáticos que possam estimular a produção colaborativa, o compartilhamento e a divulgação do conhecimento histórico relativo à história das mulheres, sejam elas cis, lgbs, brancas, indígenas ou negras.

Nossa intenção foi selecionar e indicar esses materiais, personagens, histórias, trajetórias e sujeito(a)s para que professores e professoras possam inundar as salas de aula no Brasil com criatividade, potência artística e posicionamento em direção a um ensino de história comprometido com a diversidade, o debate público, o respeito à vida e com a democracia.

1.

MUSEUS E
ACERVO

O S MUSEUS, AS MEMÓRIAS E OS PATRIMÔNIOS SILENCIADOS

Uma das funções desempenhadas por um museu ou acervo consiste nas construções das memórias, das representatividades, além da preservação de aspectos históricos e culturais relativos a diferentes grupos, espaços e temporalidades. Como afirmam Jean Baptiste e Tony Boita (2017, p.109), a memória relativa a grupos subalternizados, nas áreas ligadas aos museus e patrimônios, ainda segue sendo um tabu: “Associar a categoria sexualidade aos espaços de memória ainda é raro nas produções científicas e quase nulo nos museus brasileiros”. Toda organização de materiais traz uma narrativa ao público e parte de intencionalidades e visões sobre as relações entre passado e presente, evidenciando e silenciando experiências e sujeito(a)s. Ao apresentarmos os museus de temática LGBTQIA+ para serem abordados em sala de aula, estamos visando romper com a invisibilidade imposta sobre as produções artísticas e até mesmo sobre a existência e resistência dessas pessoas, as quais, por vezes, tiveram suas trajetórias, lutas e experiências silenciadas.

Os museus foram selecionados a partir das discussões realizadas coletivamente nas reuniões do grupo de trabalho e sua escolha teve como objetivo apresentar diferentes formas de produção de memórias por meio de um vasto acervo apresentado por cada um deles, almejando disponibilizar materiais para que o(a)s professore(a)s utilizem dentro da escola, seja com a visita virtual, ou por meio de visitas guiadas a esses espaços.

A maioria dos acervos e museus conta com a presença de fotos, vídeos, depoimentos escritos e imagéticos e obras produzidas por artistas LGBTQIA+, os quais podem ser utilizados de diferentes formas no ensino de história, seja para promover discussões acerca da construção de memórias ou até mesmo ser o ponto de partida para uma reflexão a respeito das diferentes abordagens e prestígio dado aos museus e acervos considerados tradicionais - como o do Louvre e o Nacional. Os museus e acervos LGBTQIA+, na maioria das vezes, não são conhecidos, o que reflete como a existência dessas diversidades é negligenciada em espaços públicos. Perguntar por essas ausências é uma forma de provocar discentes a pensarem sobre as disputas de memórias e as relações de poder nesses espaços.

Os museus aqui apresentados e selecionados podem ser visitados virtualmente e os links estão anexados juntamente com uma breve apresentação de cada um. Alguns deles possuem instalações físicas e também aderiram às exposições virtuais, que permitem o acesso durante a pandemia da covid-19 e também garante que alunos, alunas, professores e professoras que não possuem condições financeiras, possam visitá-los. Portanto, eles se tornam um grande aliado na produção de conhecimento histórico, contribuindo para realização de debates que estimulam as reflexões a respeito de discursos cisheteronormativos e tradicionais que violam os direitos e as memórias LGBTQIA+.

Nossa sugestão é que esses acervos e museus sejam visitados ou levados para a sala de aula, com atividades que permitam ao(à)s estudantes compreender a importância desses espaços educativos para a escola, ampliando a visão sobre a história e o reconhecimento identitário dos diversos grupos comumente estigmatizados.

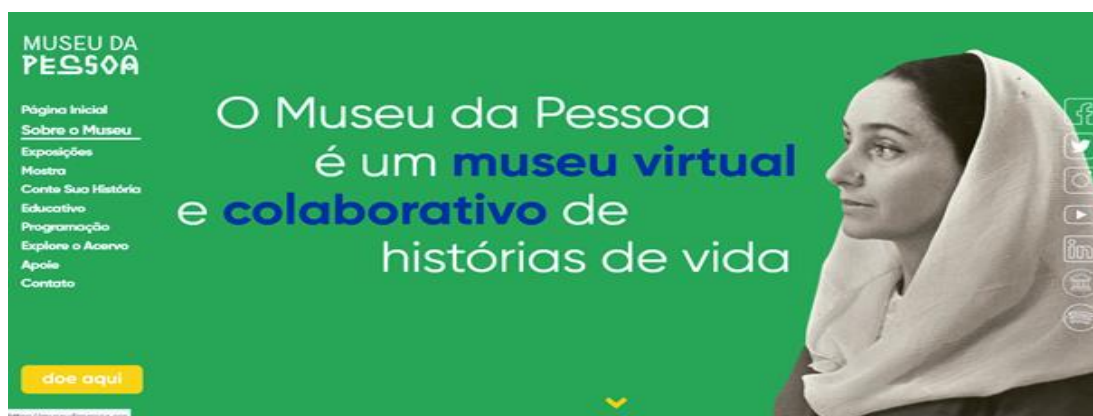
Os museus e acervos foram apresentados por todo(a)s nós.

Texto escrito por Evelyn Soares de Abreu,

Isabella Sampaio de Carvalho e

Maria Fernanda de Lima Silva.

MUSEU DA PESSOA



<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/colecao/trans-historias-97477->

Acesso em: 05 mar. 2021.

O Museu da Pessoa é um museu virtual, criado em São Paulo, em 1991. Um dos seus principais objetivos consiste em representar um espaço onde as pessoas podem compartilhar oralmente suas histórias e experiências, além de conter inúmeras fotos, documentos escritos e vídeos. Ao longo dos anos, o espaço liderou campanhas em prol da valorização das histórias de vida e influenciou na criação de museus semelhantes nos Estados Unidos, Portugal e Canadá.

A partir de 2014, foram desenvolvidos projetos e ações a fim de construir acervos sobre a sexualidade, por meio da publicização de histórias de pessoas transexuais, homossexuais e bissexuais no projeto denominado TransHistórias. Esse projeto foi realizado em parceria com o Instituto Cultural Barong e as entrevistas são disponibilizadas em forma de textos escritos, vídeos e, em alguns casos, fotos.

Além do site, o museu possui redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*, que desempenham diferentes funções no processo de divulgação dessas histórias, como o *Twitter* que contém trechos de depoimentos e o *YouTube* para o compartilhamento dos vídeos das entrevistas.

Esse material pode ser usado como recurso didático em sala de aula, trabalhando com aluno(a)s as narrativas orais como fonte histórica e diálogos sobre memória LGBTQIA+. Os demais documentos imagéticos e sonoros também podem ser

analisados em relação ao conteúdo e ao discurso, pois mais do que refletir histórias, eles devem ser entendidos como agentes formadores de opinião acerca do passado. O(a) professor(a) pode, ainda, estimular que discentes contem suas próprias experiências, façam rodas de conversas, organizem entrevistas entre si ou com membros da comunidade escolar, a fim de discutir temas como memória, reconhecimento, visibilidade, silenciamentos históricos, sexualidades, relações de gênero, racismo, negritude, lgbtfobia, entre outros.

MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL



<https://www.mds.org.br/>- Acesso em: 05 mar. 2021

O Museu da Diversidade Sexual (MDS) foi criado em 2012, em São Paulo pela Secretaria da Cultura do estado, com o intuito de difundir e preservar o patrimônio cultural da comunidade LGBT brasileira, realizando o levantamento, a organização e a disponibilização pública de referências materiais e imateriais. O acervo conta com documentos e depoimentos referentes à memória e à história política, econômica, social e cultural da comunidade LGBTQI+ e sua interface com o estado de São Paulo.

O MDS busca chamar a atenção para a importância da diversidade sexual. Suas exposições são compostas por objetos materiais e não materiais como fotos, imagens, vídeos e objetos produzidos por pessoas LGBTQIA+, cedendo espaço aos registros das histórias e às obras de arte e reconhecimento a esses artistas.

Embora o museu tenha seu espaço físico, o início da pandemia do novo Coronavírus- COVID19 exigiu uma nova forma de publicizar essas obras e, por esse motivo, foi criada a primeira exposição de visitação online chamada *Queerentena*. Essa exposição conta com fotos e vídeos com depoimentos de artistas LGBTQIA+, contando suas experiências durante o período de isolamento social e abordando

questões como ansiedade, autoconhecimento, solidão, discriminação e formas de se manter a saúde mental.

Além do espaço físico, o museu conta com o site oficial <http://www.mds.org.br/> e as redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*, as quais, de diferentes formas, contribuem para a exposição e expansão do acesso ao museu.

O fato de o museu ser localizado na estação de metrô República, no centro de São Paulo (SP) também pode ser discutido pelo(a) professor(a), pensando sobre as presenças LGBTQIA+ no espaço urbano, e a importância da ocupação desse local em meio a uma cidade grande e movimentada, em que o trânsito do público é intensa. A divulgação das memórias, a discussão sobre diversidade e a apropriação pela população também podem ser abordadas em sala de aula, refletindo com discentes sobre o impacto nas narrativas sobre a cidade. Afinal, o que muda na história quando abordamos histórias e memórias de personagens LGBTQIA+?

MUSEU TRAVESTI DO PERU



<https://hemi.nyu.edu/hemi/es/campuzano-presentacion> - Acesso em: 05 mar. 2021

O Museu Travesti do Peru (ou Museo Travesti del Perú) é um museu itinerante organizado por Giuseppe Campuzano, filósofo, artista e drag queen que desde o ano de 2003 pesquisa sobre as realidades do travestismo e as suas estéticas. Seu acervo explora o percurso do travestimento e de seus símbolos no contexto peruano, com o objetivo de coletar objetos, imagens, textos de uma contranarrativa LGBTQIA+. As figuras transgêneras, travestis, transexuais, intersexuais e andróginas são atores centrais em suas exposições e acervos.

A intenção do artista peruano, ao criar esse museu, foi revisar e problematizar os papéis que têm sido atribuídos convencionalmente ao travesti, em especial. Dessa maneira, Campuzano traveste-se em Virgem Maria, em deusas incaicas, em virgens destinadas a sacrifícios ritualísticos de antigos povos indígenas. Na metáfora, denuncia o racismo e a transfobia e o não lugar de cada LGBTQIA+ na sociedade. Suas exposições já foram exibidas em diferentes lugares, como parques, mercados, universidades, praças e locais onde travestis trabalham ou frequentam. O material exibido no museu foi transformado em livro por Giuseppe Campuzano e pode ser obtido através do e-mail giucamp@gmail.com.

Não encontramos redes sociais do Museu, mas apenas o site que trata das suas coleções e acervos.

CLOSE CENTRO DE REFERÊNCIA DA HISTÓRIA LGBTQI+



<https://www.facebook.com/close.historia/>. Acesso em: 05 mar. 2021

<https://www.ufrgs.br/close/>. Acesso em: 20 mar. 2021

O Centro de referência da História LGBTQI+ do Rio Grande do Sul (Close) foi formado no ano de 2019, com o objetivo de favorecer, divulgar e publicizar o conhecimento histórico da população LGBTQI+ para o ensino básico e promover os direitos humanos no Brasil.

O Close é estruturado por diferentes profissionais da educação, especialmente professores de História da educação básica e do ensino superior e é coordenado pelo professor Benito Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O acervo tem como principal objetivo contar as histórias de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers e intersexuais do estado do Rio Grande do Sul e fomentar as pesquisas e práticas de História Pública no país.

Há diversos apoiadores do projeto que impulsionam as pesquisas. Em seu site, estão disponíveis fontes, bibliografias, sugestões de atividades para a sala de aula e demais informações sobre o projeto.

Podemos conferir em sua página no *Facebook* www.facebook.com/close.historia.

Por ser um acervo que conta com a colaboração do público formado por docentes da educação básica, é uma oportunidade para que outro(a)s professore(a)s conheçam seu potencial para o ensino de História, utilizando parte de seu acervo como material para se pensar a história LGBTQIA+.

INSTITUTO CULTURA, ARTE E MEMÓRIA LGBT



<http://instituto.lgbt/> - Acesso 25 nov. 2020.

O Instituto Cultura Arte e Memória LGBT é uma instituição criada pela organização da sociedade civil e localiza-se em Brasília. Em sua apresentação, no site, seus membros afirmam ter como objetivo “defender, promover, fomentar e difundir a cultura, o legado cultural e artístico e a memória da comunidade LGBT+ brasileira”. O Instituto desenvolve várias ações e projetos que envolvem a pesquisa, divulgação cultural, a valorização da memória e da preservação de bens culturais, além do trabalho e cuidado comunitário LGBT+. Além de buscar garantir o acesso de diferentes públicos – em especial a comunidade LGBT+ - à cultura dos chamados subalternizados, promove o intersecâmbio entre toda a sociedade, reconhecendo a arte, a identidade e a memória desses grupos.

O Instituto integra a Rede LGBT+ de Memória e Museologia Social, compondo e colaborando com o debate nacional de educação memorial LGBT+. Seus participantes atuam desde novembro de 2018, em ações que podemos considerar em forte relação com os debates da história pública, por meio do Terreiro Cultural LGBT+, que é um

local em que estimulam-se a troca de ideias, de acolhimento, de compartilhamento, pertencimento e diversidade por meio da cultura, da arte e da memória LGBT+. O Terreiro Cultural considera que a região central da capital do país deve ser território histórico de convivência LGBT+ e de fomento da economia criativa e da cultura, dando a conhecer e valorizando as existências múltiplas e suas memórias.

2.

OFICINAS

B REVE CONVERSA SOBRE AS OFICINAS

Nas páginas seguintes, apresentaremos as propostas de oficinas que planejamos para o ensino de história, visando promover o respeito, a luta contra as violências e todas as formas de opressão. São três sugestões que ajudam a trabalhar com conceitos importantes em sala de aula e objetivam colocar em prática reflexões e ações para um mundo sem violência. Todas as atividades podem ser adaptadas de acordo com a realidade do contexto escolar. Nosso propósito foi buscar criatividade, simplicidade, materiais e recursos disponíveis, aliados a muito afeto e empatia em relação ao próximo. Aproveitamos para agradecer à ajuda do professor Diego Souza, especialista na temática, que gentilmente nos apresentou sua dissertação de mestrado, desenvolvida no ProfHistória/UFF, sobre diversidade sexual e de gênero no ensino de História (SOUZA, 2020). Muitas das nossas inspirações nas oficinas listadas abaixo vieram desse bate-papo enriquecedor que tivemos com o prof. Diego.

Oficina com o Glossário

Nível de ensino: Ensino Médio.

Tema: trabalho com o Glossário.

Título: Atividade dinâmica sobre os conceitos.

Objetivos gerais: O jogo tem por finalidade apresentar os conceitos que estão no Glossário e seus significados, de forma dinâmica e reflexiva.

Breve explicação sobre a Oficina

Essa proposta é uma atividade dinâmica para a sala de aula, especialmente para turmas do ensino médio, tendo como tema os seguintes conceitos: Assexualidade, Bissexualidade, Gênero, Homossexualidade masculina, Interseccionalidade, Intersexualidade, Lesbianidade, Transfeminismo, Transgeneridade, Travestilidade, Transexualidade, Não-binariedade de gênero, Queer e Sexualidade.

O objetivo geral dessa atividade é construir os conceitos e suas definições de forma criativa, passando pelas experiências e saberes do(a)s aluno(a)s e tendo como principais objetivos específicos a relação do ensino de história aos conceitos e vivências de gênero, raça e sexualidade. Todos esses conceitos foram apresentados no nosso Glossário e podem ser utilizadas pelo professor ou professora na sala e consultados para a mediação da roda de conversa.

Para essa atividade acredita-se que seriam necessárias duas aulas de 50 minutos cada, totalizando 1 hora e 40 minutos. Os recursos materiais utilizados são: quadro, giz, fichas de papel, palavras e textos impressos, folhas de papel e canetas.

Quanto à metodologia, a atividade funcionará em três etapas da seguinte maneira: a primeira etapa será dividir a sala de aula em grupos com algumas fichas que tragam nomes dos conceitos que constam no Glossário. A ideia é abrir espaço para que, a partir dos conceitos, o(a) professor(a) possa entender um pouco da bagagem trazida pelos alunos sobre cada conceito, seja do ponto de vista teórico ou compartilhando experiências pessoais e coletivas que contribuam para construir o próprio conceito.

O intuito seria ampliar a discussão para que todos os grupos possam se expressar e debater entre eles entendem sobre cada conceito. Por fim, os/as estudantes

devem entregar ao professor ou professora em uma folha de papel as anotações feitas por cada grupo.

Na segunda etapa, haverá uma roda de conversa, importante para que todo(a)s se escutem e para que haja explicação por parte do(a) professor(a) sobre os conceitos. Organizados em uma roda, o(a)s estudantes receberão envelopes contendo outra ficha e nesta estará escrito em um lado o conceito e do outro lado o significado do mesmo. O(a) estudante deverá ler o conceito e explicar o que o grupo debateu sobre o tema, convidando o(a)s colegas a darem a suas opiniões. Após a roda de conversa e dos debates é que o(a)s estudantes deverão ler o significado no outro lado da ficha. O professor ou professora também apresentará ao aluno o significado, explicando e provocando a reflexão a partir das colocações feitas e de experiências históricas, a fim de desconstruir preconceitos e apontar silenciamentos. Pode-se solicitar que cada estudante escreva, posteriormente, o que entendeu de cada conceito em seu material e os relacione às suas vivências na própria escola.

A terceira e última fase começa com os alunos se preparando para o jogo da forca e essa pode ser uma atividade avaliativa, se o(a) professor(a) assim desejar. A sala será dividida em dois grupos e o jogo terá quantas fases o(a) docente achar necessário. Serão distribuídas aos estudantes duas cópias da definição de cada um dos conceitos, uma por fase. O(a)s aluno(a)s, então, lerão com calma cada significado. O jogo da forca seria um instrumento de fechamento da atividade, usado não apenas para se adivinhar qual nome se encaixaria naquela definição e atribuir pontos. O grupo que acertar a palavra, em primeiro lugar, poderá receberá valores em forma de disputa, mas o mais importante é que, ao adivinhar o conceito, apresente oralmente uma reflexão sobre o debate desenvolvido, que esteja relacionado àquele conceito na história e nos direitos de pessoas, do ponto de vista de gênero, sexualidade e raça.

As oficinas foram propostas por: Adriély Aparecida Feliciano

Diego Mateus Ferreira

Eulália Maria Rabelo Duarte

Larissa das Graças Fernandes

Objetivos específicos	Conteúdo/ Conceitos	Procedimentos didáticos	Recursos utilizados	Tempo
<p>-Relacionar ensino de história aos conceitos de gênero e sexualidades.</p> <p>-Conhecer os diversos conceitos relacionados à temática, a partir dos saberes discentes.</p> <p>-Aprofundar as definições conceituais, com exemplos de experiências.</p>	<p>Conteúdo</p> <p>-Gênero</p> <p>-Sexualidade</p> <p>-Ensino de História</p> <p>Conceitos</p> <p>Assexualidade; Bissexualidade; Gênero; Homossexualidade masculina; Interseccionalidade; Intersexualidade; Lesbianidade; Não-binariedade de gênero; Queer; Sexualidade; Transfeminismo; Transgeneridade; Travestilidade; Transexualidade.</p>	<p>Apresentação dos conceitos que constam no Glossário, em fichas (sem as definições)</p> <p>- Separação a sala de aula em grupos, que receberão algumas fichas.</p> <p>-Levantamento de informações para saber o conhecimento que cada aluno possui sobre aqueles conceitos e abrir espaço para que contem experiências relacionadas.</p> <p>-Roda de conversa mediada que orientará a reflexão sobre os conceitos, a partir do Glossário, com as respectivas definições e significados.</p> <p>-Divisão da turma em grupos para a dinâmica do jogo da forca com o uso dos conceitos e significados.</p> <p>O acerto do nome deve vir acompanhado de alguma reflexão do(a) aluno(a) sobre a história, os direitos LGBTQIA+ e as relações de gênero.</p>	<p>-Quadro</p> <p>-Giz</p> <p>-Fichas de papel</p> <p>-Palavras e textos impressos</p> <p>-Material escolar</p>	<p>Duas aulas de 50 minutos ou 1 hora e 40 minutos</p>

Oficina sobre Feminismos

Nível de ensino: Ensino fundamental II e Médio

Tema: Feminismos

Título: Conhecendo os Feminismos

Objetivos gerais: O objetivo desta oficina é apresentar e colocar em discussão os movimentos feministas com os alunos e alunas e semear a reflexão sociohistórica para que busquem entender cada vez mais sobre o assunto e, assim, abrir um caminho para que possam enxergar com mais clareza comportamentos e situações de intolerâncias, preconceitos e violências históricas e cotidianas, a partir de práticas e troca de experiências.

Breve explicação sobre a Oficina

O objetivo central dessa oficina é apresentar e colocar em discussão os movimentos feministas e suas lutas. Para isso, o professor ou professora poderá começar a aula perguntando sobre o que os alunos e alunas sabem sobre a temática, se conhecem esses movimentos, o que sabem a respeito historicamente e como se relacionam com suas experiências de vida.

Depois dessa introdução, o professor ou professora selecionará e apresentará diversos materiais que ajudem a narrar as histórias dos movimentos feministas, como fotos, trechos de jornais, vídeos, literatura, depoimentos escritos ou orais e recursos diversos, ou estimulará o(a)s aluno(a)s a pesquisarem o material e trazerem para a aula. A proposta central é demonstrar, por meio de diferentes recursos e fontes, a pluralidade dos movimentos feministas, suas agências, sujeitas e lutas ao longo da história. O uso do Glossário, com os diferentes feminismos, deve ser estimulado entre o(a)s discentes, atribuindo responsabilidade por pesquisar materiais sobre cada definição, como livros, blogs, vídeos e periódicos disponibilizados virtualmente, tais como Brasil Mulher, Mulherio, Chanacomchana, Nós Mulheres, ou literatura com autoras tais como Chimamanda Adichie, Clarice Lispector, Djamilia Ribeiro, Conceição Evaristo, Maya Angelou, Tatiana Gomes, Amara Moira, Linn da Quebrada, Raíssa Eris Grimm, Ryane Leão, Natália Polesso, Eliane Potiguara, Aline Pachamama e Márcia Wayna Kambeba,

entre outras. Pode-se estimular, ainda, o uso de poetas locais na comunidade ou poesias produzidas pelo(a)s próprio(a)s estudantes, valorizando sua produção e experiência.

Sugere-se que as redes sociais sejam também utilizadas e que ele(a)s possam fazer um levantamento de espaços virtuais feministas, especialmente com as consultas às contas de movimentos feministas contemporâneos e a sites como o catálogo Intelectuais Negras Visíveis, organizado por Giovana Xavier, disponível em PDF (<https://www.intelectuaisnegras.com/>), o portal Geledés - Instituto da Mulher Negra (<https://www.geledes.org.br/>), a Rede Grumin de Mulheres Indígenas (<http://www.grumin.org.br/principal.htm>), o projeto Mulher 500 anos atrás dos Panos (<http://www.mulher500.org.br/biografia-de-mulheres/>) que disponibiliza mais de 900 biografias de mulheres no Brasil, o portal Catarinas (<https://catarinas.info>) e os sites Humanas: pesquisadoras em rede (www.humanasrede.com), Sempre Viva Organização Feminista (<https://www.sof.org.br>) e As mina na história (<https://asminanahistoria.wordpress.com>). Ao fazer a visita aos portais, pode-se estimular a associação ao Glossário com os diferentes feminismos.

As minibiografias, apresentadas posteriormente nesse guia, podem fazer parte dessa oficina, com as devidas inspirações e explicações no texto que as apresentam. A escolha proposital de autoras negras, indígenas e transexuais pode construir uma educação democrática, plural e que rompe com estereótipos de gênero, etnia e raça. Contar as histórias dos feminismos pela perspectiva das autoras selecionadas nessa obra – ou outras selecionado(a)s pelos(as) docentes e discentes – pode promover, além de importantes reflexões históricas, o protagonismo de tantas mulheres que ousaram – e continuam ousando – escrever sobre suas próprias trajetórias.

Atividade proposta por Eulália Maria Rabelo Duarte

Gustavo Barcelo de Melo

Luara Conceição Santos

Luís Mauro de Paiva Santos

Milena Magalhães da Silva

Objetivos específicos	Conteúdo/ Conceitos	Procedimentos didáticos	Recursos utilizados	Tempo
<p>-Relacionar ensino de história e feminismos.</p> <p>-Introduzir a história dos Feminismos na escola.</p> <p>-Explorar o que os alunos e alunas sabem e conhecem sobre o tema.</p> <p>-Fazer comparações mostrando as desigualdades e diferenças de gênero e raça, a partir de troca de experiências ou exemplos de materiais selecionados.</p> <p>Fazer comparações entre os feminismos, usando material da pesquisa e do Glossário, mantendo sempre um diálogo com os alunos e alunas.</p> <p>-Apresentar algumas intelectuais dos movimentos feministas sobre o tema (à escolha do professor ou pesquisa de discentes).</p>	<p>Conteúdo</p> <p>-História dos Movimentos Feministas.</p> <p>-Ensino de História.</p> <p>Conceitos</p> <p>- Feminismos: o(a) professor(a) tem a liberdade para escolher alguns feminismos que estão citados no Glossário, uma vez que o tempo para dar conta de todos é muito curto.</p> <p>- Discentes podem ser convidados a escolher os feminismos entre si, a partir das pesquisas.</p>	<p>Apresentação do tema a partir do diálogo e comparações sobre as desigualdades e privilégios de gênero ao longo da história.</p> <p>-Elaboração de um pequeno texto ou de uma “tempestade de ideias” para analisar o que cada aluno(a) sabe e pensa sobre o assunto.</p> <p>- Apresentação das definições e informações do Glossário, referente a cada feminismo, pedindo ao(à)s discentes que pesquisem exemplos históricos e do cotidiano que se relacionem aos problemas levantados pelos feminismos tratados.</p> <p>- Roda de conversa, a partir de pesquisa em sites e portais, assim como uso de literatura e poesia feminista.</p>	<p>-Quadro</p> <p>-Giz</p> <p>-Se a escola possuir, utilizar aparelho Datashow para apresentação de slides.</p> <p>-Textos e imagens impressos, a partir da pesquisa dos alunos na internet.</p> <p>- narrativas orais de experiências de aluno(a)s ligadas às problemáticas levantadas pelos feminismos abordados</p> <p>Sites, literatura e poesias.</p>	<p>1 hora e 30 minutos.</p>

Oficina sobre Interseccionalidades

Nível de ensino: Ensino fundamental II e Médio.

Tema: Interseccionalidades.

Título: Pensando os privilégios e desigualdades

Objetivos gerais: A oficina tem como objetivo tratar das temáticas sobre as interseccionalidades de raça, classe e gênero com os alunos e alunas. A intenção é despertar a empatia entre os(as) aluno(a)s e entre ele(a)s e o mundo, reconhecendo que nem todos e todas possuem as mesmas oportunidades e que as desigualdades que nos rodeiam são estruturantes. Essa atividade foi inspirada em outras existentes e disponíveis no *Youtube*, como: “Corrida por R\$100 feita de privilégio e desigualdade” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L177yGji8eM&t=4s>. Acesso em: 17 out. 2020).

Breve explicação sobre a Oficina

Iniciada a aula, o professor ou professora deve fazer uma série de provocações sobre a presença de pessoas e coletivos dos movimentos negro(a)s, mulheres, pobres e LGBTQIA+ na história que aprenderam ao longo de sua formação escolar. Estimulá-los com perguntas sobre por que as desigualdades existem; se há diferenças e desigualdade. Depois, deve convidá-lo(a)s para que acompanhem até a quadra, pátio ou um local aberto com espaço maior que as salas da aula, para elaborarem a atividade. Assim que estiverem no local, deve-se pedir para que formem uma linha, um ao lado do outro.

Antes de dar permissão para que a corrida aconteça, deve-se fazer algumas declarações e frases que se refiram a situações de classe, gênero, raça e sexualidade e explicar que, caso essas declarações se apliquem à pessoa, ela deve dar dois passos à frente. Caso não se aplique, deve-se permanecer no mesmo lugar. Sugerimos as seguintes declarações (que podem ser adaptadas de acordo com a realidade local e da escola):

Dê dois passos à frente se você cresceu com seu pai presente em casa.

Dê dois passos à frente se você teve acesso à educação privada.

Dê dois passos à frente se você nunca teve que se preocupar com seu telefone celular ser desativado.

Dê dois passos à frente se você nunca foi parado pela polícia e/ou sofreu racismo.

Dê dois passos à frente se você nunca sofreu discriminação por sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Dê dois passos à frente se você nunca teve que ajudar seus pais nas contas da casa.

Dê dois passos à frente se você não precisa pagar por uma faculdade.

Dê dois passos à frente se você nunca se preocupou de onde viria sua próxima refeição.

(As declarações podem ser mudadas, adaptadas conforme as turmas e idades dos alunos e alunas com quem a atividade será aplicada.)

Depois de feita todas as declarações, o(a) professor(a) deve pedir para que os alunos e alunas que estejam na frente olhem ao redor, observando quantos colegas ficaram juntos, na frente ou atrás. Em seguida, o(a) professor(a) começará a fazer novas provocações, comparando o jogo com a presença dos grupos subalternizados na história, nos espaços e lideranças políticas e nos direitos econômicos e sociais.

É importante que cada declaração feita pelo professor tente representar a realidade do bairro e comunidade onde a escola esteja inserida. O professor ou professora deve problematizar os diferentes lugares sociais que são impostos e as desigualdades da nossa sociedade e estimular o(a)s aluno(a)s também a fazerem suas observações. Ao fim, o professor ou professora deve falar que aquela atividade é sobre Interseccionalidades, pedindo à turma que diga o que entendeu sobre esse conceito a partir do jogo.

Atividade elaborada por:
Enlália Maria Rabelo Duarte
Gustavo Barcelo de Melo
Milena Magalhães da Silva

Objetivos específicos	Conteúdo/ Conceitos	Procedimentos didáticos	Recursos utilizados	Tempo
<p>-Relacionar ensino de história ao tema de interseccionalidades.</p> <p>-Introduzir o tema Interseccionalidades para os alunos e alunas através de provocações.</p> <p>-Analisar o que os alunos e alunas, irão perceber e reconhecer sobre o tema.</p> <p>-Fazer comparações mostrando as desigualdades, privilégios e mudanças relacionadas a cada indivíduo que vive em nossa sociedade.</p>	<p>Conteúdo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desigualdades sociais, raciais e de gênero. - Raça e racismo. - Gênero e sexualidades. <p>Conceitos</p> <ul style="list-style-type: none"> -Gênero, racismo e sexualidade. - Interseccionalidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do tema a partir do diálogo, comparações e provocações aos(as) alunos(as) sobre suas experiências e sobre os silenciamentos da história que aprenderam -Formação de uma fila e elaboração de uma pequena corrida, pedindo que quem avance seja a partir de características ligadas à branquitude, a posses, à sexualidade e gênero. - Roda de conversa para refletir sobre os elementos que permitiram alguns alunos avançar na “corrida” mais do que outros, apontando elementos interseccionais. - Pensar os sujeitos em momentos da história apontados pelo professor e as experiências no cotidiano dos alunos 	<ul style="list-style-type: none"> -Quadra esportiva ou espaço que seja possível correr. - Narrativas orais - Jogo 	<p>1 hora.</p>

3.

MINIBIOGRAFIAS

MINIBIOGRAFIAS DE MULHERES NEGRAS, LGBTQIA+ E INDÍGENAS NA SALA DE AULA

Ao longo dos séculos as sociedades ocidentais foram estruturadas e organizadas em torno do patriarcado. Percebemos que, em diversos períodos da história, as diferentes mulheres se encontraram em determinados padrões que as colocavam num papel secundário diante dos homens, sendo silenciadas e apagadas da escrita da história, especialmente as mulheres pobres, negras, LGBTQIA+ e indígenas.

É necessário compreender os efeitos que as histórias das mulheres, em sua pluralidade e interseccionalidades, representam quando contadas na sala de aula, com os novos olhares para as futuras gerações. A proposta de apresentar as minibiografias das mulheres negras, LGBTQIA+ e indígenas é de romper com esse modelo patriarcal e sexista, utilizando suas trajetórias e apresentando sujeitas existentes na nossa sociedade contemporânea, de forma a visibilizá-las e torná-las inspiração.

Nessa perspectiva, selecionamos aquelas que relatam trajetórias de mulheres intelectuais, autoras, poetisas, que se destacam no campo da política, da cultura, da educação, da mídia, da literatura. São mulheres pioneiras, feministas, cientistas, escritoras e ativistas que militam e lutam pela igualdade de gênero e de raça, por mudanças na estrutura da sociedade e combatem as opressões e preconceitos em vários setores, fazendo com que suas vozes e a de outras mulheres sejam ouvidas e ampliadas por meio de seus escritos e participando de movimentos que incluem diferentes sujeitas na história passada ou presente.

Ao trabalharmos com as minibiografias femininas nas aulas de História, rompemos com a metodologia linear histórica, apresentando uma nova forma de ensinar o conteúdo histórico. O aluno ou aluna, ao entrar em contato com esse tipo de material, é levado(a) a pensar na diversidade das mulheres e suas histórias, analisando os fatores que as levaram a ocupar determinados espaços de poder e de resistência. Suas trajetórias de vida proporcionam desconstruções de noções de gênero entre meninos e meninas, além de incentivar empoderamentos por meio da identificação do(a)s jovens com suas experiências. Além disso, refletir e pensar sobre as questões de gênero, classe, sexualidade e raça é essencial para podermos construir, de fato, um conhecimento decolonial, e uma sociedade justa que reconhece as diferenças e que combate as desigualdades.

Abaixo, seguem as minibiografias escritas a partir de fontes disponíveis na internet, artigos, teses, livros e demais trabalhos acadêmicos, pesquisadas pelo Grupo de Trabalho Gênero, sexualidade e ensino de História (indicaremos um link de pesquisa, em cada uma delas). Os desenhos foram feitos pelo discente Gabriel Simionato. É importante destacar que essa atividade foi desenvolvida a partir da leitura e debate dos textos como das autoras Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Julieta Paredes, Jaqueline Jesus e Claudia Mayorga, entre outras cujas bibliografias seguem nas referências ao longo e ao final do Caderno. Com base nos diálogos estabelecidos por meio das ideias dessas autoras, foi possível pensar nas aproximações e distanciamentos presentes nas trajetórias dos movimentos negros, LGBTQIA+ e indígenas no Brasil. As autoras destacam as complexidades e disputas apresentadas pelas figuras femininas que habitam nestes campos e como as mesmas são construídas e constroem relações culturais, ao se posicionarem e resistirem em um contexto que privilegia o domínio político branco, masculino e cisheteronormativo.

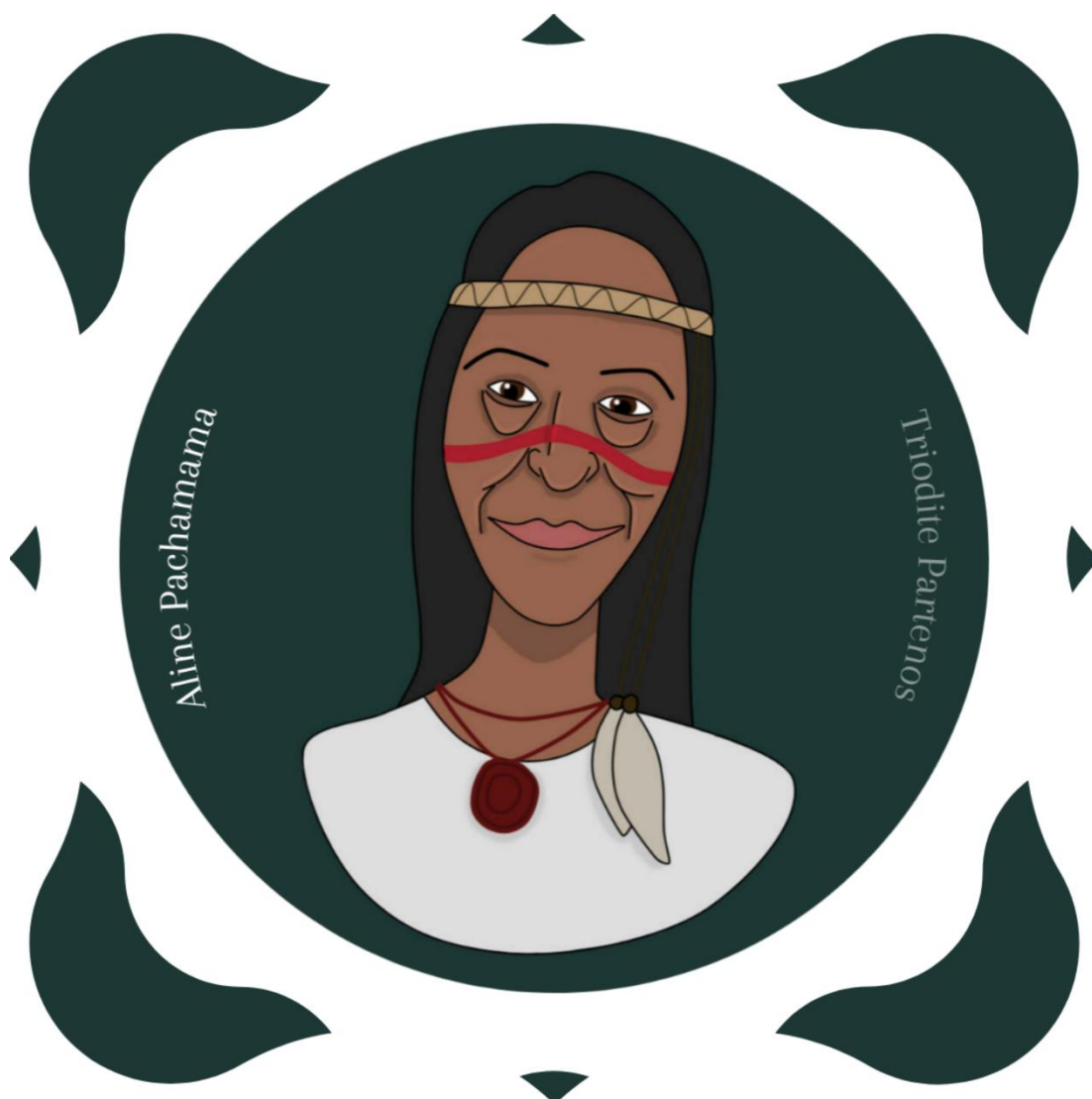
Segundo as diferentes autoras, a articulação das categorias sociais não pode ser compreendida de maneira linear e tão pouco harmônica. Por conta desse aspecto, analisar as construções históricas e culturais de povos indígenas e das populações LGBTQIA+ e negras requer cuidado em sua análise política, de forma a evitar simplificações que as relacionem apenas pelas desigualdades vivenciadas dentro desses campos em uma “ingênua somatória de opressões”, mas de suas interseccionalidades.

É necessário, a partir dessas considerações, compreender as necessidades, saberes e poderes que cada grupo de mulheres apresenta, além de um padrão de relação de domínio e submissão, concepção que tem sido estimulada constantemente pelo senso comum difundido em espaços escolares, familiares e no debate político atual, que acabam por reforçar diretrizes preconceituosas e discriminatórias relativas às mulheres, principalmente as periféricas, como já havia observado Lélia Gonzalez (1984, p. 240). Letícia Nascimento (2021) também usa os termos mulheridades e feminilidades, de forma a nos convidar a pensar as diferentes formas subjetivas e sócio-históricas de existência que escapam da categoria universal e hegemônica de Mulher.

Inspirado(a)s pelos debates e pelas produções de diferentes autoras, apresentamos as minibiografias, os desenhos e trechos de suas obras como propostas, para serem usados em sala de aula, com a finalidade de se pensar a importância de suas presenças na história, com suas ideias e ações. Pretende-se que sejam recursos para promover atividades de leitura, trocas e compartilhamentos. Conhecer as trajetórias de Aline Pachamama, Beatriz Nascimento, bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Chimamanda Adichie, Conceição

Evaristo, Djamila Ribeiro, Eliane Potiguar, Graça Graúna, Jaqueline Jesus, Jenyffer, Jurema, Lélia Gonzalez, Megg Rayara, Patrícia Hill Collins, Paulina Chiziane, Sônia Guajajara, Xica Manicongo, e tantas intelectuais negras, LGBTQIA+ e indígenas serve para debater as ideias que elas trazem sobre as relações de gênero, as questões raciais e a conexão sagrada com o mundo. Podem inspirar novas pesquisas, identificações subjetivas e coletivas e o reconhecimento da história das mulheres no ensino, não como um complemento da história dos homens, e sim como novas formas de se pensar as relações humanas tão desiguais.

É importante destacar que outras biografias de mulheres da comunidade e da própria escola podem ser pesquisadas e conhecidas pelo(a)s aluno(a)s. O(a) docente pode estimular o trabalho com a história oral de familiares, profissionais e moradoras locais, além de explorar as narrativas de alunas e de professoras, demonstrando que não apenas intelectuais ou ativistas devem ser valorizadas, pois toda história importa para romper silêncios e valorizar diferentes mulheridades.



Aline Pachamama

Aline do Carmo Rochedo Pachamama é uma autora indígena do povo Puri, historiadora, escritora e ilustradora, doutora em História Cultural pela UFRRJ e Mestre em História Social pela UFF. Seu currículo profissional é carregado de realizações. Ela participa de organizações e movimentos sociais, que têm por objetivo difundir a história cultural indígena, junto com a linguagem oral e preservação da linguística indígena.

Aline também é idealizadora da editora Pachamama, voltada a mulheres escritoras indígenas e, entre tantas, é autora das obras *Guerreiras: Mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas na aldeia Pachamama* (2018) e *A poesia é a alma de quem escreve* (2017), da qual extraímos o poema apresentado aqui, e de. Vinculando a obra com a análise da autora,

percebemos que ao longo de tempo as narrativas sobre as mulheres em si e também as mulheres indígenas vêm aumentando e ganhando espaço para discussões dominadas pelo masculino. É a partir desse tópico que conseguimos estabelecer uma importância sobre as questões de estudarmos as mulheres em vários movimentos sociais, pois elas nos mostram que socialmente vivemos em uma cultura que abrange outras culturas e que elas se interligam socialmente.

Por suas ancestralidades, cosmogonias e cosmologias, as mulheres indígenas tendem a protagonizar as discussões e lutas pela demarcação de terras e pela defesa da natureza que, numa sociedade patriarcal, é associada ao feminino e, por isso, é também violada. O respeito à Mãe Terra também coloca a mulher indígena posicionada contra a violência familiar e na defesa de uma cultura comunitária. Pachamama acredita que a palavra – oral e escrita – é um instrumento de conexão com o mundo e uma forma de empoderamento feminino.

(Sugestão: **Entrevista com Aline Rochedo Pachamama.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=56LxRjgHeY>. Acesso em: 03 out 2021.)

*Produzido por Lucas da Silva Borges
Mariana Aparecida dos Santos Rodrigues*

Pachamama

Espírito da tarde
Filha do Sol,
Irmã da lua,
Mãe do vento,
Senhora dos Andes,
Protetora dos seres,
Em todas as suas formas.
És a vida,
A magia,
E o mistério,
o silêncio e a majestade da cordilheira,
E o som da minha alma.
Acendas a madrugada de cada dia,
Presentida pelos
Pássaros e pelos poetas.
Acolhas o sol
Cansado e sonolento,
A cada entardecer.
E sobre ele estendas
Mantos de esperança
Percebidos pelos indígenas.
Perdoe-nos as tantas falhas, a destruição que provocamos.
Ainda somos pequenos no Amor.
Pachamama levanta-te
A natureza é tua.
Restitui sua antiga e sempre nova grandeza,
a humanidade está à tua espera,
Precisamos da tua bondade
e do teu equilíbrio.
Da tua poesia,
Da ternura,
Da terra,
Da tua Presença

PACHAMAMA, Aline do C. R. *Pachamama: A poesia é a alma de quem escreve*. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2015.



Beatriz Nascimento

No cenário feminino de resistência exemplificado pelas autoras, a vida de Maria Beatriz Nascimento tem um papel fundamental para observarmos as discussões a respeito dos movimentos negros, a luta contra o racismo, o preconceito e os estereótipos presentes na sociedade brasileira. A historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista nasceu em Aracaju em 1942 e faleceu no Rio de Janeiro em 1995, vítima de feminicídio.

A partir das narrativas expostas no documentário *Óri* (1989), Beatriz Nascimento narra a sua vida e as questões sociais, estruturais e políticas do país. Ela argumenta a

importância de se conhecer e compreender a relevância da própria história nas suas origens e, nesse aspecto, o continente africano tem um papel fundamental para a historiadora. Tal ação está relacionada a uma questão de atitude, e dentro dessas esferas inclui reconhecer a sua própria cultura, deixando de enfatizar e “comprar” pontos de vista colonizadores. Nesse sentido, a historiadora aponta a importância da imagem dos grupos excluídos dos direitos se reafirmar visível em espaços políticos, ou seja, da reivindicação de identidades que são constantemente simplificadas e generalizadas por um sistema colonial.

Beatriz Nascimento é uma das historiadoras mais importantes do país, com produção pouca lida e debatida do meio acadêmico. Um dos pontos mais importantes do trabalho da pesquisadora foi sobre os Quilombos. Sobre isso, indicamos a leitura do livro *Uma história feita por mãos negras* (2021). Para a autora, esses espaços não são somente espaços geográficos, mas uma comunidade de luta por melhores condições de vida e do reconhecimento da pessoa negra. Ainda nos estudos de Beatriz Nascimento, o carnaval e os terreiros de Candomblé e Umbanda também são espaços de luta, ao mesmo tempo em que podem representar formas de existência e de crenças no cotidiano.

(Sugestão: A trajetória intelectual ativista de Beatriz Nascimento. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-trajetoria-intelectual-ativista-de-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 11 nov. 2020.)

*Produzido por Evelyn Soares de Abreu
João Otávio Brasileiro*

A mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão-de-obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter o significado dignificante o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”.

É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho evocam as mesmas da Escravocracia.

A profunda desvantagem em que se encontra a maioria da população feminina repercute nas suas relações com o outro sexo. Não há a noção de paridade sexual entre ela e os elementos do sexo masculino. Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até a branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. (...)

Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida

(...)Rejeitando a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduza o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo assim, assumir uma postura crítica intermediando sua própria história e seus ethos. Levantaria ela a proposta de parcerias nas relações sexuais que, por fim, se distribuiria nas relações sociais mais amplas.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial, 2006.



bell hooks

Nascida Gloria Jean Watkins em setembro de 1952, no estado americano do Kentucky, bell hooks é uma ativista, educadora e escritora de muitas obras. Um dos primeiros textos de sua autoria a circular no meio acadêmico brasileiro, em língua portuguesa, foi *Intelectuais negras*, artigo publicado pela revista *Estudos Feministas* no segundo semestre de 1995. Uma das importantes contribuições do pensamento de bell hooks é a necessidade de considerar que dentro das hierarquias de sexo/raça/classe, as mulheres negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status de inferioridade na cultura sexista e racista é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos deficientes incompetentes e incapazes.

Inspirada nos ensinamentos do educador brasileiro Paulo Freire, ela publicou o livro *Teaching to transgress. Education as the practice of freedom* (1994) e algumas décadas mais tarde, o livro mereceu uma edição no mercado editorial brasileiro, sendo publicado pela Martins Fontes em 2013 com o título *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*.

Em 2018, teve seu livro *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras* publicado no Brasil, com discussões importantes para os feminismos. Nas palavras da própria autora, o feminismo é necessário para um mundo mais justo e igualitário, no qual “precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo” (hooks, 2018, p. 15). Como historiadora e educadora, os livros de bell hooks são uma inspiração e um convite para pensar a escrita como forma de romper silêncios e também como uma prática de liberdade. Para hooks, o feminismo não é uma luta contra os homens, mas contra o sexismo, a hierarquização de gênero que oprime, discrimina, exclui e pode matar. Em 2021, em sua obra *Tudo sobre o amor*, bell hooks trouxe aos leitores brasileiros a discussão sobre o amor como uma escolha política de resistência contra o racismo, sexismo e toda forma de opressão.

(Sugestão: bell hooks: por uma pedagogia interseccional. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/bell-hooks-por-uma-pedagogia-interseccional/>. Acesso em: 11 nov 2020.)

Produzido por Eulália Maria Rabelo Duarte

Gabriela Alves Oliveira

Dito de maneira simples, o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão. (...) Praticamente, é uma definição que implica que todo pensamento e ação sexista é o problema, seja aqueles que o perpetuam mulheres ou homens, crianças ou adultos. Também é suficientemente ampla para incluir uma compreensão do sexismo institucionalizado sistêmico. Como uma definição, ela é aberta. Para entender feminismo, implica-se que é necessário compreender o sexismo.

Como todas as defensoras da política feminista sabem, a maioria das pessoas não entende o sexismo ou se o entendem, pensam que não é um problema. Massas de pessoas pensam que o feminismo é sempre e apenas sobre mulheres que procuram ser iguais aos homens. E uma grande maioria dessas pessoas pensa que o feminismo é anti-homem. O mal entendido dessas pessoas; sobre a política feminista reflete a realidade que a maioria das pessoas conhece sobre o feminismo por meios de comunicação patriarcais. O Feminismo que eles escutam mais sobre é apresentado por mulheres que são a priori comprometidas com a igualdade de gêneros — pagamento igual por trabalho igual, e às vezes mulheres e homens compartilhando tarefas domésticas e familiares. Eles veem que essas mulheres são geralmente brancas e materialmente privilegiadas. Eles sabem, a partir dos meios de comunicação de massa, que a libertação das mulheres se concentra na liberdade de terem abortos, serem lésbicas, desafiar estupros e violência doméstica. Entre essas questões, massas de pessoas concordam com a ideia de equidade de gênero no local de trabalho — pagamento igual por trabalho igual.

(...) À medida que o feminismo contemporâneo progredia, como as mulheres perceberam que os homens não eram o único grupo em nossa sociedade que apoiavam o pensamento e o comportamento sexista — que as mulheres também poderiam ser sexistas — o sentimento anti-homem já não moldava a consciência do movimento. (...) As visões utópicas da irmandade, baseadas exclusivamente na consciência da realidade de que todas as mulheres foram de alguma forma vítimas da dominação masculina, foram interrompidas por discussões de classe e raça. As discussões das diferenças de classe ocorreram no início do feminismo contemporâneo, antes das discussões de raça. (...) Essas discussões não banalizaram a insistência feminista de que “a irmandade é poderosa”, elas simplesmente enfatizaram que só poderíamos nos tornar irmãs na luta confrontando as formas pelas quais as mulheres — através do sexo, classe e raça — dominavam e exploravam outras mulheres e criaram uma plataforma política que abordaria essas diferenças.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, p.17-18.



Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus nasceu em Minas Gerais no dia 14 de março de 1914 e faleceu em 13 de fevereiro de 1977, em São Paulo. Por meio de seus diários, escritos em cadernos recolhidos por ela mesma nos lixos, publicou em 1960 sua primeira obra intitulada *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. Essa publicação esgotou-se em uma semana e sua obra foi traduzida para catorze línguas. Além dessa obra, escreveu e publicou em vida *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1960), *Pedaços de Fome* (1963) e *Provérbios* (1963). Após sua morte, outras obras foram publicadas, como *Diário de Bitita*, publicado em 1986 e *Meu sonho é escrever: contos inéditos e outros escritos*, publicado em 2018.

Carolina Maria de Jesus é considerada uma das mais importantes escritoras do Brasil. Sua obra consiste em relatos do cotidiano na favela da Canindé, na capital paulista, e relata sobre sua vida, enfrentamentos e dificuldades, além de contar sobre sua tarefa de ser mãe solo e sua história de adversidades, tendo sido catadora de papel e passado fome. Escritora negra e pobre, nos mostra a importância, ainda mais sobre aquela época em que produziu suas obras, para mulheres negras romperem com o racismo e sexismo. Em 2021, Carolina Maria de Jesus recebeu o título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi homenageada com eventos e com a republicação de boa parte de suas obras, com comentários sobre sua importância como exemplo de resiliência e de literatura que coloca como protagonistas a periferia e as mulheres negras.

(Sugestão: Carolina Maria de Jesus. **Literafro**: o portal de literatura afro-brasileira. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 18 nov. 2020.)

*Produzido por Diego Mateus Ferreira e
Larissa das Graças Fernandes*

Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna.

Terminaram a refeição. Lavei os utensílios. Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortavel, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço.

Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela.... Durante o dia, os jovens de 15 e 18 anos sentam na grama e falam de roubo. E já tentaram assaltar o empório do senhor Raymundo Guello. E um ficou carimbando com uma bala. O assalto teve inicio as 4 horas. Quando o dia clareou as crianças catava dinheiro na rua e no capinzal. Teve criança que catou vinte cruzeiros em moeda. E sorria exibindo o dinheiro. Mas o juiz foi severo.

Castigou impiedosamente. Fui no rio lavar as roupas e encontrei D. Mariana. Uma mulher agradável e decente. Tem 9 filhos e um lar modelo. Ela e o esposo tratam-se com educação. Visam apenas viver em paz. E criar filhos. Ela também ia lavar roupas. Ela disse-me que o Binidito da D. Geralda todos os dias ia preso. Que a Radio Patrulha cançou de vir buscá-lo. Arranjou serviço para ele na cadeia. Achei graça. Dei risada!... Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo.

Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.



Chimamanda Adichie

Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora nigeriana feminista premiada, que estudou comunicação e ciência política nos Estados Unidos e escreveu vários romances importantes como *Hibisco Roxo* (2003), *Meio sol amarelo* (2006) e *Americanah* (2013). Suas obras trazem como temática a desigualdade de gênero, a imigração, questões raciais e a guerra civil na Nigéria. Por meio de histórias do cotidiano e de suas próprias experiências, nos mostra o quanto é necessário lutar pela igualdade de gênero e por mudanças no sexismo e no racismo. Na sua palestra e obra *Sejamos todos Feministas* ela afirma: “A meu ver,

feminista é o homem ou a mulher que diz ‘sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar’. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar.” (Adichie, 2014, p. 17). Com essa fala, Chimamanda nos mostra que gênero não define quem pode ser feminista, mas sim aquele que enxerga o problema e tenta resolvê-lo.

De maneira simples e direta, a autora nos leva a questionar nossas próprias experiências e o meio que vivemos. Ela reflete: “Já que pertenço ao sexo feminino, espera-se que almeje me casar. Espera-se que faça minhas escolhas levando em conta que o casamento é a coisa mais importante do mundo. O casamento pode ser bom, uma fonte de felicidade, amor e apoio mútuo” (Adichie, 2014, p. 40). Nesse trecho, Chimamanda Adichie trata da construção que foi feita para a mulher que muitas vezes acaba aprisionando a um único futuro e o quanto precisamos ter nossas próprias escolhas, sem alguém ou uma sociedade machista ditatorial diz que deve ser. O casamento pode trazer felicidade, mas a solteirice também; por isso o direito à escolha é fundamental para que mulheres possam tomar as rédeas de sua própria vida e definir qual será sua fonte de felicidade e realização.

(Sugestão: Chimamanda Adichie: não estava em meus planos ser um ícone feminista. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/04/eps/1575477143_604947.html. Acesso em: 18 nov 2020.)

Produzido por José Luiz Alves Neto

Luís Mauro de Paiva Santos

Milena Magalhães da Silva

Tariny da Silva Dias Leite

Quando eu estava no primário, em Nsukka, uma cidade universitária no sudeste da Nigéria, no começo do ano letivo a professora anunciou que iria dar uma prova e quem tirasse a nota mais alta seria o monitor da classe. Ser monitor era muito importante. Ele podia anotar, diariamente, o nome dos colegas baderneiros, o que por si só já era ter um poder enorme; além disso, ele podia circular pela sala empunhando uma vara, patrulhando a turma do fundão. É claro que o monitor não podia usar a vara. Mas era uma ideia empolgante para uma criança de nove anos, como eu. Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta.

Mas, para minha surpresa, a professora disse que o monitor seria um menino. Ela havia se esquecido de esclarecer esse ponto, achou que fosse óbvio. Um garoto tirou a segunda nota mais alta. Ele seria o monitor. O mais interessante é que o menino era uma alma bondosa e doce, que não tinha o menor interesse em vigiar a classe com uma vara. Que era exatamente o que eu almejava. Mas eu era menina e ele, menino, e ele foi escolhido.

Nunca me esqueci desse episódio.

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens.

ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.



Conceição Evaristo

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, no ano de 1946. É filha de uma lavadeira e empregada doméstica que também recolhia lixo pela cidade para tirar algum tipo de rendimento. Foi num deles que sua mãe encontrou o livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (1960), e com sua história se identificou, também escrevendo um diário. Apesar da pobreza e de ter que lavar roupas como sua mãe e tia, Evaristo foi estimulada a estudar na escola pública e a sempre ler, tornando-se a primeira dos nove irmãos a entrar na universidade. Graduiu-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e trabalhou como professora na rede pública de ensino. Tornou-

se mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ) e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Publicou seus contos e poemas pela primeira vez na década de 1990, nos *Cadernos Negros*, junto ao grupo Quilombhoje. É, hoje, uma escritora reconhecida mundialmente, com traduções de suas obras - como *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da Memória* (2006) - em países como Inglaterra e Estados Unidos. O protagonismo feminino no universo sexista, o racismo e a resistência à pobreza e opressão são destaques em seus escritos, como *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos D'água* (2014), sendo o último finalista do Prêmio Jabuti em 2015.

Seus poemas, contos, ensaios e novelas têm se tornado tema de vários estudos e publicações acadêmicas, além de inspirar a militância de mulheres negras por um feminismo decolonial. A escritora recebeu várias homenagens em universidades e outras instituições, entre elas: em 2017 o Itaú Cultural de São Paulo organizou a Ocupação Conceição Evaristo, uma exposição sobre a vida e a sua produção literária; em 2018, o Prêmio de Literatura foi entregue pelo governo de Minas Gerais; e em 2019, a Bienal do Livro de Contagem reconheceu o conjunto de sua obra.

(Sugestão: Conceição Evaristo. **Literafro**: o portal de literatura afro-brasileira. <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 20 abr. 2021).

Produzido por Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

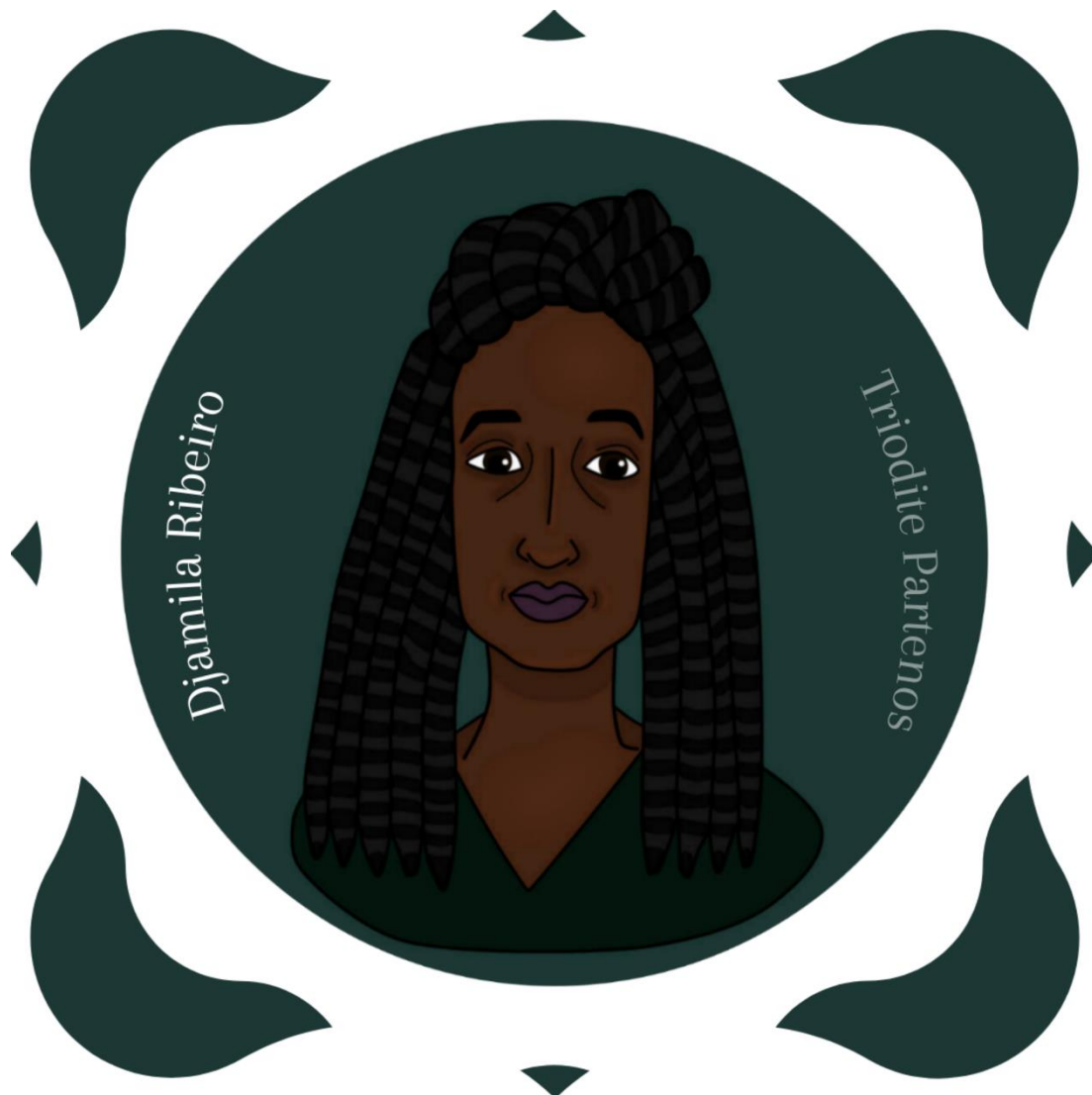
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.



Djamila Ribeiro

Djamila Taís Ribeiro dos Santos nasceu em Santos, no ano de 1980. Foi com seu pai, um estivador comunista, que teve contato com a militância, a qual nunca mais abandonou. É graduada e mestra em filosofia política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e tem participação como colunista do jornal Folha de São Paulo e Carta Capital. Foi secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, em 2016. É conselheira do Instituto Vladimir Herzog e coordenadora da coleção *Feminismos Plurais* (2021), pelo Selo Sueli Carneiro, que reúne textos de escritoras negras, além daqueles de sua autoria. A autora recebeu várias premiações como Prêmio Cidadão SP em Direitos Humanos, em 2016, e o Prêmio Dandara dos Palmares, em 2017. Foi

escolhida como Personalidade do Amanhã pelo governo francês, em 2019, e é considerada uma das cem pessoas mais influentes do mundo abaixo de 40 anos, eleita pela BBC, de Londres.

É autora das obras *O que é Lugar de Fala?* (2017), *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018) e *Pequeno manual antirracista* (2019), nos quais aborda questões complexas e urgentes para a sociedade brasileira, como o racismo estrutural e feminismo negro. Um dos temas mais abordados em seus livros, a referência ao lugar de fala, faz parte de debates acadêmicos e dos movimentos sociais ligados aos direitos negros, de mulheres e LGBTQIA+. Para Ribeiro, a expressão se refere ao direito de se colocar no mundo, de cada pessoa e grupo poder se dizer a partir de seu lugar social, ter o reconhecimento da existência, e não se reduz à emissão de palavras ou à vivência pessoal. Não se trata de autorização para dizer de um indivíduo, silenciando outro, mas da reivindicação da escuta pública, da ampliação da experiência sobre a qual cada sujeito (ou sujeitos) pode e deve dizer.

(Sugestão: RIBEIRO, Djamila *et al.* Djamila Ribeiro: Uma voz para nosso tempo. Entrevista com Djamila Ribeiro. *Ekstasis*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 278-291, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/49903>. Acesso em 15 set, 2021.)

Produzido por Drielly Bezerra Café

Pensar novas epistemologias, discutir lugares sociais e romper com uma visão única não é imposição — é busca por coexistência. Ao quebrar a máscara, estamos atrás de novas formas de sociabilidade que não sejam pautadas pela opressão de um grupo sobre outro. Ao pensar o debate de raça, classe e gênero de modo indissociável, as feministas negras estão afirmando que não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, porque a mesma estrutura seria reforçada. Quando discutimos identidades, estamos dizendo que o poder deslegitima umas em detrimento de outras. O debate, portanto, não é meramente identitário, mas envolve pensar como algumas identidades são aviltadas e ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras em geral e mulheres negras especificamente não são tratadas como humanas. Uma vez que o conceito de humanidade contempla somente homens brancos, nossa luta é para pensar as bases de um novo marco civilizatório. É uma grande luta, que pretende ampliar o projeto democrático.

É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão. É um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação. Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais. No fim, nossa busca é pelo alargamento do conceito de humanidade. Ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*, São Paulo: Cia. das Letras, 2018, p.26-27.



Eliane Potiguara

Eliane Lima dos Santos é uma escritora, professora, poeta e ativista indígena brasileira. Nasceu e cresceu no Rio de Janeiro, sendo sua origem indígena Potiguara, povo que no século XVI ocupava áreas que hoje pertencem aos estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. É a primeira escritora indígena brasileira, fundadora da primeira organização de mulheres indígenas no Brasil: o GRUMIN (Grupo Mulher-Educação Indígena). Foi umas das 52 mulheres brasileiras indicadas para o projeto internacional Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz. Trabalhou na elaboração da

Constituição brasileira de 1988 e participou na elaboração da Declaração dos Direitos Indígenas, na ONU, em Genebra.

Eliane Potiguara, como é conhecida, teve sua criação e educação dentro de casa, sendo supervisionada por sua avó, com quem teve o seu primeiro contato com a literatura e a escrita aos sete anos de idade. Ela escrevia cartas com as histórias e vivências que a sua avó contava. Entre seus 13 a 15 anos começou a escrever contos e quando se tornou professora primária possuía uma gama de textos escritos. Em 1978 publicou seu primeiro poema-pôster *Ato de amor entre povos*, um cântico indígena.

Em 2004, publicou o livro *Metade Cara, Metade Máscara*, um livro híbrido com testemunhos, ensaios políticos e poemas e relata o violento processo de imigração que sua família sofreu devido à neocolonização. Oriundos do estado da Paraíba, sua família foi forçada a imigrar para Pernambuco e posteriormente para o Rio de Janeiro, onde Eliane nasceu. Quando decidiu conhecer a verdadeira história de sua família abraçou o território ancestral e ingressou no movimento indígena. Faz críticas às violências que as mulheres indígenas sofrem dentro e fora das aldeias, aos silenciamentos desses povos que sempre são outrizados, infantilizados como se precisassem de uma tutela para serem ouvidos e integrados à sociedade. Seus escritos também se referem à escravização indígena, ao apagamento cultural, à imigração compulsória e ao machismo introduzido nas sociedades indígenas pelas sociedades ocidentais. Discursa sobre os efeitos da colonização e neocolonização dos povos indígenas e também sobre igualdade de gênero, dando destaque à luta das mulheres indígenas.

(Sugestão: Eliane Potiguara: antes que tudo em mim se transforme em morte. **Revista Cult**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/eliane-potiguara-perfil/>. Acesso em: 22 dez 2020.)

Produzido por Eulália Maria Rabelo Duarte

Gabriela Alves Oliveira

Denúncia

Ó mulher, vem cá
que fizeram do teu falar?
Ó mulher conta aí...
Conta aí da tua trouxa
Fala das barras sujas
dos teus calos na mão
O que te faz viver, mulher?
Bota aí teu armamento.
Diz aí o que te faz calar...
Ah! Mulher enganada
Quem diria que tu sabias falar!

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 2. ed. Lorena: DM Projetos Especiais, 2018, p. 80.



Graça Graúna

Maria das Graças Ferreira, conhecida como Graça Graúna, é uma indígena potiguara que nasceu em São José do Rio Campestre, RN. Em sua infância e adolescência se dividia entre a pesca, ajudando o pai, e a máquina de costura e artesanato, com sua mãe. Assim, os elementos da água, do fogo, da terra, do ar, assim como a história e a luta de seu povo contribuíram para que ela compreendesse melhor o mundo. Desde pequena teve que se deslocar junto com a família, em busca de melhores condições de vida, o que dificultou o acesso aos estudos.

Quando adulta, Graúna frequentou o Curso de Madureza, em que aprendeu a desenvolver o gosto pela leitura e pela escrita. Chegou a cursar Jornalismo e Filosofia, mas

não conseguiu concluí-los devido à distância da Universidade e à sua vida como mãe, envolvida na criação de seus filhos. No entanto, mais tarde conseguiu graduar-se, fazer o mestrado e o doutorado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde também é professora hoje.

Tornou-se uma escritora reconhecida, poeta, crítica literária e é responsável pelo blog Tecido de Vozes. Publicou poemas em *Canto mestiço* (1999), *Tessituras da terra* (2000), *Tear da palavra* (2001), *Flor da mata* (haikais, 2014). Em prosa, para o público infanto-juvenil, publicou *Criaturas de Ñanderu* (2010); traduziu três livros de contos indígenas da América Latina: *O coelho e a raposa* (povo kiliwa); *O sapo e o deus da chuva* (povo Yaqui); "Baak" (povo maia). É autora, também, de *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil* (2013), entre outras obras importantes, cujas temáticas estão relacionadas às relações humanas e saberes indígenas ligados à terra, às ancestralidades, às cosmologias e às lutas pelos direitos dos povos originários.

(Sugestão: Entrevista com Graça Graúna, escritora indígena e professora da Universidade de Pernambuco: por Tarsila de Andrade Ribeiro Lima. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 136-149, 2015. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num20/entrevista/palimpsesto20entrevista01.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.)

Produzido por Marta Gouveia de Oliveira Rovai

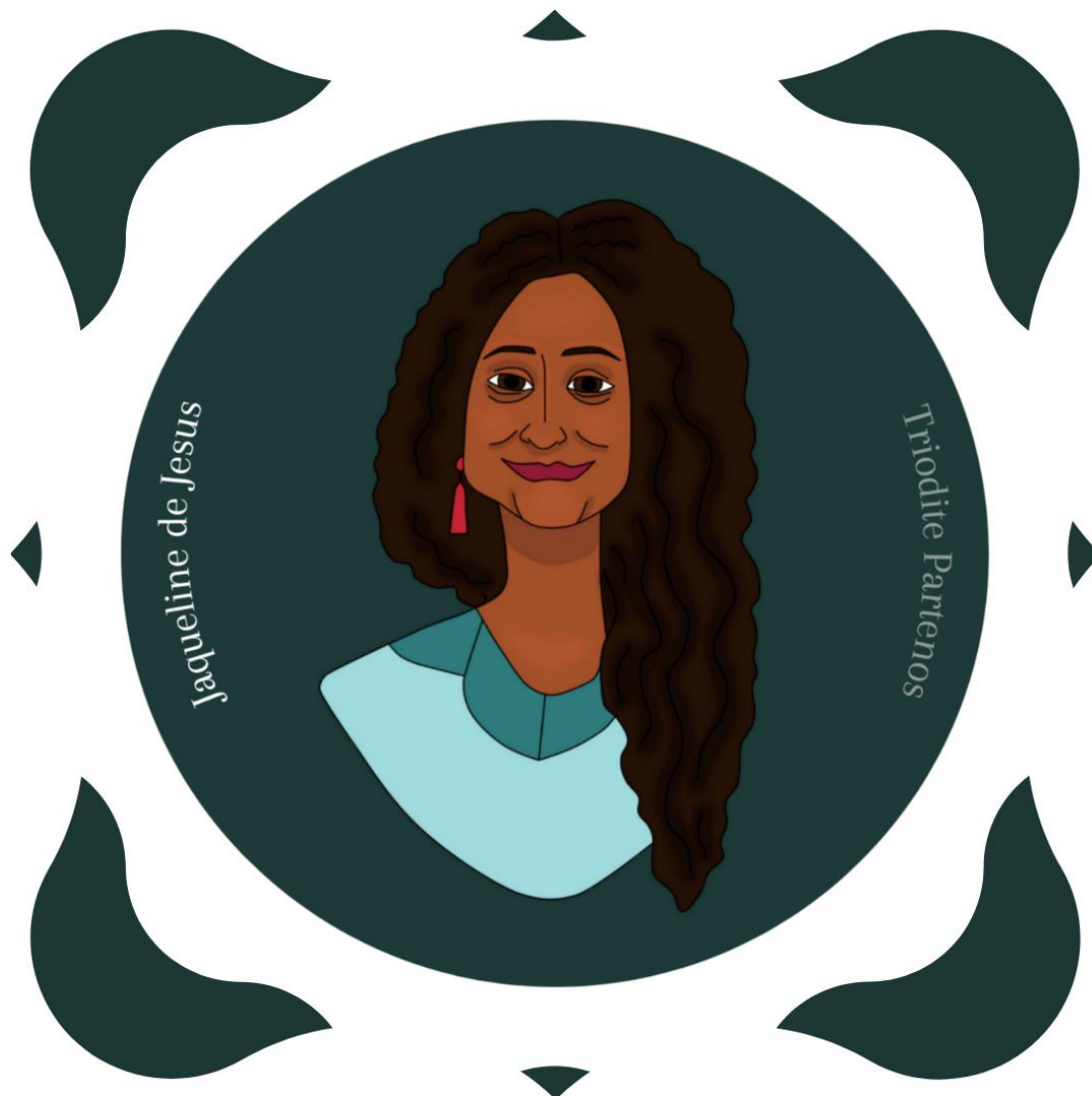
marGARIdas

Nem todas as flores
vivem gloriosamente em flor.
Uma delas sobrevive
catando os nossos restos
juntando os nossos pedaços
do playground à lixeira

marGARIda-amarela
marGARIda-do-campo
marGARIda-sem-terra
marGARIda-rasteira
marGARIda-sem-teto
marGARIda-menor

pela terra mais garrida
de maio a maio arrastando
o seu carrinho de GARI.
Catando os nossos restos
juntando os nossos pedaços
vai e vem uma marGARIda
brotar no seu jardim

GRAÚNA, Graça. *Tessituras da terra*. Belo Horizonte: M.E. Edições Alternativas, 2001.



Jaqueline de Jesus

Mulher trans negra, doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB, 2010), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV Rio, 2014); mestre em Psicologia pela UnB (2005) e graduada em Psicologia pela Unb (2002).

Atualmente, é professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e docente permanente do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisa, leciona e publica nas áreas de saúde do trabalhador, gestão da diversidade,

trabalho, identidade social e movimentos sociais, com ênfase em gênero e feminismo, orientação sexual, transexualidade/travestilidade e cor/raça.

Entre suas obras mais importantes, destacamos *Transfeminismo: teorias & práticas* (2014) e *Homofobia: Identificar e Prevenir* (2015). Ela também participou do filme documentário *Sementes: Mulheres pretas no poder*, produzido pela Embaúba Filmes, estreado em 2020 e realizado em homenagem a Marielle Franco. Ao pensarmos sua identidade com base no texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de Lélia Gonzalez (1984), percebemos a importância de uma abordagem interseccional que inclua além do gênero, da raça e da classe, a própria especificidade de seu gênero: a transexualidade. Se a pergunta norteadora de Lélia Gonzalez era qual o lugar da mulher negra na cultura brasileira, no caso de Jaqueline Jesus pode-se perguntar qual lugar da mulher trans negra na cultura brasileira? Entre o sujeito mulher negra (discutido por Lélia Gonzalez) e o sujeito mulher trans podem ser traçadas várias intersecções, que se aprofundam quando pensamos a mulher trans negra, como a questão da sexualização e objetificação, elencadas por Gonzalez por meio do concubinato, do fetiche sexual, mas que pode ser alargado para a prostituição e para o estupro, ainda mais quando se pensa em diálogo com a transexualidade; a questão da ridicularização e da folclorização do corpo da mulher trans e travesti.

(Sugestão: Resistir Coletivamente, Trans-formar e Ocupar a Política: entrevista com a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus. V. 2 N. 7 (2019): **REBEH**, v.2, n.7, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br>. Acesso em: 16 dez. 2020.)

*Produzido por Drielly Bezerra Café
Gabriel Donizetti Ferreira Simionato*

Ao buscar o empoderamento das pessoas transexuais (homens e mulheres), travestis e outras enquadradas no universo trans, independentemente de seu gênero, aparência ou sexualidade, o transfeminismo — ou feminismo transgênero — reconhece que elas estão à margem dos processos sociais, excluídas por discursos e práticas de ordem sexista, especificamente cissexistas e transfóbicos.

Para além da ideia de uma mera participação no movimento LGBT, o feminismo transgênero promove, especificamente junto à população que integra a sigla T, a superação de restrições conceituais e políticas decorrentes da limitação de suas reflexões e ações à demandas do coletivo amplo formado pelos LGBT, em que LGB têm diferentes centralidades e demandas relacionadas a orientação sexual, não necessariamente coincidentes com as das/dos T, focadas em identidade de gênero.

Os movimentos de mulheres transexuais – e das travestis, integrantes de uma parcela numerosa e historicamente mais visível da população trans – têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e construir suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina.

O feminismo transgênero ou transfeminismo é, particularmente, um movimento intelectual e político que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiên pessoas, transgênero ou cisgênero.

O último aspecto supracitado do feminismo transgênero é substantivo para sua preservação, porque amplia a extensão das questões associadas às vivências trans e reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas, no afã de superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres.

JESUS, Jaqueline G. de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, Natal, v. 11, n. 2, p. 08-19, 2010.



Jenyffer Nascimento

Jenyffer Nascimento nasceu em Pernambuco, na cidade de Paulista, em 1984. Sendo frequentadora assídua de saraus nas periferias de São Paulo, produtora, ativista, feminista e apreciadora de arte, seu desejo pela escrita aconteceu ainda na infância. Em suas viagens literárias, na adolescência, começou sua escrita com letras de rap e encontrou refúgio para a suas angústias, revoltas e esperanças. Jenyffer tem poemas publicados na antologia *Pretextos de mulheres negras* (2013) e seu primeiro trabalho individual é *Terra Fértil* (2014). Em suas páginas, a autora menciona a temática do amor. A sua relação com a cidade de São Paulo também é um tema recorrente em seu livro, assim como as questões sociais, o orgulho negro, a vivência da mulher negra.

O conjunto da obra de Jenyffer é intenso e aborda outros temas como empoderamento, amor, identidade, negritude, machismo e racismo. A pernambucana é mais uma das vozes feministas negras que gritam na periferia por meio da poesia.

(Sugestão: SENA, F.R. Entre becos e vielas: Jenyffer Nascimento e a (des) construção do feminino. **Darandina Revisteletrônica**. Programa de Pós-Graduação em Letras/ UFJF – v. 9, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br>. Acesso em 12 out 2020.)

Produzido por Adriély Aparecida Feliciano

Desaconselhamentos

Nos ensinaram a ser fortes.
Aguentar o sol forte queimando na cara
Ao carregar a lata d'água na cabeça,
A aceitar humilhação da patroa,
A parir sem gritar ou gemer,
A criar os filhos sozinhas.
A esconder o choro de solidão,
A não pedir ajuda a ninguém,
A esquecer de si mesma.
Nos ensinaram a calar.
A não dizer o que sentimos, nem o que pensamos.
As coisas são como são e ponto. Tá entendido?!
Na prática ninguém costuma mesmo
Dar ouvidos a uma mulher, a uma negra.
Que diferença faz o que você disser?
Quantas vezes adiantou falar?
Eles sempre dirão
“Você só fica bonitinha assim, calada”
Aprender a calar antes que te calem.
(...)
Então um dia
Outras mulheres negras
Das mesmas fileiras que nós
Nos ensinaram que tudo que tínhamos aprendido
Era uma grande farsa.
Foi quando aprendemos a lutar.

NASCIMENTO, Jenyffer Silva do. *Terra Fértil*. São Paulo: Ed. da autora, 2014.



Jurema Werneck

Jurema Pinto Werneck é uma mulher negra, formada em medicina, mestre em engenharia de produção e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É médica sanitária e ativista nos movimentos negros e feministas e em defesa da saúde. Foi Conselheira Nacional de Saúde e a primeira mulher negra a coordenar uma Conferência Nacional. Atualmente é diretora da Anistia Internacional no Brasil e, desde 1992, é cofundadora da organização não-governamental Criola, que defende o Bem Viver e os direitos sexuais e reprodutivos.

Segundo Werneck, o feminismo é um movimento eurocêntrico, ou seja, gira em torno de mulheres brancas, privilegiadas (considerado como “feminismo egoísta”), enquanto mulheres negras estão lutando com o intuito de mostrar sua vivência e são ignoradas. Jurema tem como inspiração a autora Lélia Gonzalez que aborda temas como sexismo e racismo, de suma importância a serem debatidos nos estudos de história e na saúde sobre mulheres negras. É relevante também apontar que ela aborda sobre a posição desigual de mulheres negras no mercado de trabalho, em relação às brancas.

Entre suas obras destacam-se *O livro da saúde das mulheres negras* (2006) e *O samba segundo os ialodês: mulheres negras e cultura midiática* (2020). Para Werneck, não se trata de ser contrário à “branquitude feminista”, mas sim de propor uma interpretação a partir da vivência de mulheres não brancas e mostrar a crítica às narrativas de cunho patriarcal e racista que são naturalizadas e muitas vezes reiteradas em certa historiografia da cultura, do feminismo eurocentrado.

(Sugestão: Jurema Werneck: a voz da resistência. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/jurema-werneck-voz-da-resistencia/>. Acesso em: 12 dez 2020.)

Produzido por Isabella Sampaio de Carvalho

Luara Conceição Santos

Tainara dos Reis Tavares

Conta-se a história de uma mulher trabalhadora e obstinada de nome Oxum. Que, apesar de seus muitos esforços, não conseguia melhorar de vida. Vendo que nada do que fazia era suficiente para superar suas dificuldades, resolveu procurar ajuda entre as pessoas sábias da comunidade. Como sempre acontece nestes casos, fez, através do jogo de búzios, uma consulta aos orixás, de modo a se reparar os problemas que vivia. A resposta veio com a necessidade de preparo e entrega de uma oferenda na casa de Orixalá, o rei. Esta entrega deveria vir acompanhada de pedidos, em voz alta, de tudo que fosse necessário para que assim Oxum pudesse finalmente progredir.

E assim foi feito. Preparada a vistosa oferenda, Oxum foi levá-la ao palácio do rei.

Chegando lá, ao invés de pedir, Oxum começou a maldizer o rei. Acusando-o de injusto e opulento, enquanto ela, uma mulher trabalhadora e dedicada, não conseguia nada. Suas maldições jogadas contra Orixalá provocaram alvoroço e aos poucos foi juntando gente em volta da casa do rei para ver o que se passava. Lá dentro, ouvindo os rumores da multidão, Orixalá convocou seus conselheiros, pedindo informações. Estes lhe contaram que se tratava de uma mulher que vigorosamente amaldiçoava o rei, acusando-o de toda sorte de desigualdades e injustiças. Orixalá pede a seus assessores um conselho e estes recomendam que o rei dê algum presente à mulher, para fazê-la calar-se.

O que é feito rapidamente.

Recebendo os presentes, Oxum agradece e renova suas maldições, insistindo na injustiça da situação em que o rei acumulava riquezas enquanto ela, uma mulher lutadora, tinha muito pouco. Novos presentes lhe foram entregues. Novas maldições ela dirigiu ao palácio, na frente de toda a cidade que observava excitada as acusações contra o rei, cuja soberania estava sendo posta em questão.

Dentro do palácio, os conselheiros continuavam recomendando presentes à Oxum.

Finalmente, o rei a mandou buscá-la e, já dentro do palácio, mandou que lhe dessem tudo o que ela desejasse.

Dessa forma, Oxum tornou-se a dona de todo o ouro e de toda a riqueza.

WERNECK, Jurema. De Ialodês a feministas: Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe In: SANTANA, Bianca (org.). *Vozes insurgentes de mulheres negras*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.



Lélia Gonzalez

Em 1994, o Brasil perdia Lélia Gonzalez, uma das maiores ativistas e intelectuais do nosso país. Toda produção intelectual de Gonzalez tem preocupações voltadas para os fenômenos do racismo e sexismo e sua produção buscava desmascarar as opressões balizadas pelo discurso dominante e explicitar como se exercem poderes sobre os corpos de mulheres negras ao longo de nossa história.

Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR) em 1978; depois nomeado Movimento Negro Unificado (MNU). Lélia lutou bravamente pela causa e para que ocorressem mudanças

perante os preconceitos e os comportamentos da sociedade brasileira, marcada pela escravidão e pela transformação da mulher negra em objeto sexual e doméstico.

Mais de uma década após sua morte, a autora ainda se faz presente em nosso cotidiano, trazendo infinitos conhecimentos e visões mais críticas sobre as continuidades dos preconceitos raciais na sociedade que atravessam o imaginário sobre as mulheres negras, objetificadas e erotizadas na história brasileira. Segundo a autora, “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (Gonzalez, 1984, p. 238).

Entre suas obras, destacamos *Racismo e sexismo na sociedade brasileira* (1984) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), referências para a construção de uma história decolonial. Gonzalez nos deixou vários ensinamentos para que possamos continuar percorrendo o caminho de luta apontado por ela, para que a questão do racismo e sexismo seja sempre tratada de forma interseccionalizada e não fragmentada, e para que a história brasileira seja repensada a partir das relações de dominação de gênero, classe e gênero. Enquanto não revertermos a situação do preconceito racial e da desigualdade de gênero, Lélia Gonzalez continuará sendo referência de luta.

(Sugestão: Lélia Gonzalez, uma mulher de luta: entrevista. **Jornal Movimento Negro Unificado**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gonzalez/ano/mes/91.htm>. Acesso em: 15 dez 2020.)

Produzido por Luís Mauro de Paiva Santos

Milena Magalhães da Silva

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava pra abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a gente foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso.

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu?

Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Teve uma hora que não deu pra agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada.

Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que 'preto quando não caga na entrada caga na saída'...

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje – Anpocs*, São Paulo, p. 223-244, 1984.



Márcia Kambeba

Márcia Wayna Kambeba é indígena do povo Omágua/Kambeba no Alto Solimões (AM). Nasceu na aldeia Bélem Solimões, do povo Tikuna em Belém/PA e teve influência por sua avó que era professora e poeta. Dessa forma, com 14 anos já começou a criar seus versos. Além de poeta, cantora, compositora, fotógrafa e ativista, é mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Kambeba aborda em seus trabalhos a identidade dos povos indígenas, a questão da territorialidade e do espaço das mulheres na aldeia. Inclusive, suas composições são feitas em português e em tupi. Entre suas obras, destacamos *Ay Kakyri Tama: Eu Moro Na Cidade*

(2018), *O Rio antes do Rio* (2019) e *Kumiça Jenó: Narrativas Poéticas dos Seres da Floresta* (2021), em que conta histórias sobre as ancestralidades, os rituais e as tradições.

Em seus poemas, Márcia Wayna relata sobre morar na cidade e esse fato não mudar sua identidade de mulher indígena. Ela critica as visões estigmatizadoras e opressoras sobre o ser indígena, o que aumenta a exposição à violência, criminalização e eventualmente a perda de território.

(Sugestão: A Literatura e o Ativismo Indígena: Entrevista com Márcia Kambeba. **Revista Acrobata**. 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://revistaacrobata.com.br/julie-dorrico/entrevista/a-literatura-e-o-ativismo-indigena-entrevista-com-marcia-kambeba/>. Acesso em 05 jan. 2021.)

*Produzido por Marcella Muche Girão e
Gustavo Barcelo de Melo*

Índio não sou

Não me chame de “índio” porque
Esse nome nunca me pertenceu
Nem como apelido quero levar
Um erro que Colombo cometeu.

Por um erro de rota
Colombo em meu solo desembarcou
E no desejo de às Índias chegar
Com o nome de “índio” me apelidou.
Esse nome me traz muita dor
Uma bala em meu peito transpassou
Meu grito na mata ecoou
Meu sangue na terra jorrou.

Chegou tarde, eu já estava aqui
Caravela aportou bem ali
Eu vi “homem branco” subir
Na minha Uka me escondi.

Ele veio sem permissão
Com a cruz e a espada na mão
Nos seus olhos, uma missão
Dizimar para a civilização.

“Índio” eu não sou.
Sou Kambeba, sou Tembé
Sou kokama, sou Sataré
Sou Guarani, sou Arawaté
Sou tikuna, sou Suruí
Sou Tupinambá, sou Pataxó
Sou Terena, sou Tukano
Resisto com raça e fé

KAMBEBA, Márcia W. *Ay Kakyri Tama: Eu Moro na Cidade*. São Paulo:
Pólen, 2018.



Marielle Franco

Marielle Francisco da Silva (1979-2018), mais conhecida como Marielle Franco, foi uma política, acadêmica e militante brasileira. Formada em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo sua dissertação intitulada *UPP: A redução da favela a três letras* (2014), pela qual procurou demonstrar que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), enquanto política de segurança pública adotada no estado do Rio de Janeiro, reforçavam o modelo de Estado Penal. Sua militância começou após uma amiga ter sido vítima de bala perdida no Complexo da Maré, onde residia. As intervenções policiais e os confrontos entre polícia e milícia nas favelas foram temas que Marielle Franco

sempre dedicou atenção. Sua militância e atuação política voltou-se aos direitos humanos da população negra, feminina, LGBT e da população das favelas.

Em 2006, ela integrou a campanha para deputado de Marcelo Freixo, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo assessora do deputado pelos próximos dez anos. Em 2016 concorreu como vereadora pela cidade do Rio de Janeiro, pelo PSOL, sendo eleita. Foi presidenta da Comissão da Mulher e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Foi também relatora da comissão que monitorava a intervenção federal das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Apresentou 16 projetos de lei (voltados para políticas públicas para negros, mulheres e LGBTs). Desses, apenas dois foram aprovados: a regulamentação do serviço de moto-táxi e a Lei das Casas de Partos (sobre partos naturais humanizados).

No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram executados enquanto voltavam de um evento. A investigação do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes ainda está inacabada. Todavia, as causas e os mandantes ainda são desconhecidos. Além do assassinato, Marielle também foi atacada em sua memória, moral e reputação, no objetivo de desvalidarem, desautorizarem e deslegitimarem o seu legado. A vereadora feminista, negra e lesbiana se tornou um símbolo para as esquerdas e militâncias identitárias brasileiras. Placas escritas *Rua Marielle Franco* e cartazes questionando “Quem mandou matar Marielle?” foram espalhadas pelo Brasil, inclusive internacionalmente. Ainda em 2018, a Alerj aprovou a lei 8.054/2018 que institui o *Dia Marielle Franco*: Dia da luta contra o genocídio da mulher negra. *Marielle presente!*

(Sugestão: AZEVEDO, Gustavo Cravo de; SILVA, Juliana Moreira da. A trajetória de Marielle Franco na graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio: uma entrevista com Ricardo Ismael. **Dignidade Re-Vista**, v. 4, n 7, julho 2019. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/984/627>. Acesso em: 15 jan. 2021.)

Produzido por Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

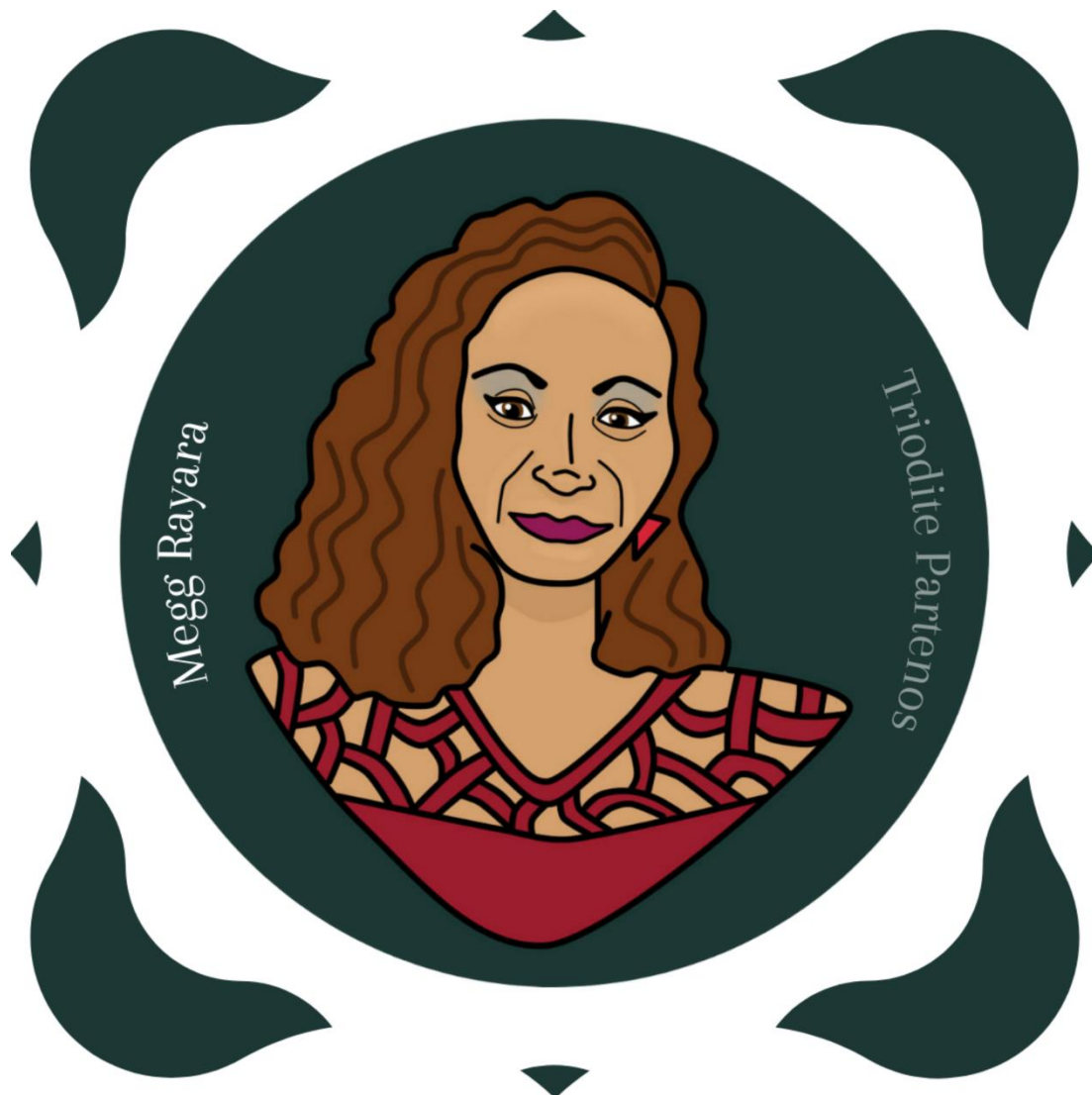
Os estereótipos associados ao que é ser uma mulher e as expectativas sobre como devemos nos comportar são facetas do discurso conservador. Movimento esse que ganha força, em escala internacional, tendo em vista que o outro, a outra, o corpo que não compõe o grupo social de poder tende a ser “colocado para fora” ou “impedido” de conviver, com suas “diferenças” pelas classes dominantes. Com a falácia da narrativa de “crise econômica”, busca-se derrubar os direitos conquistados e uma vez feito, nós, mulheres negras, estaremos ainda mais vulneráveis à violência e ao racismo cotidiano. Para além de resistir, trata-se de ação fundamental alterar tal correlação de forças a nosso favor.

(...) Num país com alarmantes desigualdades de gênero que temos, local onde as mulheres recebem salários menores, as mulheres têm mais dificuldade de serem empregadas em trabalhos formais, sofrem mais com o desemprego e ainda são sobrecarregadas com a dupla ou tripla jornada, as superações e conquistas são desafios diários. Se já é difícil para as trabalhadoras domésticas atingirem os 15 anos de contribuição previdenciária, imagina para alcançar os 25 anos propostos no projeto de lei enviado ao Congresso?

(...) Estamos confiantes, portanto, de que ter um gabinete formado majoritariamente por mulheres, voltado para os temas de gênero, favela e negritude, reunirá forças para criar ambientes favoráveis para os embates atuais. O diálogo com outras mulheres que ocupam papel de representação, no Estado ou na sociedade civil, assim como com outros setores explorados, marginalizados e oprimidos, será uma estética clara para forjar novos ambientes favoráveis para barrar a onda das classes dominantes e obter novas conquistas. Precisamos cultivar o bom senso para construir uma nova estética política na perspectiva de articular gênero, raça, classe e territórios populares para que a vida das pessoas seja colocada acima do lucro.

(...) quero pontuar os desafios que essa conjuntura tem nos colocado e algumas soluções que estamos criando a partir do mandato, com as possibilidades de escala de mudanças que podemos interagir e agir. Como mulher, negra, com origem na favela da Maré, feminista por convicção, assumi o desafio de ocupar a câmara municipal do Rio com as nossas pautas. Para além disso, assumi o desafio de conquistar um espaço determinante para uma estética popular que consiga articular com os sujeitos estratégicos para barrar o avanço do capital e constituir ambientes nos quais os direitos às diferenças, à vida e a dignidade humana sejam determinantes. Portanto, a empatia com mulheres, negros e mais pobres, são elementos centrais para enfrentar, barrar e superar os projetos dos “donos do poder”.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: Resistir é pleonasma. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018.



Megg Rayara

Megg Rayara Gomes de Oliveira é uma travesti negra que nasceu em Cianorte, cidade do interior no Paraná, em 08 de outubro de 1975. Na escola já sofria racismo e preconceito por não ser vista dentro das normas cisheteronormativas e da branquitude. A produção artística foi um dos caminhos para se expressar e de transgredir a cisnormatização. Frequentou o curso de Licenciatura em Desenho e tornou-se especialista em História da Arte pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, e em História e Cultura Africana e Afro-brasileira pela Universidade Tuiuti do Paraná.

Chegou a ser reprovada quatro vezes na seleção do Mestrado, sempre no processo de entrevista, percebendo o quanto a Academia mantinha as características cisnormatizadoras e transfóbicas em relação aos corpos dissonantes. Foi a primeira travesti

negra a conseguir o título de doutora em Educação no Brasil, em 2017, e a primeira a ser nomeada como professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde é concursada e atua como coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB).

É autora dos livros *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação* (2017) e *Nem ao centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero* (2020), em que discute os conceitos de infância, travestilidade, racismo, gay, afeminado, todos em constante processo de transformação e negociação a partir de resistências diante de uma sociedade que busca enquadrar, desumanizar e silenciar pessoas que fogem às tentativas de controle de raça e gênero. Os debates sobre religião afro-brasileira, religião cristã e arte queer também fazem parte de suas contribuições.

Rayara também chama a atenção para o fato de que o racismo e a cisheteronormatividade fazem parte da estrutura e da produção de conhecimento nas universidades, evidenciados pelo pequeno número de docentes negros e negras e LGBTQIA+, em especial pessoas trans que quase inexistem nesses espaços e nas discussões de acadêmicos, que ainda costumam reconhecer a Academia como um espaço de privilégios e de silenciamentos e que precisa ser descolonizado.

(Sugestão: Subvertendo as normas de raça e de gênero na academia. **Portal da UFJF**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/08/subvertendo-as-normas-de-raca-e-de-genero-na-academia>. Acesso em: 20 fev. 2021).

Produzido por Marta Gouveia de Oliveira Rovai

O primeiro material didático escolar com o qual tive contato foi uma cartilha que tinha o sugestivo nome de Caminho Suave assinado por Branca Alves de Lima (1911-2001), que propunha um sistema de alfabetização por meio do uso de imagens. Essa cartilha foi uma ferramenta bastante eficaz no processo de me ensinar a ler e a escrever. A ilustração da capa mostrava um saudável e bem vestido caszinho formado por um menino branco, de cabelos castanhos claros, e uma menina loira de mãos dadas, caminhando em direção à escola em meio a um cenário de cores vibrantes que lembrava o filme de Walt Disney Alice no país das maravilhas (1951). Essa imagem afirmava padrões de branquidade e da norma cisgênera heterossexual e informava a mim e a outras crianças pobres, negras e/ou Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que nossa caminhada dentro da escola não seria assim tão suave.

(...) Algumas vezes de maneira explícita em conteúdos que ratificavam uma suposta superioridade da população branca e cis heterossexual, e, outras vezes, de maneira menos perceptível, simplesmente ignorando a participação da população negra e da população LGBT em nossa sociedade, ou ainda em forma de discursos que emergiam de vários lugares, especialmente de professores/as e dos/das estudantes, colegas de sala ou não.

Outras imagens a que fui apresentada ao longo de minha trajetória escolar, e que muitas vezes me serviam de espelho, procuravam reproduzir as relações de poder que eram observadas em espaços variados, no Brasil e em outros países. Na maioria das vezes, a população negra era retratada de maneira subalternizada ou, então, reduzida à condição de escravizada, afirmando que os espaços nas sociedades ocidentais eram distribuídos a partir do pertencimento racial de cada pessoa ou de cada grupo de pessoas. Muitas dessas imagens ilustravam os livros didáticos, outras circulavam de outras formas: cartazes, revistas, jornais, novelas e programas humorísticos. Aquelas mais depreciativas da população negra e/ou homossexual eram usadas por colegas de escola, para lembrar que a minha cor era sinônimo de miséria, feiura, criminalidade e submissão e minha sexualidade uma doença contagiosa, portanto, minha companhia deveria ser evitada.

OLIVEIRA, Megg R. G. *O diabo em forma de gente: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Salvador: Devires, 2017.



Patricia Hill Collins

Patricia Hill Collins nasceu em 1948, na Filadélfia, Pensilvânia/EUA, e é uma das intelectuais ativistas mais importantes do feminismo negro no mundo, sendo a primeira mulher negra a presidir a Associação Americana de Sociologia (ASA). Filha de pai operário e mãe secretária, Collins pertence a uma geração de filhos da classe trabalhadora estadunidense que teve acesso à educação, diferentemente dos seus pais.

Atualmente, Patrícia Collins é uma das maiores influências intelectuais feministas negras no Brasil e no mundo todo. A intelectual produz diversos livros e artigos, cabendo destaque a *Pensamento feminista negro* (1990), *Se perdeu na tradução?* (2017) e *Interseccionalidade* (2021), além de se voltar às mulheres negras como agentes do conhecimento e mostrar o

poder da comunidade negra em conseguir tensionar os padrões vigentes, fazendo uso do conceito de “interseccionalidade” (associado a Kimberlé Crenshaw) que pensa as opressões de raça, gênero e classe de forma interligada.

Para a pensadora, o movimento feminista manteve-se, durante muito tempo, amplamente dominado por mulheres brancas e de classe alta que ignoravam a realidade e as necessidades das mulheres negras e trabalhadoras, enquanto o movimento antirracismo era dominado por homens negros que, muitas vezes, negligenciavam a opressão sofrida pelas mulheres. Collins demonstra como a teoria crítica da interseccionalidade foi capaz de provocar mudanças sociais significativas, pois nenhuma forma de opressão pode ser entendida ou superada isoladamente, e a luta contra a dominação masculina, branca e burguesa deve contemplar e incluir todas as pessoas oprimidas.

(Sugestão: Entrevista com Patrícia Hill Collins, por Nadya Araújo Guimarães. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, v.33, n.1, p.287-322, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/174340/170979>. Acesso em: 15 set. 2021.)

Produzido por Gian Carlo Camilo Telles

Vanderlea dos Santos Resende

Quando se trata de conhecimento, o empoderamento das mulheres negras implica rejeitar as dimensões do conhecimento que perpetuam a objetificação, a mercadorização e a exploração. As mulheres afro-americanas e outros grupos como o nosso nos empoderamos quando entendemos e usamos essas dimensões dos modos do conhecimento individuais, grupais e provenientes da educação formal que promovem nossa humanidade. Quando nós mulheres negras valorizamos nossas autodefinições, participamos das tradições ativistas domésticas e transnacionais de mulheres negras, vemos as habilidades adquiridas na escola como parte de uma educação voltada para o desenvolvimento da comunidade negra e colocamos as epistemologias feministas negras no centro de nossas visões de mundo, nós nos empoderamos.

(...) Tal pensamento reconhece que o mundo é um lugar dinâmico, no qual o objetivo não é apenas sobreviver, ajustar-se ou ir levando; o mundo, ao contrário, é um lugar do qual devemos nos apropriar e pelo qual devemos nos responsabilizar. A existência do pensamento feminista negro sugere que sempre existe escolha e poder para agir, não importa quão desoladora pareça a situação. Reconhecer que o mundo está em formação chama atenção para o fato de que cada uma e cada um de nós é responsável por transformá-lo. Também mostra que, embora o empoderamento individual seja fundamental, somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social.

COLLINS, Patrícia H. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.455-456.



Paulina Chiziane

A moçambicana Paulina Chiziane é uma mulher que carrega em si a doçura, sabedoria e força dos ancestrais. Muito da sua sabedoria foi transmitida por sua avó ao contar histórias em volta da fogueira quando ela ainda era criança e muitas dessas histórias inspiraram seus livros. Paulina Chiziane é considerada a primeira romancista de seu país, mas ela não se autodenomina assim.

Paulina Chiziane cresceu no interior de Maputo e quando jovem participou do movimento Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) durante o processo de independência de Portugal, em meados do século XX. Após, durante a guerra civil no país, atuou na cruz vermelha e em meio a tantas mortes e instabilidades, Paulina escreveu sobre

a vida e também sobre o papel da mulher na sociedade. A autora possui uma série de livros como *Balada de Amor ao vento*, *Ventos do Apocalipse*, *O sétimo Juramento*, *As Andorinhas*, *O Alegre Canto da Perdiz*, *Na mão de Deus*, *Por Quem Vibram os Tambores do Além*, *Ngoma Yethu: O curandeiro e o Novo Testamento* e *O Canto dos Escravizados*. Algumas das suas obras passaram a ser reconhecidas primeiramente fora de Moçambique, no continente europeu, como uma das mais conhecidas, a qual possui tradução para o português pela Companhia das Letras, é *Niketche: Uma história de Poligamia*.

(Sugestão: Entrevista com a escritora Paulina Chiziane, por Cintia Acosta Kütter. **Revista Diadorim**. Rio de Janeiro, Revista 19 volume 1, p. 53-62, Jan-Jun 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/13072/15391>. Acesso em: 15 set. 2021.)

*Produzido por Isabella Sampaio de Carvalho e
Maria Fernanda de Lima Silva*

Um grito coletivo. Um refrão.
Há uma mulher nua nas margens do rio Licungo.
Do lado dos homens.

— Ah?

Há uma mulher na solidão das águas do rio. Parece que escuta o silêncio dos peixes. Uma mulher jovem. Bela e reluzente como uma escultura maconde. De olhos pregados no céu, parece até que aguarda algum mistério.

— Quem é ela?

Uma mulher negra, tão negra como as esculturas de pau-preto. Negra pura, tatuada, no ventre, nas coxas, nos ombros. Nua, assim, completa. Ancas. Cintura. Umbigo. Ventre. Mamilos. Ombros. Tudo à mostra.

— De onde veio?

No céu da vila a notícia corre como as ondas da rádio. Nesta cidadela pacata, quase nada acontece e tudo é notícia. Fala-se do estrangeiro que chegou e que partiu. Da mulher do administrador que engravidou e pariu. Fala-se da chuva que caiu e das sementes que brotaram. Do marido que não cumpriu com os deveres conjugais na noite que findou. Uma mulher nua é notícia de primeira página. E todos saem dos seus cantos em procissão. Vão ver, para crer.

— Quem é essa mulher que tem a coragem de se banhar no lugar privado dos nossos homens, quebrando todas as normas do local, quem é?

CHIZIANE, Pauline. *O Alegre canto da perdiz*. Lisboa: Caminhal, 2014.



Sônia Guajajara

Sônia Bone de Souza Silva Santos, nome civil de Sônia Guajajara, nasceu na terra indígena Arariboia, no Maranhão, 6 de março de 1974). É uma líder indígena brasileira, formada em Letras e em Enfermagem, especialista em Educação especial pela Universidade Estadual do Maranhão. Recebeu em 2015 a Ordem do Mérito Cultural.

Sua militância em ocupações e protestos começou na coordenação das organizações e articulações dos povos indígenas no Maranhão (COAPIMA) e levou-a à coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Em 2009, passou pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB). Ela tem voz no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e já levou denúncias às Conferências Mundiais do Clima (COP) e ao Parlamento Europeu.

A Coleção Tembetá, que faz homenagens a lideranças indígenas, trouxe em 2015 uma obra dedicada a Sônia Guajajara. Em 2017, Alicia Keys, artista engajada com diversas causas sociais, cedeu seu espaço no palco principal do Rock in Rio para que a líder indígena discursasse em favor da demarcação de terras na Amazônia. A fala aconteceu durante a execução da música *Kill Your Mama*, denunciando a devastação do meio ambiente.

Em 31 de novembro de 2017, a líder indígena foi apresentada pelo setorial ecossocialista do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) como pré-candidata à vice-presidência da República, tornando-se a primeira pré-candidata de origem indígena à presidência da república, por meio de um manifesto "Por uma candidatura indígena, anticapitalista e ecossocialista".

(Sugestão: Entrevista do mês – Sônia Guajajara. **Instituto Escolhas**. 05 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.escolhas.org/entrevista-do-mes-sonia-guajajara-desrespeito-aos-direitos-indigenas-ameaca-investimentos-no-brasil/>. Acesso em: 10 set. 2021.)

Produzido por Eulália Maria Rabelo Duarte

Gabriela Alves Oliveira

Ser mulher indígena no Brasil é você viver um eterno desafio, de fazer a luta, de ocupar os espaços, de protagonizar a própria história. Historicamente foi dito para nós que a gente não poderia ocupar determinados espaços. Por muito tempo as mulheres indígenas ficaram na invisibilidade, fazendo somente trabalhos nas aldeias, o que não deixa de ser importante, porque o trabalho que a gente exerce nas aldeias sempre foi esse papel orientador. Só que chega um momento que a gente acredita que pode fazer muito mais do que isso, que a gente pode também estar assumindo a linha de frente de todas as lutas.

Para nós é desafiador romper essa barreira do sair da aldeia para ocupar esses espaços. Imagina ocupar esses espaços aqui fora, onde há um preconceito, um racismo impregnado, que nunca se venceu, e que em algum momento a gente achou que estava conseguindo avançar... E a gente se depara agora com essa nova luta contra o racismo, contra o preconceito que está cada dia mais expresso na sociedade como um todo.

Então ser mulher indígena é esse desafio permanente de reafirmar a sua cultura, a sua identidade e principalmente o seu gênero.

(Sônia Guajajara comemora a liderança das mulheres indígenas na luta por direitos. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/povos-indigenas-vivem-momento-traumatico-afirma-sonia-guajajara>. Acesso em: 15 set.2021.)



Xica Manicongo

Apesar de Xica Manicongo não ser conhecida como uma intelectual (nos moldes acadêmicos) nem uma personagem contemporânea, o reconhecimento de sua existência é importante para dar visibilidade à história de mulheres transexuais e travestis, apagadas por uma visão cisheteronormativa. Intelectuais como Megg Rayara, Letícia Carolina Nascimento e Jaqueline Jesus apontam Xica como símbolo do protagonismo e inspiração para uma consciência histórica de resistência negra e trans, que ampara a luta de coletivos,

escritoras e corpos que buscam compreender a si mesmas como sujeitas de afetos e direitos.

Manicongo foi uma africana do Congo, uma negra trazida para o Brasil, no período colonial, para ser escravizada em São Salvador da Bahia de Todos os Santos, no século XVI. Segundo Jaqueline Gomes Jesus, ela era registrada oficialmente como Francisco, mas é considerada atualmente como a primeira travesti da História do Brasil. Sua existência foi registrada na documentação inquisitorial encontrada no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, por Luiz Mott. Os registros indicam que sua forma de se vestir era aquela associada socialmente ao gênero feminino e que ela costumava caminhar entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta para se encontrar com seus amantes homens, abrindo brechas na vigilância da escravização.

Xica foi acusada e julgada por crime de sodomia pelas Ordenações Filipinas, que substituíram as Manuelinas em 1603, e que a condenaram, também, pelo crime de se vestir com os trajes considerados femininos. Para fugir da pena, que poderia ser morrer queimada na fogueira, ela abriu mão de se vestir “como uma mulher” e adotou as roupas padronizadas para o chamado gênero masculino. No entanto, Xica Manicongo tornou-se, no século XXI um símbolo da travestilidade/transsexualidade negra e da resistência pela cidadania e dignidade das mulheridades dissonantes.

Nas palavras de Jaqueline Gomes de Jesus (2019, p.259), “Xica Manicongo é a mensagem que nos chega do passado e ensina: sigam em frente, transvestigêneres! Pois o terreno fértil será para as vozes trans – transformadas em palavras”.

(Sugestão: JESUS, Jaqueline G. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e cibercultura**. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.250-260, jan/abr 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/0>. Acesso em 15 set. 2021.)

Produzido por Marta Gouveia de Oliveira Rovai

(...) Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos.

A arca da História prosseguiu, e até fins do século XX, Xica Manicongo ainda era, erroneamente (porém explicável, tendo em vista as limitadas informações então disponíveis e a invisibilização e silenciamento impostos à população trans), considerada homossexual, o que apagava a sua existência como travesti.

(...) O século XXI testemunha o ressurgimento da Xica, como símbolo, heroína, rainha, nas vozes e escritos dessa gente trans contemporânea, que a transforma em âncora desse barco que, pretende-se, prende-nos ao porto tão almejado de algo que se chama “cidadania”. Termo inseguro e assaz inconsistente, inalcançável há milênios para os grupos historicamente discriminados, esse “ser cidadã(ão)... Algo que almejamos por ainda sequer sermos consideradas “gente”. Nós que lutamos para ter reconhecida a nossa mulheridade, estatuto de nossa condição de mulheres, quando mulheres trans.

JESUS, Jaqueline G. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. *Redoc*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 250-260, 2019.

4.

RECURSOS

RECURSOS PEDAGÓGICOS, FONTES E LINGUAGENS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

No ensino de História, utilizam-se diferentes recursos, estratégias, linguagens e suportes que auxiliam e compõem a elaboração do plano de aula, para o processo de ensino-aprendizagem. Esses materiais servem como uma ponte entre o conteúdo ensinado e os alunos, atingindo a subjetividade de cada um na sala de aula, sendo eles, filmes, livros, pinturas, músicas, mídias sociais, entre outros.

Pensando em recursos diversos que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem do(a) aluno(a) acerca dos temas desenvolvidos neste guia, selecionamos suportes em diferentes linguagens, fontes e recursos audiovisuais, visuais, sonoros, escritos e iconográficos para compor o repertório das aulas do(a) professor(a). A seleção foi feita a partir de uma atividade que ocorreu no início da elaboração do caderno didático, evidenciando quais são os objetivos e proposições para se utilizar os materiais escolhidos como suporte na sala de aula.

Dessa forma, solicitamos ao(à)s discentes que participaram do GT e construíram coletivamente esse livro, que levantassem recursos diversos, disponíveis ou não em mídias digitais e internet, que possibilitassem o conhecimento dos temas debatidos. E o resultado foi incrível. Com muita criatividade, potência artística e olhares apurados, uma gama de recursos foi apresentada. Alguns conhecidos pela maioria dos(as) professores(as), em função do seu uso em livros didáticos, como as pinturas históricas apresentadas, mas que ganharam novos questionamentos nos exercícios reflexivos propostos pelo(a)s discentes. Outros recursos nem tão conhecidos – ou divulgados e compreendidos como suportes pedagógicos – como as letras das rodas dos slams de mulheres, que ousam narrar suas próprias histórias.

Decidimos coletivamente que a maioria desses recursos seria disponibilizada nesse guia, como forma de incentivar que professores(as) de todo país ousem cada vez mais nas suas metodologias de ensino que permitam o processo criativo e potente no ensino-aprendizagem das temáticas de gênero, sexualidades e relações étnico-raciais.

É importante frisar que durante a pesquisa realizada e os debates com o(a)s discentes, ficaram evidentes os diferentes usos desses recursos didáticos, linguagens e fontes históricas (essas últimas que também podem ser utilizadas como recursos e suportes, desde que apresentadas em suas particularidades e contextualizadas pelo(a) professor(a)). O que salientamos é que todos podem ser usados como materiais na sala de aula, desde que se

apresente ao(à)s aluno(a)s a contextualização histórica que cada um carrega (evitando ou dando sentido didático aos anacronismos), sendo a maioria dos recursos e das linguagens selecionadas produções contemporâneas sobre o passado - como filmes, podcasts, músicas; e os documentos (impressos, orais, visuais, sonoros) uma representação dele.

Diverso(as) autores(as) da área da Metodologia do Ensino de História (Bittencourt, 2018; Guimarães, 2012) debatem sobre o trabalho com as fontes históricas como estímulo para complexificar o passado e espaço para aprendizado efetivo (Alberti, 2019). Assim, o trabalho com essas fontes *exige*, para além dos aspectos ilustrativos, as formulações de perguntas e problemas sobre as construções e narrativas do passado. Para cada tipo de fonte, sejam manuscritas, impressas, orais, sonoras, audiodivisuais, arqueológicas etc, há formas específicas de abordagens, que exigem que o(a) professor(a) questione a intencionalidade, os lugares de produção, o que as fontes dizem e silenciam e o que se pode inferir.

Cada material escolhido – usado como fonte histórica, ou como uma linguagem ou recurso didático, pode ser usado para trabalhar as temáticas estudadas neste caderno, como também nas atividades e oficinas presentes aqui. Nas suas proposições e indicações de como utilizá-las, podem ser feitas alterações pelo(a) professor(a) de acordo com a demanda de cada turma, assim, fica a critério de cada docente a maneira de usá-las como suporte no Ensino de História. A seguir, apresentamos as propostas a partir de pesquisas e da elaboração debatida em grupo.

ICONOGRAFIA

A LIBERDADE GUIANDO O POVO (1830): Pintura Histórica

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Pintura de Eugène Delacroix, de 1830. Disponível no Repositório de Material Didático para o Ensino de História (REMADIH) da UNIFAL-MG.

RESUMO

Sugerimos a leitura do trecho para orientar a leitura da imagem: “Quadro do século XIX que romantiza a Revolução Francesa: aponta a participação da burguesia e da gente comum no processo revolucionário, sinaliza a liberdade e a representa sob a figura de uma mulher e coloca uma criança ao seu lado para assinalar o início de um novo tempo na França. Repare que a mulher e a criança estão sob uma montanha de corpos, sugerindo que a nova sociedade foi construída sob uma velha, a suplantando” (Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/remadih/revolucao-francesa/>. Acesso em: 07 abr. 2021).

A pintura de 1830 representa a Revolução de 1830, que levou à queda do rei Carlos X. Um processo revolucionário herdeiro da Revolução Francesa das décadas anteriores. O pintor incorpora em sua obra tanto elementos do romantismo, corrente artística do período, quanto dos ideais revolucionários da Revolução Francesa, no exemplo mais nítido da Liberdade. Para mais informações recomenda-se o texto de Lucas Costa, Renan Gomes e Mônica Melo (2014).

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A imagem será analisada como fonte do período, levando a mesma impressa ou projetando-a para o(a)s aluno(a)s, com as seguintes questões: Quem a produziu? Para quem foi produzida? Que imagem é essa? O que essa mulher está representando na pintura? Por que ela está com os seios de fora? Onde estavam as mulheres durante a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução de 1930? Havia mulheres pintoras? As mulheres também foram revolucionárias? Quais são as transformações que este quadro nos mostra?

Logo depois serão formados duplas ou trios entre o(a)s aluno(a)s com o objetivo de debater e questionar a fonte, desse modo respondendo às perguntas que foram propostas. Pretende-se trazer uma melhor compreensão sobre o tema das relações de gênero, questionar, debater, mostrar a importância e atuação das mulheres nas revoluções, trabalhar a interpretação e a análise do(a) discente com a fonte: como as relações de gênero estão ali representadas? O que ela pode nos dizer sobre aqueles momentos históricos? Abordando a temática da sociedade francesa no chamado Antigo Regime, é possível apresentar o período no modelo “tradicional” e mostrar os fatores e elementos que levaram a revolução e que foram silenciados.

O(a) docente pode pedir ao(à)s discentes que observem nos livros didáticos a presença/ausência de mulheres na Revolução Francesa, assim como em outros registros da História. Se considerar pertinente, pode orientar uma pesquisa sobre a vida de Marie Olympe de Gouges e a Declaração dos Direitos da Mulher, redigida por ela em 1791, para contrapor suas ideias à Declaração do Homem e do Cidadão, defendida pelos jacobinos e girondinos. Assim, pode recorrer também ao Glossário onde informações sobre ela estão inseridas, como suporte para discutir os conceitos de gênero, patriarcado, sexismo e feminismos diversos, para provocar debates entre o(a)s aluno(a)s sobre a escrita da História e as invisibilidades.

Também é possível discutir sobre as representações sociais e históricas naquele momento, relativas às noções de privado e doméstico (ou à irracionalidade, emoção e maternidade) e como, politicamente, o corpo feminino passou a simbolizar valores como Nação, Liberdade e Justiça, entre outros conceitos da modernidade, mesmo sem ter plena cidadania. Quais seriam as contradições ou os entendimentos da pintura de De Lacroix?

LINK

Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/remadih/wp-content/uploads/sites/11/2017/05/Delacroix.jpg>.

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Luís Mauro de Paiva Santos

PINTURAS DE FRIDA KAHLO (1923-1954)

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Pinturas da artista mexicana Frida Kahlo (1907/1910-1954). As imagens são encontradas facilmente na internet.

RESUMO

Quando falamos das lutas revolucionárias, em geral nos lembramos sempre dos grandes homens e heróis que estiveram na linha de frente ou dos teóricos importantes que deixaram suas grandiosas contribuições escritas. Mas quase não vêm a nossa mente figuras de mulheres que também pensavam e discutiam a política na América Latina. Um exemplo desse esquecimento é a pintora mexicana Frida Kahlo. Uma artista genial, com uma personalidade marcante, com um acúmulo de mais de 150 pinturas, repletas de referências à sua luta tanto pessoal quanto política.

O capitalismo tenta esvaziar o legado de luta política de Frida Kahlo. Hoje muitos dizem amá-la e fizeram com que ela se tornasse um símbolo de “empoderamento feminino liberal”, apagando sua história como militante no Partido Comunista Mexicano. A imagem da artista hoje está espalhada por diversas produções cinematográficas e em múltiplos produtos de diferentes marcas, e podemos perceber como essas propagandas invisibilizam as diversas dificuldades físicas que Frida enfrentava e apagam também a militância comunista que fez parte de suas obras e de sua vida. Junto à luta pela emancipação feminina também vinha a defesa da reforma agrária, do passado pré-colombiano do México

como combate ao imperialismo cultural europeu, do marxismo-leninismo e da revolução socialista.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

O apego às raízes indígenas, ao povo mexicano e à cultura pré-colombiana; sua dedicação ao marxismo que ela expressa nas pinturas; sua quebra do padrão burguês estético da época por meio dos autorretratos, todos os problemas que ela enfrentava com o próprio corpo, que era limitado, e a ajuda às vítimas da guerra civil espanhola podem ser temas abordados. A intenção em usar as diferentes obras de Frida Kahlo em aula é debater sobre a importância da arte como resistência às diferentes opressões de gênero, classe e estigmas que atingem os corpos femininos.

O(a) professor(a), por meio de suas obras e de sua atuação política, pode provocar o(a)s aluno(a)s sobre as invisibilizações das mulheres na história política, pelo capitalismo e pelo patriarcado, ou como elas foram reconfiguradas a servirem como inspiração a um feminismo burguês, sem luta de classes ou luta decolonial. Questionar como hoje a figura da Frida se tornou um símbolo de mulher que quebrou os padrões sociais estéticos é algo importante a se considerar em sala de aula, mas não se resume a apenas isso. É fundamental chamar a atenção para a trajetória de Frida, que foi muito além de se rebelar contra padrões de gênero. Para isso, sugerimos que os debates sobre suas obras tenham como suporte os conceitos de feminismo liberal e feminismo marxista, que se encontram no Glossário.

PINTURAS

Sugerimos para a pesquisa e debate em sala as obras *Minha Mãe e Eu* (1937), *Autorretrato como Tehuana* (1943), *O Marxismo dará saúde aos doentes* (1954), *Autorretrato com Stalin* (1954). Para o acesso a essas obras e a esta discussão, sugerimos o trabalho de Ila da Silva Brognoli *Frida Kahlo: Uma célula revolucionária entre as cores e as dores* (2014).

INDICADO POR QUEM

Vanderlea dos Santos Resende

PRODUÇÃO
AUDIOVISUAL
(SÉRIES E FILMES)

ANNE WITH AN E (2017-2019): Série Audiovisual

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Produção adaptada do romance *Anne of Green Gables* (1908), escrito por Lucy Maud Montgomery, sendo uma série de livros constituída por nove romances e dois contos (2017-2019). A série canadense foi desenvolvida e adaptada por Moira Walley Beckett para o canal de televisão CBC, está disponível no catálogo da plataforma Netflix.

RESUMO

Anne Shirley, uma menina órfã que após ter sua força de trabalho explorada por diversas famílias é enviada para Green Gables, uma fazenda localizada na cidade fictícia de Avonlea. O recorte temporal do romance literário, escrito em 1908, é estabelecido entre 1876 e 1940 e trata da vida de Anne, entre onze e setenta e cinco anos. Dentro da série a adaptação é localizada apenas na adolescência da personagem, sendo que o conteúdo se compreende apenas de situações expostas nos dois primeiros livros da franquia.

A série passa por debates sobre performance e papéis de gênero, representando situações em que a personagem principal tem suas habilidades e ciências questionadas por ser mulher. A produção em diversos episódios aborda o confronto de Anne e sua geração com a cultura da época. Em incontáveis momentos percebemos questionamentos sobre realização feminina, luta pelo direito de expressão, debate sobre o acesso ao aprendizado, relacionando perspectivas de classe, gênero, raça e idade. No seriado são abordadas perspectivas progressistas e conservadoras, e mostra-se como a imaginação política e a

solidariedade ocupam lugares fundamentais dentro do estabelecimento de diálogos e na desconstrução de campos de visão atravessados por privilégios.

O seriado é construído dentro de um ambiente de mudança política e moral da comunidade de Avonlea, no século XIX. Em variadas situações, é perceptível a dor em abandonar crenças antigas e conceitos pré-datados, mas percebe-se claramente como uma “pedagogia da liberdade” é construída por Anne com o apoio em seu hábito e prazer pela literatura, que proporcionam novos horizontes e novas perspectivas para a comunidade.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A proposta de análise consiste em contextualizar o(a)s estudantes sobre o papel do audiovisual na sociedade contemporânea e provocá-lo(a)s a perceber por quais óticas este conteúdo, imagens, cenas e narrativas foram construídas, levantando questões sobre os anacronismos presentes dentro da obra e atentando ao fato de uma adaptação literária para a televisão possuir objetivos comerciais que levam para um caráter mais consumista e espetacularizado, a fim de estabelecer um diálogo com diversos públicos. Também provocá-los sobre a produção: quem escreveu o livro? Quem adaptou para a televisão? Literatura e televisão são agentes históricos na construção das relações de gênero, sexualidade e raça? Quais seriam o(a)s possíveis consumidore(a)s e por quê?

Após esse movimento, sugere-se apresentar a série como um objeto que favoreça a construção dos estudos de gênero, tomando um sentido mais específico com a exibição de cenas em que o debate é levantado dentro da produção. Desde o primeiro momento Anne é apresentada ao público como uma personagem sonhadora, apoiada em uma paixão pela literatura, que busca novos horizontes para o corpo feminino. Neste sentido, em diversas cenas podemos questionar como os gêneros masculinos e femininos são representados e observar a luta feminina/feminista no século XIX, despertando para a necessidade do debate que cerca as disputas de gênero em ambientes públicos e privados.

O objetivo da exibição de trechos da série é levar o(a)s estudantes a uma reflexão sobre a forma em que eles edificam suas relações, convidando-o(a)s a perceber as estruturas que nos cercam de forma social, para poder exercitar a desconstrução as normatizações sociais em relação aos papéis de gênero e como esses se relacionam com fatores como violência (física e simbólica) e exploração. Os movimentos feministas podem ser trazidos como exemplo, a fim de estabelecer comparações temporais/históricas, observando permanências e mudanças na história das mulheres. Para isso, o Glossário também pode ser utilizado, de forma a dar suporte aos conceitos que envolverão as questões de gênero, representações de raça e sexualidade, assim como outros aspectos que possam ser observados na discussão do seriado.

LINK

Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80136311>.

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

João Otávio Brasileiro Martins

A VIDA E A HISTÓRIA DE MADAM C. J. WALKER (2020): Série Audiovisual

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Produzido pela Warner Bros. Company, no ano de 2020, em parceria com Netflix, a série é estrelada por Octavia Spencer e está disponível na plataforma de streaming online Netflix.

RESUMO

Como o próprio nome, diz aborda a história de Madam C. J. Walker, mulher negra que ficou conhecida por se tornar a primeira milionária dos Estados Unidos. Num período em que as mulheres, principalmente, as negras não eram reconhecidas por seu trabalho (principalmente em ambientes domésticos), Madam C. J. Walker apostou na venda de produtos para o tratamento dos cabelos das mulheres negras e, depois, expandiu o negócio criando salões e fábricas pelos Estados Unidos, empregando mulheres pelo país.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

O primeiro passo é discutir com alunos e alunas sobre o tipo de linguagem, com as perspectivas das imagens, das sonoridades e do tipo de produção seriada, diferente de um longa que já adianta o roteiro e o final da narrativa. A série é construída a partir da

interação com o público e pode ser alterada pelo produtor e diretor a partir das reações de quem a assiste e de valores que expresse. O(a) professora pode discutir com a classe sobre as relações entre a história narrada e o contexto em que a série foi feita, comparando as temporalidades diversas, para se discutir as relações de gênero e de raça.

Desde o primeiro momento a série C. J. Walker evidencia a luta contra o machismo e o racismo, assim como as forças para a manutenção e continuidade das estruturas patriarcais. O objetivo da exibição da série ou cenas é refletir sobre a forma com que mulheres negras foram/são oprimidas nos Estados Unidos e questionar, por meio da história da protagonista, como sua trajetória rompe ou reforça as relações hierárquicas de gênero e raça entre as próprias mulheres, evidenciando diferentes formas de exploração e opressão. É uma boa oportunidade para que o Glossário seja trazido para desenvolver debates sobre o feminismo negro e para que aluno(a)s falem de suas experiências, interseccionalizando problemas de classe, gênero e raça a partir das referências da série e da comparação com a história de mulheres negras brasileiras.

LINK

Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80202462>.

Acesso em: 07 abr. 2021

INDICADO POR QUEM

Adriély Aparecida Feliciano

COISA MAIS LINDA (2019): Série Audiovisual

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Coisa Mais Linda é uma série de televisão brasileira exibida pelo serviço de streaming Netflix, lançada em 22 de março de 2019. Foi criada por Giuliano Cedroni e Heather Roth, com colaboração de texto de Léo Moreira, Luna Grimberg e Patricia Corso, sob a produção de Beto Gauss e Francesco Civita, direção de Caíto Ortiz, Hugo Prata e Julia Rezende. Está disponível no catálogo da plataforma Netflix.

RESUMO

É uma série de época, por volta dos anos 1950, quando a personagem Malu decide morar no Rio de Janeiro, em busca do seu marido com quem iria montar um restaurante. O que a protagonista não esperava era que ele roubasse seu dinheiro e sumisse. Na nova cidade, a paulista faz novas amigas - inclusive com a personagem Adélia, mulher negra - e abre um clube noturno de bossa nova, onde se desenrola grande parte da história, e acaba por superar o abandono. As relações de gênero e raça perpassam o enredo e roteiro desse audiovisual brasileiro.

A série apresenta atitudes e imposições que recaíam sobre a conduta de mulheres nos anos 1950. Em diversos episódios, que podem ser selecionados pelo(a) professor(a) ou pelo(a)s discentes, é possível perceber como as personagens tiveram que lutar, para adquirirem respeito no espaço onde queriam se estabelecer, seja no trabalho ou em um relacionamento afetivo e quanto esse processo foi difícil e solitário para as mulheres, na sociedade urbana.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A proposta de análise do recurso didático consiste em uma primeira situação na definição do material e suas especificidades imagéticas e sonoras. É importante questionar com o(a)s aluno(a)s sobre o contexto de produção da série, o(a)s produtor(a)s, inseridas no tempo presente, em que o feminismo se expandiu e se empoderou.

A proposta é sugerir ao(a)s aluno(a)s que selecionem cenas e diálogos da série, pelas quais possam identificar relações hierárquicas de gênero e formas diferenciadas de violência contra a mulher (seja simbólica ou patrimonial). Por meio da história da protagonista, debates sobre resistência das mulheres e sobre o feminismo, nos anos 1950, podem ser provocados. O Glossário, com os termos sobre masculinidades, sexismo e violência de gênero, pode ser utilizado para embasar essa discussão.

LINK

Disponível em: <https://netflix.com/br/title/80208298?source=35>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Isabella Sampaio de Carvalho

ELISA Y MARCELA (2019): Filme

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Longa metragem produzida em 2019 e baseada em uma história real. *Elisa y Marcela* foi dirigido e escrito pela espanhola, Isabel Coixet. A série foi inspirada no *livro Elisa y Marcela. Más allá de los hombres* (2010), do galego Narciso de Gabriel. O filme espanhol está disponível no catálogo da Netflix.

RESUMO

Em 1910, aconteceu na Igreja de San Jorge, na região de Coruña, na Galícia, um casamento inesperado entre Elisa e Marcela. Para driblar as regras locais e poderem se casar-se, Elisa forja documentos de um parente falecido e se passa por um homem para viabilizar a primeira união homossexual da Europa. Em um tempo em que o conservadorismo era predominante e a união entre pessoas do mesmo gênero era proibida, Elisa e Marcela se casam, em 1910, na Galícia.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A proposta de análise do recurso didático consiste em uma primeira situação na definição do material. É necessário contextualizar os estudantes que o audiovisual apresentado não pode ser utilizado para a construção de leituras históricas sobre o período

e o ambiente retratados no mesmo, e provocá-los a perceber por quais óticas este conteúdo foi construído, levantando questões sobre os anacronismos presentes dentro da obra, atentando ao fato de uma adaptação literária possuir objetivos comerciais que levam para um caráter mais apelativo e romantizado para estabelecer um diálogo com diversos públicos.

As principais proposições para a sua utilização na sala de aula: selecionar cenas mais do filme; isso tomaria, no máximo, uns 25 minutos de aula. Então pediria para os alunos elaborarem um texto falando sobre o que acham que mudou ou não em relação aos direitos LGBTQIA+ de 1910. O Glossário sobre o movimento LGBTQIA+ e a LGBTfobia poderia ser usado neste momento, para embasar o debate. Exemplos de cenas: Elisa e Marcela sendo perseguidas pelas pessoas da cidade; cena que Elisa volta para a cidade se passando por homem para conseguir casar-se com Marcela; cena que as duas são presas; cena da perseguição da imprensa insistindo na manchete “o casamento sem homem”.

LINK

Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80121387>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Luara Conceição Santos

ENQUANTO VIVER, LUTO (2016): Filme documentário

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

É um documentário produzido em 2016, por Iléa Ferraz. A produção é uma parceria da ONG Criola, Oxfam Brasil e Pérola Negra Produções Artísticas, e faz parte do projeto Mulheres Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo, realizado por Criola com apoio da Oxfam Brasil, Ação Educativa, Fase, Ibase, Inesc e Instituto Pólis. Com: Carla Barbosa, Lidiane Oliveira, Djá Martins, Saritto Rodrigues, Débora Almeida, Naira Fernandes, Sol Miranda, Bianca Feliciano e Luciana Vasconcelos. Encontra se disponível no *YouTube*.

RESUMO

A produção foi uma parceria entre a Pérola Negra Produções Artísticas, Oxfam Brasil e a ONG Criola. O documentário trata-se de 10 histórias reais de violação de direitos sofridas por mulheres negras. Os relatos abrangem várias questões, como a violência policial na favela contra pessoas negras, a união de mães que perderam seus filhos pelas mãos da polícia, a violência física e psicológica sofrida por mulheres trans negras, abuso e feminicídio, intolerância religiosa contra religiões de matrizes africanas e o sofrimento que as mães passam com os filhos nas penitenciárias e aqueles jovens que passam por medidas socioeducativas.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

Presenciamos diariamente as várias formas de preconceito e violência contra a mulher negra enfrentada no Brasil e é isto o que o documentário nos apresenta; só que dessa vez a história sendo contada diretamente pelas mulheres não por um veículo de comunicação que muitas vezes distorcem ou minimizam o que elas relatavam. Trata-se de uma discussão extremamente importante para que sejam percebidas e enfrentadas todas as opressões de gênero, classe e raça, que já vêm durando anos.

Com esses relatos tanto no presente como no futuro, através do documentário, é possível entender um pouco da realidade que as mulheres negras passam no Brasil e as principais dificuldades que enfrentam. E a presença permanente da violência na sociedade que as afeta e maltrata diretamente, com base nisso é possível realizar diversos debates, a partir dos conceitos de Estigma e do Feminismo Negro, do Glossário, e de experiências em sala, tentando elaborar caminhos para destruir estas permanências nas novas gerações.

LINK

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hGVreN0U1PA>.

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Luara Conceição Santos

**FONTE
IMPRESSA**

AS ENFERMEIRAS DA FEB (1946): Jornal

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Matéria do *Jornal do Brasil* (RJ), edição número 63, publicada no dia 17 de março de 1946 e está na página 33 (segunda seção) do periódico.

RESUMO

A matéria discorre sobre a volta das enfermeiras brasileiras que serviram às Forças Armadas durante a Segunda Guerra Mundial em expedição na Itália. Trata-se, sobretudo, da falta de emprego para essas enfermeiras nos hospitais brasileiros e faz um apelo para que sejam priorizadas na hora da contratação de novas enfermeiras.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

Dentro de uma sequência didática a respeito da Segunda Guerra Mundial, ou numa aula com um recorte direcionado à participação do Brasil ou à participação feminina durante o conflito, essa fonte pode ser apresentada e debatida com os alunos, com perguntas que levem a questionar: quem o jornal produziu? Com qual intenção? O que está sendo debatido? A proposta é discutir com os alunos a atuação das mulheres brasileiras que

integraram o Corpo de Enfermeiras para o Serviço de Saúde do Exército. Com o jornal, será possível apontar a presença feminina neste fato histórico, estimular os alunos a procurar pelas mulheres na História, uma vez que os “grandes feitos” que se destacam nos livros didáticos ainda são majoritariamente masculinos.

Pretende-se, também, discutir os valores atribuídos e esperados das mulheres naquele contexto, como o de cuidado e maternagem, em oposição a valores relacionados à guerra e à virilidade, atribuído aos homens. Pensar, com o(a)s aluno(a)s como historicamente esses atributos são construções que precisam ser compreendidos e desnaturalizados. Uma boa oportunidade seria comparar o papel das enfermeiras na guerra e das profissionais de saúde em situações de pandemia, como a da Covid 19, que teve origem em 2020, de forma a perceber as funções que as mulheres têm assumido na linha de frente em combate à doença, num contexto em que a linguagem sobre guerra é usada em discursos oficiais que falam em coragem e força. É possível que o(a)s professore(a)s estimulem o(a)s discentes a realizar pesquisas em jornais, com a finalidade de comparar discursos históricos sobre as mulheres em contextos de crise e termos do Glossário.

LINK

Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_06/38871.

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Tainara dos Reis Tavares

BRASIL MULHER, NÓS MULHERES E MULHERIO (1975-1987): Periódicos

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Brasil Mulher, periódico alternativo que circulou de 1975-1979, *Nós Mulheres*, periódico alternativo que circulou de 1976-1978, e *Mulherio* periódico alternativo que circulou de 1981-1987.

RESUMO

No final dos anos 1970, quando a ditadura civil-militar mostrava suas fragilidades e setores da sociedade civil se organizavam sob novas bandeiras, alguns periódicos foram organizados por grupo de mulheres, como o *Brasil Mulher* (1975-1979), o *Nós Mulheres* (1976-1978) - a maioria ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) -, e o jornal *Mulherio* (1981-1987), criado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e *Nosotras* (1974-1976), ligada a mulheres de outros países latino-americanos, demonstrando como a mídia alternativa passou a ser um espaço de resistência ao regime político e à cultura patriarcal, além de constituição de identidades coletivas. Muitas voltavam do exílio e haviam participado de grupos como o Círculo de Mulheres de Paris fundado por Danda Prado, na França, em 1972. Esses periódicos contaram com várias edições, que contavam com reportagens diferenciadas sobre a mulher no país e no mundo e a discussão de temáticas relativas ao trabalho e à luta de classes, assim como às reivindicações específicas femininas, como aborto, sexualidade e igualdade de gênero.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A proposta de trabalho com esses jornais em aula seria a possibilidade de compreender as especificidades do feminismo brasileiro entre os anos 1970 e 1980. Suas edições estão disponíveis na internet e o(a) professor(a) poderia acessá-los e trazer os editoriais, notícias e reportagens, levantando questões sobre suas as mulheres que os criaram e suas trajetórias na resistência à ditadura, selecionando temas específicos que pudessem dialogar com o período histórico ou mesmo com demandas levantadas pelo(a)s estudantes. O Glossário poderia ser usado como suporte teórico e histórico quanto aos conceitos e lutas dos diferentes feminismos no Brasil.

LINK

Abaixo seguem os links dos periódicos

Nós Mulheres - <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>

Brasil Mulher - <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>

Mulherio - <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>

Acesso em: 21 out. 2020.

INDICADO POR QUEM

Drielly Bezerra Café

LAMPIÃO DA ESQUINA E CHANACOMCHANA (1978-1988): Periódicos

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

O *Lampião da Esquina* foi um periódico alternativo que circulou de 1978-1981. O *Chanacomchana* foi um periódico alternativo que circulou de 1980-1988.

RESUMO

O *Lampião da Esquina* não é o primeiro jornal alternativo para o público gay; contudo é o que teve maior visibilidade durante a ditadura civil-militar. Ao todo, publicou 38 edições, mais três edições extras, circulando de abril de 1978 a junho de 1981. Foi primeiro jornal a abordar a sexualidade de maneira pontual, inserindo-se no conceito do que era chamado de imprensa alternativa, a discutir questões políticas e, principalmente, apresentar às novas gerações um debate sistemático sobre o prazer, o desejo, as injustiças políticas e de gênero, contra os discursos hegemônicos heteronormativos.

O periódico nasceu no eixo Rio-São Paulo, sendo seus objetivos a desmarginalização dos homossexuais, combater os preconceitos, construir uma representação do homossexual digna e dar maior visibilidade à causa, discutindo assuntos polêmicos, eróticos ou culturais e artísticos. Sua publicação encorajava que seus leitores homossexuais lutassem suas identidades e por seus direitos.

Além do periódico *Lampião da Esquina*, o periódico *ChanacomChana* foi produzido na cidade de São Paulo pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), que surgiu em 1980 e perdurou até 1988. Ele possuiu uma edição em formato de jornal e doze edições em formato de boletim, que trazia entrevistas, debates, poesias e cartas.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A proposta ao(à) professor(a) é que ele acesse os acervos desses periódicos e selecione trechos que contribuam para debater a história do movimento LGBTQIA+ no Brasil, por meio dessas publicações. Em sala de aula poderão ser analisados termos, demandas, trajetórias, a partir de editoriais, reportagens, fotografias, charges e toda riqueza do material disponível. Discussões sobre (in)visibilidade, silenciamento histórico, sexualidades, lesbian(i)dades, homossexualidades, gênero, feminismos, entre outros, podem ser realizadas, utilizando o Glossário para elaborar atividades junto ao(à)s aluno(a)s. Perguntas sobre seus(suas) elaboradore(a)s, sua inserção na história da ditadura e nos estudos de gênero podem ser provocadas em aula. Rodas de conversa, trazendo experiências de discentes, também são procedimentos de escuta e aprendizado importantes.

LINK

Seguem os links dos periódicos:

Chanacomchana - <https://acervobajuba.com.br/chanacomchana-edicao-12/>
Lampião da Esquina - <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

Acesso em: 30 set. 2020.

INDICADO POR QUEM

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

O SEXO FEMININO (1873): Jornal

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Periódico que pertencia a D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que junto a colaboradas também escrevia o jornal (1873-1889). Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

RESUMO

A fonte a ser utilizada é a primeira página da primeira edição do periódico *O Sexo Feminino*, de 7 de setembro de 1873. O jornal, de Campanha-MG, circulou entre 1873 a 1889. Segundo informação contida na própria capa do periódico, seu conteúdo era direcionado aos interesses das mulheres.

O número a ser utilizado como fonte foi publicado no dia 7 de setembro de 1873, circulou na cidade da Campanha e era publicado uma vez por semana. Os finais do século XIX e início do século XX foram marcados pelas reivindicações e lutas de mulheres por seus direitos civis e políticos, no que ficou conhecido como Primeira Onda do Feminismo. A esse exemplo, já nessa primeira edição, o jornal vem defender o direito à educação das mulheres.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A partir dessa proposta, esperamos que os alunos e alunas percebam os detalhes e informações contidos na primeira página do jornal sobre a publicação, sobretudo no artigo inicial em defesa do ensino às mulheres, além de perceberem o que se esperava das mulheres na época e o posicionamento do periódico quanto ao incentivo à educação para mulheres para se tornarem independentes. Sendo assim, provocando os alunos e alunas a perceberem o quanto a educação escolar não era algo comum àquelas mulheres, cabendo a elas apenas ensino doméstico, fazendo com que se preparassem para cuidados familiares ou matrimoniais, mas não sendo incentivadas intelectualmente. Sugere-se o uso do Glossário.

LINK

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706868&pagfis=1>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Drielly Bezerra Café

MÍDIAS DIGITAIS

BABOSEIRX NÃO-BINÁRIA (2020): Facebook

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Postagens publicadas na rede social *Facebook* pela página *Baboseirx Não-Binária* e por um perfil pessoal, que discutem, zombam e deslegitimam a não-binariedade de gênero e suas pautas (acesso em: 06 jun. 2020).

RESUMO

Fonte 1: Trata-se de um meme postado na página *Baboseirx Não-Binária* na rede social *Facebook*, em 25 de julho de 2020. Traz uma crítica à comunidade Queer por lutar pela inclusão da linguagem neutra em comparação a outras pautas: “segregação de pessoas trans no mercado de trabalho” e a “alta mortalidade de pessoas trans em decorrência de transfobia”. As questões que podem ser levantadas com essa fonte são: os atritos na comunidade LGBTQIA+ entre pessoas binárias e não-binárias; a hierarquização de pautas e a depreciação da linguagem neutra.

Fonte 2: É um texto publicado como legenda para uma imagem (*print* de um *tweet*) postado na página *Baboseirx Não-Binária* na rede social *Facebook*, em 11 de agosto de 2020. As questões que podem ser levantadas são: atritos dentro da comunidade LGBTQIA+; os debates teóricos dentro da comunidade LGBT+, sobre gênero, sexo biológico, identidade, transgeneridade; a defesa da categoria sexo biológico; a defesa da legitimação da transgeneridade pelas ciências médicas; defesa de que pessoas não-binárias não são trans; ruptura da ideia de comunidade enquanto algo harmonioso; ruptura da ideia de que se é ou

opressor ou oprimido. Como sugere a autoria do texto, pessoas trans binárias podem agir com repulsão e zombaria com pessoas trans não-binárias; defesa da transição de gênero, unicamente, pelas ciências médicas: cirurgias e tratamentos hormonais, decorrente da disforia de gênero.

Fonte 3: É um meme postado na página *Baboseirx Não-Binária* na rede social *Facebook*, em 13 de agosto de 2020. A questão que pode ser levantada é a depreciação da linguagem neutra.

Fonte 4: É a descrição da página *Baboseirx Não-Binária*, na rede social *Facebook*, sem data. As questões que podem ser levantadas são: a página se define como humorística (zombaria como violência); se define imprópria para pessoas sem autonomia de pensamento (não binárias não possuem?), propensas ao comportamento de manada (não-binárias são?), extremistas religiosos e movimentos sociais (o Movimento LGBTQIA+, especificando o Movimento Trans [já que a página foca nas questões trans], não são movimentos sociais?).

Fonte 5: É um meme postado no perfil pessoal de Jhonny Dourado, em 28 de julho de 2020. As questões que podem ser levantadas são: a depreciação da linguagem neutra; a animalização de pessoas adeptas da linguagem neutra; a manutenção de discursos modernos e coloniais de entender o Outro enquanto inumano.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

De forma geral, essas fontes escolhidas possuem potencial para discutir acerca dos atritos e conflitos dentro da comunidade LGBTQIA+ no tempo presente, os impactos da articulação de um Movimento Não Binário, o alcance dos debates teóricos acerca do gênero, fora da Academia, dentro da comunidade LGBTQIA+, e a manutenção de um discurso moderno, colonial e binário quanto ao gênero. O Glossário pode ser trazido para a discussão, a partir dos vários conceitos, tais como gênero, homossexualidade, assexualidades, intersexualidades, transgeneridade e travestilidades, movimento LGBTQIA+, oferecendo suporte a várias atividades que permitam a interpretação dos memes e discursos da página sugerida.

As redes sociais são muito acessadas por todos e todas, como uma forma de distração, para difundir conhecimento, mas também pode promover preconceitos e ódios, fazendo com que estas atitudes continuem se perpetuando. Essas postagens realizadas na rede social *Facebook* vêm nos mostrar justamente isto, por isso é necessário analisá-las em sala de aula, pois muitas vezes o(a)s jovens se identificam e reproduzem essas ideias sem refletir sobre como suas atitudes fazem parte de construções sociais.

Quanto à não-binariedade de gênero e aos movimentos de pessoas não binárias, devem ser entendidos como um fenômeno recente que vem ganhando espaço e visibilidade tanto no Brasil quanto no mundo. Por conta de suas reivindicações pela linguagem neutra e não-sexista, acabam gerando conflitos, sobretudo na forma de zombarias

O material pode ser utilizado em discussões sobre os impactos da colonização/imperialismo/colonialidade nas relações de gênero: como a imposição e manutenção de um sistema binário de gêneros, em detrimento dos sistemas de gêneros, de muitas sociedades, anteriores à colonização e à colonialidade. Como exemplos, o(a) professor(a) pode estimular a pesquisa de casos de povos que não vivem a identidade binária, como Muxe, entre Zapotecas no México; a identidade Quariwarmi, entre Incas, na América do Sul; a identidade Bissu entre Bugi, na Indonésia; e a identidade Hijra, entre hinduístas, na Índia.

Deste debate, pode-se conduzir para as identidades não-binárias contemporâneas, podendo ser utilizado como mote o próprio caso da Índia, onde, hoje, um terceiro gênero é reconhecido pelo Estado. Mas sabendo diferenciar que os exemplos de identidades citados e os movimentos atuais não são simétricos. O movimento atual é, sobretudo, de pessoas do Ocidente que rejeitam as identificações de gênero coloniais (homem/mulher), e não um movimento de Muxes e Hijras, por exemplo, ainda que seja um movimento aberto a essas identidades. A partir das discussões acerca da constituição do Movimento LGBTQIA+ no Brasil e no mundo, pode-se discorrer sobre a adesão das múltiplas identidades no movimento (gay, lésbica, bissexual, transgênera, transexual, travesti, assexual, etc.) até a inclusão (ou exclusão) das identidades não-binárias.

LINK

Fonte 1

Disponível em:
<https://www.facebook.com/107587474098412/photos/a.107590257431467/184302929760199/>
Acesso em: 07 abr. 2021.

Fonte 2

Disponível em:
<https://www.facebook.com/107587474098412/photos/a.107590257431467/189708012553024/>
Acesso em: 07 abr. 2021.

Fonte 3

Disponível em:
<https://www.facebook.com/107587474098412/photos/a.107590257431467/190197969170695/>
Acesso em: 07 abr. 2021.

Fonte 4

Disponível em: <https://www.facebook.com/Baboseirx-N%C3%A3o-Bin%C3%A1ria-107587474098412/about>.
Acesso em: 07 abr. 2021.

Fonte 5

Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo?fbid=3044154755713036&set=a.124687687659772>.
Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

HISTÓRIAS DE NINAR PARA GAROTAS REBELDES (2018): Podcast

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Histórias de ninar para garotas rebeldes é um podcast de contos de fadas sobre as mulheres extraordinárias, realizado em parceria com o Bradesco, criado no ano de 2018. É baseado no *best-seller* homônimo escrito por Elena Favilli e Francesca Cavallo. O projeto foi pensado por Favilli e Cavallo, cofundadoras da empresa de mídia infantil Timbuktu Labs, nos Estados Unidos.

RESUMO

Histórias de ninar para garotas rebeldes é um livro com 100 histórias sobre a vida de 100 mulheres extraordinárias do passado e do presente, ilustradas por 60 artistas mulheres do mundo inteiro. O livro conta as histórias que abordam desde a trajetória da pintora mexicana Frida Kahlo (1907-1954), passando pela rainha da Inglaterra Elizabeth I (1533-1603), até a tenista estadunidense Serena Williams (1981) e a surfista brasileira Maya Gabeira (1987). Com textos que remetem ao estilo de conto de fadas, muitas das histórias começam com o clássico “Era uma vez”, pois, segundo a própria autora – Favilli –, a ideia é dar a sensação de um conto de fadas moderno, para embalar o sono das pequenas antes de dormir.

Passando por diversos períodos, as histórias dessas mulheres são contadas para meninas do tempo contemporâneo com o intuito de inspirá-las a participar das lutas feministas da atualidade, trazendo, dessa forma, as conquistas do movimento feminista e

das grandes mulheres do passado para o presente. As narrativas fazem parte de uma tendência contemporânea de readaptação e reescrita dos contos de fadas, repensando as figuras femininas não mais como princesas frágeis e passivas à espera de um salvador, nem como bruxas maléficas, mas como mulheres ativas em suas histórias.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A intenção é trazer para os alunos e alunas o feminismo de forma alternativa, convidando-o(a)s a ouvirem e a debaterem as relações de gênero ao longo da história e suas representações nos contos infantis. Assim, provocá-lo(a)s quanto à cultura cisheteronormativa e patriarcal que impõe formas de existências, enquanto desmerece outras. O *podcast* conta de maneira tranquila e até mesmo infantil, utilizando o termo “Era uma vez”, a história de mulheres empoderadas e que fizeram a diferença na história. Consideramos de extrema importância a linguagem utilizada, de forma simples, oral e literária, para que estudantes sejam estimulado(a)s a trabalhar com diferentes linguagens para se pensar, também, os feminismos plurais.

O(a) professor(a) pode, ainda, propor ao(à)s discentes a leitura e a criação de outros podcasts em que reelaborem contos infantis, a partir da perspectiva das mulheres, refletindo sobre e recriando as representações sobre homens e mulheres nas histórias e na História. Sugere-se, também, que as minibiografias deste Caderno sejam usadas.

LINK

Disponível em: <https://www.b9.com.br/shows/garotasrebeldes/>

Acesso em: 07 abr. 2021

Disponível em: <https://open.spotify.com/show/70aDNolDdT9Q52wZ3twIVk>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Gabriela Alves de Oliveira

SEGUNDAS FEMINISTAS (2020-2021): Podcast

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

O podcast *Segundas Feministas* é uma criação do GT Nacional de Estudos de Gênero, ligado a Associação Nacional de História (ANPUH) que agrega 14 GTs Regionais, e está sendo organizado pelas professoras Cláudia Maia (Unimontes), Andrea Bandeira (Universidade de Pernambuco) e Ana Carolina Eiras (UFG).

RESUMO

Conta com um acervo de entrevistas com mulheres que desenvolvem pesquisas relativas às questões de gênero, raça e sexualidade, com temáticas variadas como decolonialidade, violência, trabalho, feminismo, escravização, racismo e educação, entre outras. O primeiro episódio, com o título *Um pouco da nossa história*, foi um diálogo com as professoras Rachel Soihet e Lídia Possas. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-422437133/segundas-feministas-episodio-1-rael-soihet-e-lidia-possas>. Acesso em 05 mar. 2021.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

Devido ao seu acervo muito diverso, sob a perspectiva de mulheres, sugere-se que o(a) docente estimule atividades diferenciadas, como uma pesquisa e escuta coletiva de determinadas entrevistas, de acordo com temas que se relacionem a momentos históricos que estejam sendo estudados. Debates sobre o que muda no saber histórico a partir de narrativas feministas, ou as relações entre feminismo e tecnologia, feminismo de quarta onda e relativos aos próprios conteúdos trazidos pelas pesquisadoras entrevistadas, podem ser explorados em sala de aula, transformando as leituras da história e o posicionamento comprometido com uma história pública de combate ao sexismo, à lgbtfobia e ao racismo. As entrevistas podem ser comparadas às minibiografias do Caderno.

LINK

Disponível em: <https://open.spotify.com/show/1FNEP5Y4CiPAOVXa2pbfWQ>.

Acesso em: 05 mar. 2021.

INDICADO POR QUEM

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

LETRAS DE MÚSICA

COTA NÃO É ESMOLA (2019): Letra de música

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

A música *Cota não é esmola* foi escrita e cantada por Bia Ferreira em 2011. Integra o álbum da cantora *Igreja Lesbiteriana, Um chamado*, de 2019. Disponível em todas as plataformas online de streaming musical.

RESUMO

Cota não é esmola

Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola
Experimenta nascer preto na favela pra você ver
O que rola com preto e pobre não aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!
E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou!
Não vai entrar na aula de história
Espera, senta aí, já já dá uma hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se não atrasa de novo, a diretora fala

Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
Se a passagem é 3, 80 e você tem 3 na mão
Ela interrompe a professora e diz, 'então não vai ter pão'
E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais
O que você faria?
Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
O tempo foi passando e ela foi crescendo
Agora lá na rua ela é a preta do sovaco fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola
Cansada de esmolos e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bote a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar, ei!
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio para revolucionar
Não deixe calar a nossa voz, não!
Não deixe calar a nossa voz, não!
Não deixe calar a nossa voz, não!
Revolução
Não deixe calar a nossa voz, não!
Não deixe calar a nossa voz, não!
Não deixe calar a nossa voz, não!
Revolução
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai, é
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

Aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
Vamo pro canto onde o relógio para
E no silêncio o coração dispara
Vamo reinar igual Zumbi, Dandara
Odara, Odara
Vamo pro canto onde o relógio para
No silêncio o coração dispara
Odara, Odara, ei!
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Você vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Eu disse: Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar, é
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio revolucionar
Cota não é esmola!

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A música, mais conhecida pela apresentação pela Sofar Curitiba (2017), faz referência aos calorosos debates acerca das cotas raciais no Brasil. Muito mais que fazer referência, a música afirma uma posição em defesa das cotas, reconhecendo e denunciando as múltiplas opressões, violências e explorações às quais a população negra (fazendo, inclusive a intersecção com gênero e classe) está submetida. Recomenda-se aqui o artigo de opinião de Daneile Barbosa, de 2018, pelo jornal *Brasil de Fato*, que discorre sobre a importância da música indicada (disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/08/06/artigo-or-cota-nao-e-esmola>. Acesso em: 05 abr. 2021). A proposta dos usos dessa música e clipe como recursos didáticos consiste em uma primeira situação na definição do material. Desde o primeiro momento é importante que se faça uma pesquisa sobre a intérprete, escritora e cantora Bia Ferreira,

compreendendo sua inserção social e seu lugar de fala. Sua música apresenta ao público a realidade vivenciada diariamente por pessoas pretas no Brasil e são uma representação da luta contra o racismo e os padrões sociais.

O objetivo da exibição de trechos significativos da série é levar o(a)s estudantes a uma reflexão sobre a forma com que eles edificam e são constituído por suas relações, convidando-os a perceber os privilégios da branquitude, para poder exercitar a desconstrução do senso comum em relação aos papéis de raça e como esse se relaciona com mazelas mais profundas como estigmas e desigualdade sociais e raciais.

O(a)s aluno(a)s devem ser convidado(a)s a pensar as suas próprias experiências ou casos que tenham sido observados ao longo da história e que tenham contribuído para a exclusão de negros e negras dos direitos. O livro didático pode contribuir para que identifiquem ausências ou narrativas históricas que demonstrem exploração, estigmatização, silenciamentos e resistências. Glossário pode ser explorado, a partir da temática do racismo estrutural, sendo utilizado como suporte para o debate da música como posicionamento público da autora em relação às cotas, abrindo espaço para a escuta das opiniões do(a)s estudantes e dos seus saberes compartilhados.

LINK

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Gustavo Barcelo de Melo

DE DENTRO DO AP (2019): Letra de música

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Escrita e cantada por Bia Ferreira, com participação de Thata Alves. Integra o álbum *Igreja Lesbiteriana, Um chamado*, de 2019. Disponível em todas as plataformas online de streaming musical.

LETRA

De dentro do ap

De dentro do apê
Ar condicionado, macbook, você vai dizer
Que é de esquerda, feminista, defende as mulher
Posta lá que é vadia, que pode chamar de puta
Sua fala nem condiz com a sua conduta

Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai
Pra você vê, não sabe o que é trabalho
E quer ir lá dizer
Que entende sobre a luta de classe
Eu só sugiro que cê se abaixe

Porque meu é tiro certo e vai chegar direto na sua hipocrisia
O papo é reto, eu vou te perguntar
Cê me responde se cê aguentar, guria
Quantas vezes você correu atrás de um busão
Pra não perder a entrevista?
Chegar lá e ouviu um
"Não insista,
A vaga já foi preenchida, viu
É que você não se encaixa no nosso perfil"

Quantas vezes você saiu do seu apartamento
E chegou no térreo com um prato de alimento
Pra tia que tava trampando no sinal
Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?
Quando foi que cê parou pra perguntar o nome
E pra falar sobre seu ativismo?
Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu
Fe-mi-nis-mo?
Sempre deixando pra amanhã
Deixando pra amanhã
Há miliano que cês tão queimando sutiã

Sempre deixando pra amanhã
Deixando pra amanhã
Há miliano que cês tão queimando sutiã

Sempre deixando pra amanhã
Deixando pra amanhã
Há miliano que cês tão queimando sutiã
Sempre deixando pra amanhã

E nós, as mulher preta?
Nós só serve pra você mamar na teta
Ama de leite dos brancos
Sua vó não hesitou quando mandou a minha lá pro tronco

De dentro do apê
Ar condicionado, macbook, você vai dizer
Que é de esquerda, feminista, defende as mulher
Posta lá que é vadia, que pode chamar de puta
Sua fala nem condiz com a sua conduta

Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai
Pra você vê, não sabe o que é trabalho
E quer ir lá dizer
Que entente sobre lutas de classes
Eu só sugiro que cê se abaixe

Porque meu tiro é certo e vai chegar direto na sua hipocrisia
O papo é reto, eu vou te perguntar
Cê me responde se cê aguentar, guria
Quantas vezes você correu atrás de um busão
Pra não perder a entrevista?
Chegar lá e ouviu um
"Não insista
A vaga já foi preenchida, viu
É que você não se encaixa no nosso perfil"
Quantas vezes você saiu do seu apartamento
E chegou no térreo com um prato de alimento
Pra tia que tava trampando no sinal
Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?
Quantas vezes cê parou pra perguntar o nome
E pra falar sobre seu ativismo?
Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu
Fe-mi-nis-mo?

Sempre deixando pra amanhã
Deixando pra amanhã
Há miliano que cês tão queimando sutiã

Sempre deixando pra amanhã
Deixando pra amanhã
Há miliano que cês tão queimando sutiã

Sempre deixando pra amanhã
Deixando pra amanhã
Deixando pra amanhã
Sempre deixando pra amanhã

E nós, as mulher preta?
Nós só serve pra você mamar na teta
Ama de leite dos brancos
Sua vó não hesitou quando mandou a minha lá pro tronco

De dentro do apê
Ar condicionado, macbook, você vai dizer
De dentro do apê
De dentro do apê
De dentro do apê

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A música faz uma crítica ao feminismo branco e burguês. Ressalta e denuncia as diferenças de raça, gênero e classe presentes em tal movimento, e como parcelas e discursos feministas acabam por excluir (ou não enxergar e não ouvir) mulheres negras. Traz uma forte crítica a eles, indagando sobre a existência de relações de opressão e invisibilidade racial entre as próprias mulheres. Chega a ironizar a atuação política de tais grupos, ao evidenciar que sempre “deixam pra amanhã”, que estão há “mil anos queimando sutiãs” e ainda não transformaram o mundo. Vale lembrar que a crítica é dirigida a uma face do feminismo (branco, burguês, que não se preocupa com as questões de raça, etnia, classe e sexualidade) e não ao pensamento feminista como um todo.

Para o debate, além de perguntar sobre o lugar de fala da cantora e suas relações sociais, podem ser trazidos para a discussão os conceitos de feminismo liberal/reformista e feminismo negro que constam no Glossário, assim como trechos da escrita de Lélia Gonzalez, Patrícia Collins e bell hooks, para fomentar a reflexão. O(a)s discentes devem ser convidado(a)s e trazerem outras experiências na história que mostrem os limites do chamado feminismo burguês e as demandas do movimento feminista negra.

LINK

Disponível em: https://youtu.be/xlTsc4nm_NI

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Maria Fernanda de Lima Silva

DESCONSTRUINDO AMÉLIA (2009): Letra de música

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Desconstruindo Amélia é uma música composta por Pitty e Martin, interpretada por Pitty. Integra o álbum *Chiaroscuro*, de 2009. Disponível em todas as plataformas online de streaming musical.

LETRA

Desconstruindo Amélia

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
Ela é muitas, se você quer saber

Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra *night* ferver

Disfarça e segue em frente todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

Disfarça e segue em frente todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A música faz referência e crítica à música *Ai, que saudades da Amélia*, de Mário Lago e Ataulfo Alves, de 1942. Tal música retrata uma Amélia passiva e submissa e que acabou criando uma representação social em relação ao nome Amélia, significando a mulher submissa, frágil, doméstica, maternal, passiva. Pitty, então, subverte essa Amélia, ou melhor, a desconstrói. A Amélia de Pitty se empodera e assume as rédeas de sua própria vida e denuncia as desigualdades que encontra (como os salários diferentes em comparação com homens). Além disso, a letra da música carrega conceitos acadêmicos, como o de Outro, que retoma os textos de Simone de Beauvoir, quando debate a Mulher como o Outro do homem, sempre referenciada, comparada, definida pelo lugar do homem. A *Amélia* de Pitty não é o Outro, ela é Um também. Ela tem seu próprio lugar, é sua própria definição, sua própria referência. Ela é uma sujeita, afinal.

A proposta é discutir em sala a importância da música como produto de seu tempo histórico e também agente na produção de valores e debates. É importante que o(a)s aluno(a)s pesquisem e debatam sobre a trajetória da cantora na luta contra o machismo e os padrões patriarcais enraizados na sociedade, por meio da música. Perguntar, junto com ele(a)s, sobre a posição social de Pitty, seu públicos e interlocutores. Se o(a) professor(a) desejar, para ampliar a discussão, pode indicar a pesquisa da música *Amélia*, de Mário Lago, observando as comparações: o que muda no perfil das duas mulheres representadas pelas músicas? O que muda quando uma música é feita por um homem ou por uma mulher?

Que valores sobre o gênero feminino estão atribuídos nas duas músicas, em temporalidades históricas diferentes? Que permanências e mudanças históricas podem ser percebidas nas relações de gênero representadas pelas duas produções? Ainda, a reflexão pode ser ampliada pela provocação feita pelo(a) docente, convidando discentes a imaginar uma “Amélia” negra ou indígena, em algum momento do processo histórico.

LINK

Disponível em: <https://youtu.be/Ph3ZXYcYDC4>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Diego Mateus Ferreira

POEMA (SLAM)

EU NÃO QUERIA SER FEMINISTA (2017): Clipe – Roda de Slam

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Escrito por Tawane Theodoro, mulher preta moradora da Favela do Capão Redondo, poetisa do Slam da Guilhermina. Participou da final da competição de Slam de 2017, com a poesia *Não queria ser feminista*. O vídeo da disputa está disponível no canal do *YouTube* do Slam da Guilhermina.

LETRA

Não queria ser feminista

Eu não queria ser feminista
Eu não deveria ser feminista
Em pleno século XXI minha gente, feminismo não deveria nem existir..
Calma sociedade, não comece a sorrir
É porque mulheres não tinham que precisar resistir tanto assim
É até difícil de imaginar
Que em uma era tão tecnologia eu ainda tenha que implorar
Para que por onde eu passar
Todos possam me respeitar.
Eu detesto ser feminista
Mas...diante de uma sociedade tão egoísta
Eu não tenho opção
Porque ainda vemos mulheres sendo abusadas no ônibus
Vemos relações abusivas virando, coisa normal...ou melhor
““““Coisa de casal””””
Ninguém liga pra mulher e pra sua dor
Fazem ela acreditar que tudo isso é amor
Vemos a mídia a todo momento nos dizendo que não estamos no padrão

E que não teremos a menor condição
De chegar ao que é considerado bonito pra toda nação.
Passamos o dia escutando
Que as mulheres não estão se respeitando...
Quando vão entender que no nosso corpo somos nós que estamos no comando?
Percebemos que quando estamos na rua, a noite, e observamos um cara se
aproximar

Já começamos a acelerar
O coração, disparar
Começamos a rezar
“Que seja só um assalto, e que só levem o meu celular”
Acha que ainda assim é mimimi
Conversa fiada?
Como já escutei muitas vezes...
Falta de vergonha na cara?
Vamo ser mais didática então
Vamo jogar estatística
Já que o óbvio parece que saiu de questão
O Brasil é o 5º país mais violento para mulheres do mundo
Cada dia o feminicídio aumenta
E com a mulher preta a estatística é ainda mais violentada
Homicídio de mulheres negras aumentou 54% em 10 anos
A cada 11 minutos uma mulher é estuprada,
70% dos casos de estupro a vítima era próxima dos agressores
Em média 47,6 mil mulheres são estupradas por ano, sendo que nem 30% delas
denunciam
3 em cada 5 mulheres vão sofrer algum tipo de violência em algum
relacionamento
Até 2030 pode morrer 500 mil mulheres vítimas de violência doméstica no
mundo
94% das mulheres já foram assediadas verbalmente e 77 % já foram assediadas
fisicamente
E acha que o feminismo é exagero?
O feminismo já é o desespero
Porque estamos em uma sociedade que eu ainda tenho que explicar
Que somos seres humanos e não algo que possa se descartar.
Então não venha me pedir delicadeza
Pois tenha certeza
Que aqui...isso não vai rolar

Foi-se a época de gentileza
Vamo chegar com dois pés no peito memo
Passar por cima de qualquer tipo de sujeito
Derrubando esse seu preconceito
Confundir a violência do opressor
Com a reação do oprimido
Não faz o mínimo de sentido.
Mas agora não conseguiram mais nos parar
Na luta de outras mulheres
Buscamos forças para o nosso caminhar
E temos fé que tudo vai mudar
Que vamos desconstruir
E que essa merda de patriarcado vai cair
Só precisamos nos unir
Porque é tão lindo viver com a sua igual

Com a plena consciência que ela não é a sua rival
Sensação de liberdade
Total felicidade.
Mulheres precisam ser feministas...
Mas tomara que em algum dia
Não precisem mais ser
E que finalmente, alcancem o seu devido poder
E eu peço, pra qualquer Deus de qualquer religião
Que a próxima geração
Não enfrente um mundo tão sem noção.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

A fim de expor os preconceitos e desigualdades vividas pelas mulheres do século XXI, Tawane aborda, em suas músicas, temas frequentemente debatidos nos movimentos feministas contemporâneos, como o combate ao assédio, à cultura do estupro, à violência contra mulher, e a defesa da criação de políticas públicas que garantem o bem-estar.

Com o intuito de introduzir o(a)s aluno(a)s em debates atuais como feminismos, desigualdades e relações de gênero, interdisciplinando os conceitos e subjetividades vividas por cada um dele(a)s, sugerimos estimular uma pesquisa sobre dados que digam respeito à vivência de mulheres como as representadas pelo relato da autora da poesia. O compartilhamento das informações trazidas pelo(a)s aluno(a)s, relacionadas ao acesso a direitos e à violência são um momento importante para inserir o poema e discuti-lo.

O slam, como uma tática para denunciar as opressões vividas pelas mulheres na atualidade, também pode ser abordado em aula, mostrando a visão daquelas que vivem e lidam constantemente com preconceitos e diferentes formas de violência, assim, abrindo uma reflexão e debate sobre consciência de classe, interseccionada com gênero e raça. Sugerimos que o Glossário seja utilizado como suporte para o debate, trazendo os conceitos de violência de gênero, feminismos, interseccionalidade, entre outros.

O(a) professor(a) pode propor ao(ã)s estudantes a organização de um slam, a partir das temáticas trabalhadas, trazendo suas experiências e reflexões históricas sobre as relações desiguais de gênero e suas interseccionalidades.

LINK

Disponível em: <https://youtu.be/8Fu7cAQzK1k>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Eulália Maria Rabelo Duarte

ACERVO DIGITAL

DIÁRIO VIRTUAL – MEMÓRIAS DA PANDEMIA (2020-2021): Depoimentos

QUEM PRODUZIU E ONDE ESTÁ DISPONÍVEL

Projeto vinculado ao Laboratório de História Pública da UNIFAL-MG, produzido pela discente Evelyn Soares de Abreu, com o apoio e orientação das docentes Livia Monteiro e Marta Rovai. Disponível no site do Laboratório de História Pública da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (www.unifal-mg.edu.br/lhp).

RESUMO

São memórias escritas de variadas pessoas em resposta a um questionário indagando sobre as experiências vividas durante a pandemia do Coronavírus. Contém, ademais, as respostas de mulheres (inclusive, permitindo que a pessoa se identifique na escrita do questionário como mulher negra, trans, branca, etc.). Trazem memórias, sentimentos, emoções, medos, esperanças e percepções dessas pessoas diante do momento histórico vivido.

O projeto Diário Virtual – Memórias da Pandemia registra as memórias, sentimentos, emoções, medos, esperanças e percepções da experiência e vivência de variadas mulheres diante da pandemia do Coronavírus.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

Utilizar depoimentos pessoais em sala de aula é sempre enriquecedor, pois são relatos que criaram forma e se materializaram em memória. Seu uso nas escolas seria de grande ajuda para que os alunos possam compreender como as pessoas se sentiram durante o enfrentamento da pandemia e quarentena. Embora, sejam relatos diferentes todos estavam conectados pela insegurança que o vírus causava. A entrevista poderia servir de modelo, para elaboração de novos relatos e discussões de um tempo que marcou a todos e todas. Dentro de uma análise de gênero, pode-se perguntar aos relatos coletados como mulheres (inclusive, especificando em: mulheres brancas, negras, trans) se sentiram diante da pandemia.

Todos os relatos são disponibilizados no Repositório de Material Didático para o Ensino de História (REMADIH) da UNIFAL-MG.

LINK

Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/remadih/memorias-da-pandemia/>

Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICADO POR QUEM

Evelyn Soares de Abreu

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS E
SUGESTÕES DE
LEITURAS**

ACOSTA ORDOÑEZ, Daniel Sola. *El tercer género como garantía de los derechos de la población intersexual en Colombia*. 127 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidad Cooperativa de Colombia, Santiago de Cali, 2016.

ADAD, Shara J. H. C.; NASCIMENTO, Letícia C. P.; MARTINS, Lucivando R. Aprendizagens em educação e as diferenças: Resistências ao heteroterrorismo cultural: Que só os beijos te tapem a boca. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 8, p. 01-24, 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Hibisco roxo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Meio sol amarelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *No seu pescoço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas*. Um manifesto. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Trad. Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994, p. 92-99.

AGUILLAR GARCÍA, Teresa. El sistema sexo-género en los movimientos feministas. *Amnis*, Brest, n. 8, p. 01-11, 2008.

ALBAN, Carlos Eduardo. A questão intersexo diante do embate bioético entre autonomia e beneficência. In: BARRETTO, Vicente de Paulo; ZAGHLOUT, Sara Alacoque Guerra; MARQUES, Clarice Gonçalves Pires (org.). *Dimensões teóricas e práticas dos direitos humanos*. Porto Alegre: Fi, 2019, p. 119-136.

ALBERTI, Verena. Fontes. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida. *Dicionário de ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROSA, Rogério. *História Pública em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: Subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 4, p. 274-305, 2000.

ARAÚJO, Jair Bueno. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler. *Saber Acadêmico*, Presidente Prudente, n. 11, p. 33-38, 2011.

ARPINO, Danielli Marafigo. *Desentendimentos nas práticas discursivas do feminismo radical diante da transgeneridade*. 59 f. Monografia (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: Reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, v. 23, n. 1, p. 33-58, 2015.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*: Um manifesto. Trad. Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

AVEN. *Sobre a assexualidade*. 2001. Disponível em: <https://www.asexuality.org/?q=overview.html/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”*. Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Cisgenero-nos_discursos_feministas_uma_palavra_tao_defendida_tao_atacada_tao_pouco_entendida.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 1, p. 137-164, 2017.

BAGAGLIO, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais: Disputas pela significação da mulher no feminismo*. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BARBOSA, Luanna. Muxes: Entre localidade e globalidade: Transgeneridade em Juchitán, Istmo de Tehuantepec. *Mandrágora*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 05-30, 2016.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC – RJ. Rio de Janeiro, 2005.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENDA, Laura. *Por que usamos o conceito de gênero?* 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/por-que-usamos-o-conceito-de-genero>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Br. Sérgio. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História. Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2018.

BOLGUESE, Are. *Saiba tudo sobre a bissexualidade*. 2020. Disponível em: <https://zenklub.com.br/blog/amor/bissexualidade/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BONFIM, Cláudia Ramos de S. A condição histórico-social da mulher na perspectiva socialista: Um estudo das trajetórias de Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 285-301, 2013.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme J. de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BOTTON, Andressa et al. Sexo/sexismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 666-669.

BOTTON, Viviane Bagiotto. Muxes: Gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades. *Ecopolítica*, São Paulo, n. 17, p. 19-32, 2017.

BRASIL. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRIGADEIRO, Mauro. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. *Sexualidade, Saúde Social*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 253-283, 2013.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 213-230.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: Sobre os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 20. Ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 17. Ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. p. 313-322.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARREIRA, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. IN: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR., Roberto (Orgs.). *Educação é a base?* 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CARVALHO, Ana Catarina M. *A Assexualidade e a Orientação Romântica: Estudo Comparativo entre o Grupo Assexual Romântico e o Grupo Assexual Arromântico*. 69 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações) - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2019.

CARVALHO, Michele Chinelato; WERBA, Graziela Cucchiarelli. Não nos deixam falar, então não somos interrompidas: A linguagem sexista propagando a discriminação de gênero. *Conversas interdisciplinares*, Torres, v. 14, n. 1, p. 01-20, 2018.

CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (org.). *Ecofeminismos*. Fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: Mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 98-108, 2000.

CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. Romper binários de gênero e sexualidade: Ensaiar uma educação não binária. *Margens*, Abaetetuba, v. 11, n. 17, p. 108-124, 2017.

CAZARRÉ, M. *A “quarta onda do feminismo” nasce em 2015*. Revista Brasileiros. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015>. Acesso em maio de 2016.

CHASE, Cheryl. Hermafroditas con actitud: Cartografiando la emergencia del activismo político intersexual. *Debate Feminista*, Cidade do México, n. 47, p. 47-75, 2013.

CHIZIANE, Paulina. *As andorinhas*. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

CHIZIANE, Paulina. *Balada de amor ao vento*. Alfragide: Editorial Caminho, 2016.

CHIZIANE, Paulina. *Nikette*: Uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz*. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

CHIZIANE, Paulina. *O canto dos escravizados*. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

CHIZIANE, Paulina. *Ventos do apocalipse*. Alfragide: Editorial Caminho, 1999.

CHIZIANE, Paulina; MARTINS, Mariana. *Ngoma Yethu*. O curandeiro e o Novo Testamento. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

CHIZIANE, Paulina; PITA, Rasta. *Por quem vibram os tambores do além?* Maputo: Índico, 2013.

CHIZIANE, Paulina; SILVA, Maria do Carmo da. *Na mão de Deus*. Alfragide: Editorial Caminho, 2012.

COBOS ALCÁZAR, Abel. *Hijras, entre los discursos occidentales y la realidad*: El difícil encaje de la emancipación LGTBI occidental y el tercer género indio. 40 f. Monografia (Graduação em Humanidades) - Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 2018.

- COLLING, Ana. A construção da história do Feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N; CABEDA, Sonia T. L.; PREHN, Denise R. **Gênero e Cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: A significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 51, p. 01-23, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 06-17, 2017.
- CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.
- CORRÊA, Otávio Amaral da S. A transexualidade como terceiro sexo e a divindade às Hijras. **REBEH**, Cuiabá, v. 3, n. 10, p. 276-294, 2020.
- CORZO-JOYA, D. A. Ecofeminismos: una alianza entre el feminismo y la naturaleza. **Ideas verdes: Análisis político**, Bogotá, n.15. p.1-19, 2019.
- COSTA, Claudia C. N. da. *et al.* **Precisamos falar sobre bissexualidade**. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/precisamos-falar-sobre-bissexualidade/>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- COSTA, Lucas P. A.; GOMES, Renan A.; MELO, Mônica S. de S. Dos imaginários românticos e de sua construção sîgnica em *La Liberté Guidant le Peuple*. **Signótica**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 475-494, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: Interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Trad. Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Trad. Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène et al (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 173-178.
- DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, v. 39, p. 113-129, 2019.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*. Trad. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ESCOBAR, Geanine Vargas; BAPTISTA, Maria Manuel R. T. Lesbianidade negra, interseccionalidades e o pensamento descolonizado. In: LISBOA Fo., Flavi Ferreira; SILVA, Thomas Josue (Org.). *Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais* Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife, v. 6, n. 5, p. 08-31, 2012.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Cuerpos sexuados*: La política de género y la construcción de la sexualidad. Barcelona: Melusina, 2006.
- FAUSTINO, Carmen; SOUZA, Elizandra (org.). *Pretextos de mulheres negras*. São Paulo: Mijba, 2013.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. L. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo. *Revista Digital Simonsen*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 108-121, 2017.
- FERNANDES, Estevão Rafael. Um debate sobre feminismos decoloniais e suas repercussões para pesquisas em povos indígenas no Brasil. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 38-51, 2019.
- FERRAMENTA FEMINISTA. *Feminismo liberal*: A vertente que nos mantém atadas ao patriarcado. Disponível em: <https://fermentofeminista.medium.com/feminismo-liberal-a-vertente-que-nos-mant%C3%A0m-atadas-ao-patriarcado-edf82766ded1>. Acesso em: 04 fev. 2021.

FERREIRA, Daniele da Silva. Construção da identidade de gênero: reflexões em contexto escolar. *Reflexões em contexto escolar*. 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0439.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Joanna B. W.; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther. (org.). *Tem Saída?* Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. p. 89-95.

FRANCO, Marielle. Diálogos difíceis... Violência contra a mulher – estruturante do modelo de exploração e acumulação. *Temáticas*, Campinas, v. 26, n. 52, p. 23-30, 2018.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: Resistir é pleonasma. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Ed. UFBA, 2018.

FRANCO, Marielle. O novo sempre vem. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/marielle-franco-o-novo-sempre-vem/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

FRANCO, Marielle. *UPP*. A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

FRANCO, Marielle; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rossana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: Os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: IBDU (org.). *Direito à cidade*: Uma outra visão de gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da História. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista*: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. p. 25-46.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

FRIEDAN, Betty. *Beyond Gender*: The New Politics of Work and Family. Johns Hopkins University Press, 1997.

GANDHI, Anuradha. *Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista*. Disponível em: Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gandhi/2006/correntes/02.htm>. Acesso em: 05 mar. 2021.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. *Revista Línguas e Letras*, Cascavel, v. 17, n. 35, p. 86-106, 2016.

GARCÍA-GRANERO, Marina. Deshacer el sexo: Más allá del binarismo varón-mujer. *Dilemata*, Madrid, n. 25, p. 253-263, 2017.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis : Vozes, 1985.

- GOMES, Romeu *et al.* Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. p. 340-352.
- GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe*, Brasília, v. 2, n. 5, p. 2, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. As amefricanas do Brasil e sua militância. *Maioria Falante*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 5, 1988.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. *Folhetim*, São Paulo, n. 253, p. 04, 22 de novembro de 1981.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje – Anpocs*, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- GOUGES, Olympe de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Interthesis, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 01-05, 2007.
- GRAÚNA, Graça. Entrevista com Graça Graúna, escritora indígena e professora da Universidade de Pernambuco: por Tarsila de Andrade Ribeiro Lima. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 136-149, 2015.
- GRAÚNA, Graça. *Tessituras da terra*. Belo Horizonte: M.E. Edições Alternativas, 2001.
- GREEN, James et. al. *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2016.
- GREER, Germaine. Pantomime dames. In: GREER. *The whole woman*. Londres: Transworld Publishers, 2000. p. 80-93.
- GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*. 2012. Disponível em: https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf. Acesso em 23 mar. 2021.
- GUADENZI, Paula. Intersexualidade: Entre saberes e intervenções. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 01-11, 2018.

GUEDES, Rebeca. **O conceito de gênero: uma aproximação possível para compreender a vida de homens e mulheres.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185061/mod_resource/content/3/Aula%20g%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os desafios da equidade: Reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 237-266, 2001/2002.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática do ensino de História.** Campinas/SP: Papyrus, 2012.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da Ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 05, p. 07-41, 1995.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo. **História pública e ensino de História.** São Paulo: Letra e Voz, 2021.

HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico Do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, bell. **Anseios: Raça, gênero e políticas culturais.** São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinado a transgredir.** A educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: Sabedoria prática.** São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, bell. **Meu crespo é de rainha.** São Paulo: Boitatá, 2018.

HOOKS, bell. **Minha dança tem história.** São Paulo: Boitatá, 2018.

HOOKS, bell. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*: Políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvi Libanio. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*: Políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- HOOKS, bell. *Olhares negros*: Raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, bell. *Teoria feminista*: Da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor*. Novas perspectivas. São Paulo: NT, 2021.
- INDIQUE UMA PRETA. *Potências (in)visíveis*: A realidade da mulher negra no mercado de trabalho. 2020. Disponível em: <https://readymag.com/u1818798514/2293759/>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- JAEGER, Melissa B. *et al.* Bissexualidade, bifobia e monossexismo: Problematizando enquadramentos. *Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 11, p. 01-16, 2019.
- JEFFREYS, Sheila. Transgender activism: A lesbian feminist perspective. *Journal of Lesbian Studies*, Filadélfia, v. 1, n. 3/4, p. 55-74, 1997.
- JESUS, Carolina M de. *Antologia pessoal*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- JESUS, Carolina M de. *Casa de alvenaria*: Diário de uma ex-favelada. Rio de Janeiro: Ed. Paulo Azevedo, 1961.
- JESUS, Carolina M de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- JESUS, Carolina M de. *Meu estranho diário*. São Paulo: Xamã, 1996.
- JESUS, Carolina M de. *Meu sonho é escrever...* São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018.
- JESUS, Carolina M de. *Onde estaes felicidade?* São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.
- JESUS, Carolina M de. *Quarto de despejo*: Diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- JESUS, Carolina M de. *Pedaços de fome*. São Paulo: Ed. Aquila, 1965.
- JESUS, Carolina M de. *Provérbios*. São Paulo, 1963.
- JESUS, Jaqueline G. de (org.). *Transfeminismo*: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.
- JESUS, Jaqueline G. de. *Orientações sobre identidade de gênero*: Conceitos e termos. Brasília, 2012.
- JESUS, Jaqueline G. de. *Ainda que tardia*: Escravidão e liberdade no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2016.
- JESUS, Jaqueline G. de. *Eu não sou uma mulher?* E outros discursos de Sojourner Truth. Belo Horizonte: Nandyala, 2019.

- JESUS, Jaqueline G. de. Gênero sem essencialismo: Feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 78, p. 241-257, 2014.
- JESUS, Jaqueline G. de. *Homofobia: Identificar e Prevenir*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- JESUS, Jaqueline G. de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 16, p. 101-123, 2014.
- JESUS, Jaqueline G. de. Xica Manicongo: A transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 01-11, 2019.
- JESUS, Jaqueline G. de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, Natal, v. 11, n. 2, p. 08-19, 2010.
- KAMBEBA, Márcia W. *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade*. São Paulo: Jandaíra, 2018.
- KAMBEBA, Márcia W. *Kumiçá Jenó: Narrativas poéticas de seres da floresta*. Underline Publishing, 2021.
- KAMBEBA, Márcia W. *O lugar do saber*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.
- KAMBEBA, Márcia W. *Saberes da floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- KHEEL, Marti. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, Daniela *et al.* (org.). *Ecofeminismos: Fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Editora Ape'Ku, 2019.
- KILOMGA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.
- KOLLONTAI, Alexandra. As relações entre os sexos e a luta de classe. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: Emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- KOLLONTAI, Alexandra. *O trabalho feminino no desenvolvimento da economia*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/trabalho.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- KOYAMA, Emi. *The transfeminist manifest*. Disponível em: <https://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- KRASOTA, Alisson Gebrim. *Uma noção de pessoa trans não-binária*. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. (org.). *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.
- LAURETIS, Teresa de. Através do espelho: Mulher, cinema e linguagem. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 96-122, 1993.

LEROY, Henrique Rodrigues; NAME, Leo; SPYER, Tereza. Zulma Palermo: A opção decolonial como um lugar-outro de pensamento. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22-43, 2019.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: Corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LINS, Beatriz A.; MACHADO, Bernardo F.; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais*: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LITERAFRO. *Conceição Evaristo*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina C. Travestis e transexuais: Corpos (trans)formados e produção da feminilidade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação*: Uma perspectiva pós-estruturalista: Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista*: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. p. 357-377.

MACHADO, Paula Sandrine. En los límites del género: Apuntes para una discusión acerca del sexo y el género ante los desafíos de la diversidad sexual. *Debate Feminista*, Cidade do México, n. 47, p. 22-30, 2013.

MACKINNON, Catharine A. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: Uma agenda para teoria. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 798-838, 2016.

MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, María Camila; SPYER, Tereza. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22-43, 2019.

MARAFON, Giovanna; SOUZA, Marina Castro e. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola? In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Educação democrática*: antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

MARASCIULO, Marília. *Cinco reflexões para entender o pensamento de Simone de Beauvoir*. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/01/5-reflexoes-para-entender-o-pensamento-de-simone-de-beauvoir.html>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MARTINI, Sandra; SILVA, Laércio da; WINGERT, Márcia. As intervenções cirúrgicas realizadas no Brasil em intersexuais recém-nascidos e o direito ao livre desenvolvimento de personalidade: A premente necessidade de mediação sanitária. *Derecho y Salud*, Córdoba, v. 4, n. 4, p. 119-128, 2019.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v. 4 n. 1, p. 231-245, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Trad. Costa. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP 2003.

MATOS, Marlise. Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: 38 Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. *Anais do 38 Encontro ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2014. p. 01-28.

McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place: Understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MEDEIROS, Leticia Moraes. *Gênero: Você entende o que significa?* 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero>. Acesso em: 08 mar. 2021.

MEDEIROS, Kenia Gusmão; REGIANI, Alvaro Ribeiro. O palimpsesto da cidadania e a educação histórica: Reflexões sobre ensino e aprendizagem de História. In: BUENO, André; CREMA, Everton; JAVIER, Nilson. *Ensino e aprendizagem histórica*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UNESPAR, 2020.

MELO, Talita Graziela R.; SOBREIRA, Maura Vanessa S. Identidade de gênero e orientação sexual: Perspectivas literárias. *Temas em saúde*, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 381-404, 2018.

MIGUEL, Luis F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, 2017.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-267, 2017.

MONTESANTI, Beatriz. ‘Maninterrupting’: a prática sexista de interromper uma mulher quando ela está falando. *Nexo Jornal*. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/28/%E2%80%98Maninterrupting%E2%80%99-a-pr%C3%A1tica-sexista-de-interromper-uma-mulher-quando-ela-est%C3%A1-falando>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MORAES, Maria Lygia Q. de. Raízes do feminismo político e embates atuais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 08-23, 2020.

MORAES, Livia de Cássia G. O “Empoderamento” como prática política feminista: fundamentos históricos e ideológicos. In: IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, 2018, São Paulo. *Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais*. São Paulo: USP, 2018. v. 1. p. 1-15.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Jenyffer. *Terra fértil*. São Paulo: Mijba, 2014.

NASCIMENTO, Letícia Carolina P. Eu não vou morrer: Solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Inter-Legere*, Natal, v. 3, n. 28, p. 01-22, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza de. Políticas de gênero e sexualidade na educação brasileira: crise hegemônica e novos eixos de disputa. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza de. *Os gêneros da escola: e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo*. Recife: Ed. UFPE, 2018.

OLIVEIRA, Ana Caroline A. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Interritórios*, Caruaru, v. 6 n. 10, p. 89-104, 2020.

OLIVEIRA, Mariana; BARBIERI, Luiz F. *STF permite criminalização da homofobia e da transfobia*. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara G. de. *Nem ao centro, nem à margem!* Corpos que escapam às normas de raça e gênero. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara G. de. *O diabo em forma de gente*: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Salvador: Devires, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. Conceituando o gênero: Os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje*: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. *La invención de las mujeres*: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: en la frontera, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. *A invenção das mulheres*: Uma perspectiva africana sobre os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PACHAMAMA, Aline do C. R. *Guerreiras*: Mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas na aldeia. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2018.

PACHAMAMA, Aline do C. R. Memórias de uma juventude: o rock nacional dos anos 80. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 24, n. 44, p. 29-60, 2011.

PACHAMAMA, Aline do C. R.; PURI, Marcos A. *Morukah Puky*: Sabedoria e espiritualidade do povo Puri. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2017.

PACHAMAMA, Aline do C. R. *Pachamama*: A poesia é a alma de quem escreve. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2015.

PACHAMAMA, Aline do C. R. *Taynôh*: O menino que tinha cem anos. Rio de Janeiro: Editora Pachamama, 2018.

PACHAMAMA, Aline do C. R. Voz, expressão e canção: A juventude urbana e o rock nacional dos anos 1980. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão, v. 40, p. 05-20, 2012.

PAHO; Who. *Promotion of Sexual Health*: Recommendations for Action. Antigua Guatemala: PAHO, 2000.

PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). *Revista de Estudios Bolivianos*, Pitsburgo, v. 21, p. 100-115, 2015.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino*: Desde el feminismo comunitario. 2. ed. Cidade do México: Mujeres Creando Comunidad, 2014.

- PASINATO, Wânia. Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 05-14, 2007.
- PAULINO-PEREIRA, Fernando C.; SANTOS, Lara Gabriella A. dos; MENDES, Sarah Cristina C. Gênero e identidade: Possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 29, p. 01-10, 2017.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010
- PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova história das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PEDROSA, Clara Cristina Cruz; MONT'AVÃO, Victória Diamantino Ferreira. Novas fronteiras no feminismo: O feminismo indígena. *Percorso*, Curitiba, v. 1, n. 20, p. 75-81, 2017.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PEREIRA, Amilcar; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2013.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: Passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.
- PERES, William Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos político. In: SOUZA, Luiz Antônio F. de; SABATINE, Thiago Teixeira S.; MAGALHÃES, Boris Ribeiro (orgs.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2011.
- PÉREZ NAVARRO, Pablo. Feminismo Radical y Culturas: Límites de la diferencia sexual. *Revista Latino Americana de Geografía e Género*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 210-221, 2018.
- PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. *A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva*. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. 4. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIRES, Laura. *Dicionário de sexualidades*. Um guia incompleto. Disponível em: <https://medium.com/@laurampires/dicion%C3%A1rio-de-sexualidades-um-guia-incompleto-f49b72b74220>. Acesso em: 02 mar. 2020.

PORTAL DA UFJF. *Subvertendo as normas de raça e de gênero na academia*. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/08/subvertendo-as-normas-de-raca-e-de-genero-na-academia>. Acesso em: 20 abr. 2021.

POTIGUARA, Eliane. *A cura da terra*. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

POTIGUARA, Eliane. *A terra é a mãe do índio*. Rio de Janeiro: Grumin, 1989.

POTIGUARA, Eliane. *Akajutibiró*. Terra do índio Potiguara. Rio de Janeiro: Grumin, 1994.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global Editora, 2004.

POTIGUARA, Eliane. *O coco que guardava a noite*. São Paulo: Mundo Mirim, 2012.

POTIGUARA, Eliane. *O pássaro encantado*. São Paulo: Jujuba, 2014.

PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual*. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAMOS, Regiane Corrêa de O. The voice of an India trans woman: A *Hijra* autobiography. *Indialogs*, Barcelona, v. 5, p. 71-88, 2018.

RAYMOND, Janice. *The transsexual empire*: The making of the she-male. Nova York: Teachers College Press, 1994.

REIS, Daniele Fernandes. Ideias fundamentais subversivas de gênero em Beauvoir e Butler. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 360-367, 2013.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários, identidades, expressões e educação. *Rev. Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 07-25, 2016.

REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RIBEIRO, Diana Raffaella K. Identidade Lésbica Diversa e Relacional: As Multiplicidades das Existências e as Várias Formas de Resistir. *REBEH*, Redenção, v. 2, n. 4, p. 121-128, 2019.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Barreiras, v. 1, n. 03, p. 57-76, 2021.

RIBEIRO, Djamila *et al.* Djamila Ribeiro: Uma voz para nosso tempo. Entrevista com Djamila Ribeiro. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 278-291, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

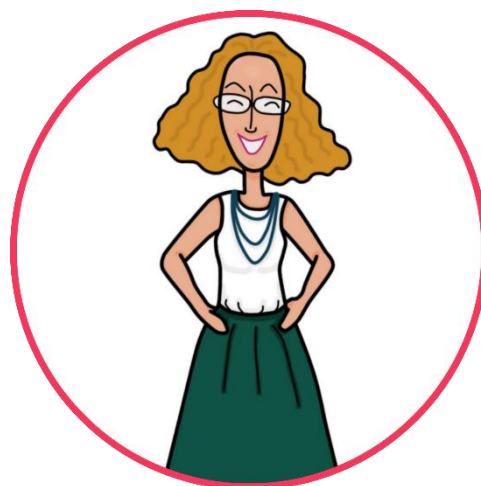
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Natal, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2012.
- ROSE, Gillian. *Feminism & geography*. The limits of geographical knowledge. Cambridge. Polity Press, 1993.
- ROVAI, Marta Gouveia de O. “A gente é pessoal”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 01-28, 2020.
- ROVAI, Marta Gouveia de O. Educação para a diversidade de gênero e sexualidade: refletindo sobre práticas e discursos. *Revista Ciências Humanas*. Unitaú, Taubaté, v. 10, ed. 20, p.47-55, Dez. 2017.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Livia Nascimento. História das Mulheres e História Pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. **REHR: Revista História em Reflexão**, Dourados, MS, v. 14, n. 27, p. 206-230, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12358/6084>. Acesso em 10/04/2021. Acesso em: 15 abr. 2021.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MEDEIROS, Kênia G. Saberes, experiências e diálogos: ensino de história, gênero e história pública. *Ensino & Pesquisa*, União da Vitória, v. 19, n.1, p. 138-153, jan./abr., 2021.
- ROZENTHAL, Eduardo. Assexualidade: um olhar psicanalítico para o futuro. *Cad. Psicanálise.*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 38, p. 111-124, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*: Mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SALES, Adriana; LOPES, Herbert de Proença; PERES, Wiliam Siqueira. Despatologizando as travestilidades e transexualidades: Saúde mental e direitos. *Periódicus*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 56-72, 2016.
- SALGADO, Raquel G.; Mariano, Carmen L. S.; SOUZA, Leonardo L. *Gênero, sexualidade, diversidade e educação*. Cuiabá: EdUFMT, 2016.
- SANTOS, Ana Lúcia. Para lá do binarismo: O intersexo como desafio epistemológico e político. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 102, p. 03-20, 2013.
- SANTOS, Maria Guadalupe. O feminismo e suas ondas. *Revista Cult*, São Paulo, n. 219, 2017.
- SCOTT, Joan W. Experiência. In: LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tania Regina Oliveira; SILVA, Alcione Leite (Org.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 31.

- SCOTT, Joan W. Gênero e as Políticas da História: Trinta anos depois. In: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; ZARBATO, Jaqueline Ap. M. ***História das Mulheres no Centro Oeste***: Trajetórias e desafios. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020.
- SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. ***Educação e Realidade***, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) ***A escrita da História***: Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. ***Estudos Feministas***, Florianópolis, 13(1), p. 11-30, jan-abr/2005.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do armário. ***Cadernos Pagu***, Campinas, v. 28, p. 19-54, 2007.
- SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, J. Práticas conservadoras: suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. ***Periferia*** (Duque de Caxias), v. 9, p. 16-37, 2017.
- SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical: Pensamento e movimento. ***Textura***, Cruz das Almas, v. 3, n. 1, p. 24-34, 2008.
- SILVA, Felipe Cazeiro; SOUZA, Emilly Mel F. de, BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. ***Rev. Estud. Fem.***, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.
- SILVA, Lielton Maia S.; DUARTE, Sandra Mary; GOMES Fo, Antoniel dos Santos (org.). ***Violência de Gênero***: resistência em tempos de crise no Brasil. João Pessoa: Ideia, 2017.
- SIQUEIRA, Deis. “Prefácio”. In: BENTO, Berenice. ***A (re)invenção do corpo sexualidade e gênero na experiência transexual***. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 11-18.
- SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: Desafios para a psicologia política. ***Psicologia em Revista***, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. ***Rev. Bras. De História***, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres uma entrevista com Rachel Soihet. ***Revista de História***, Salvador, v. 3, n. 1, p. 120-124, 2011.
- SOLNIT, Rebecca. ***Os homens explicam coisas para mim***: os fatos não ficaram em seu caminho. São Paulo: Cultrix, 2017.
- SOUSA, Priscila de Freitas. Há diferenças entre travestis e transexuais femininas? Breve conceituação dos termos. ***Faculdade Cearense em Revista***, Fortaleza, v. 9, p. 01-10, 2015.
- SOUZA, Leonardo I; GALINDO, Dolores. ***Gênero e diversidade na escola***. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

- SOUZA, Diego Gomes. **Diversidade sexual e de gênero no ensino de História: encontros e desencontros entre transversalidade e disciplinaridade.** Niterói (RJ): PROFHISTORIA/UFF, 2020.
- SPARGO, Tamsin. **Foucault y la teoría queer.** Barcelona: Gedisa, 2004.
- SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. p. 250-268.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.
- VIEIRA, Paulo Jorge. Cidades e (Homo)sexualidades: heterotopias e constelações lésbicas e gays em espaços urbanos. In: SILVA, Maria Joseli; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro. (org.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 241-259.
- XAVIER, José Carlos C. **Múltiplos olhares para a homoafetividade no ambiente escolar.** São Paulo: Mentis Abertas, 2020.
- WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras: Um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Criola, 2010.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 08-17, 2010.
- WERNECK, Jurema. **O samba segundo os ialodês: Mulheres negras e cultura midiática.** São Paulo: Hucitec, 2020.
- WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.
- WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Org.). **Mulheres Negras na Primeira Pessoa.** Porto Alegre: Redes Editora, 2012.
- WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda; BATISTA, Luis Eduardo. (Org.). **Saúde da População Negra.** 2. ed. BRASÍLIA: ABPN, 2012.
- WERNECK, Jurema; WHITE, Evelyn C.; MENDONÇA, Maisa L. (Org.). **O Livro da Saúde das Mulheres Negras: Nossos passos vêm de longe.** Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2000.
- WOODWARD, Karthryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 9. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 7-72.
- YOUTUBE. **Feminismo liberal: como a vertente nos mantém atadas ao patriarcado.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3GJpNCamDIA>. Acesso em: 28 jan. 2020.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

LÍVIA
NASCIMENTO
MONTEIRO



Professora Adjunta de Prática de Ensino de História e Supervisora do Estágio obrigatório no curso de História da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG. Professora Colaboradora no ProfHistória - Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Federal Fluminense. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2016), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora-MG (2007). Participa do grupo de pesquisa Cultna - Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura Negra no Atlântico - coordenado pela profa. dra. Martha Abreu e do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH. É vice-líder do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio e coordenadora do Grupo de Estudos Gênero, diversidade e afeto, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). É coordenadora do projeto Residência Pedagógica, do curso de História da Unifal-MG entre 2020-2022. Participa do Núcleo de Atenção à Mulher (NAM-UNIFAL) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-Unifal-MG). É integrante da Rede Brasileira de História Pública. Produtora e roteirista do documentário *Dos Grilhões aos Guizos. Festa de maio e as narrativas do passado*, fruto de sua tese de doutorado, em parceria com a Narre Produções e a Associação de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande-MG. Email: livia.monteiro@unifal-mg.edu.br

**MARTA
GOUVEIA DE
OLIVEIRA ROVAI**



Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Diversitas, na Universidade de São Paulo (USP) e professor visitante no Mestrado da Universidade de Montes Claros (Unimontes-MG). Foi professora substituta na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), da Universidade de São Paulo e do Formatio (Processos de Formação e Profissionalidade Docente (Formatio/UNIFAL). É líder do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio e coordenadora do Grupo de Estudos História Gênero, diversidade e afeto, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). É coordenadora institucional do PIBID/UNIFAL desde 2015. É integrante da Rede Brasileira de História Pública. Diretora regional sudeste da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e vice-coordenadora do GT de Gênero da ANPUH-MG. Coordenadora do Núcleo de Atenção à Mulher (NAM-UNIFAL). É autora de artigos e livros ligados à história oral, ditadura militar, História Pública, relações de gênero, raça e sexualidade, educação e direitos humanos. Email: marta.rovai@unifal-mg.edu.br

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Adriély Aparecida Feliciano – É natural de Alfenas – MG, tem 23 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero e História Pública. Email: adriely.feliciano@sou.unifal-mg.edu.br

Cristiane Maria de Oliveira – É natural da cidade de Areado – MG, tem 40 anos. Formou-se em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, História do Brasil e História Oral. Email: cristiane.maria@sou.unifal-mg.edu.br

Diego Mateus Ferreira – É natural da cidade de Campo do Meio – MG, tem 25 anos. É graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, história LGBTQIA+. Email: diego.ferreira@sou.unifal-mg.edu.br

Drielly Bezerra Café – É natural da cidade de Limeira – SP, tem 25 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero e Sexualidade, História Cultural, História Pública e Ensino de História. Email: drielly.cafe@sou.unifal-mg.edu.br/driellycafe@gmail.com

Eulália Maria Rabelo Duarte – É natural da cidade de Campos Gerais – MG, tem 19 anos. É graduanda em História em pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, História da educação, História Pública e História Oral. Email: eulalia.duarte@sou.unifal-mg.edu.br

Evelyn Soares de Abreu – É natural de Campinas - SP, tem 39 anos. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Alfenas. É professora do Ensino Fundamental em Alfenas. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, Memórias, História Pública. Email: evelyn.abreu@sou.unifal-mg.edu.br

Gabriela Alves Oliveira – É natural da cidade de Campos Gerais – MG, tem 19 anos. É graduanda em História em pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero e História da educação. Email: gabriela.alves@sou.unifal-mg.edu.br

Gian Carlo Camilo Telles – É natural da cidade de São Paulo – SP, tem 20 anos. É graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, História do movimento negro, e minorias na baixa idade média. Email: gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br

Gustavo Barcelo de Melo – É natural da cidade de São João del Rei – MG, tem 19 anos. É graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, raça e sexualidade, educação e Ditadura Cívico-Militar brasileira. Email: gustavo.melo@sou.unifal-mg.edu.br

Isabella Sampaio de Carvalho – É natural da cidade de Sertãozinho – SP, tem 22 anos. É graduanda em História pela Universidade de Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero e Sexualidade, História Cultural, História Publica e Ensino de História. Email: isabella.sampaio@sou.unifal-mg.edu.br/
isabellasampaio951@gmail.com

João Otávio Brasileiro Martins – É natural da cidade de Varginha – MG, tem 22 anos. É graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Sexualidade e Gênero, História da Educação, Ensino de História e História Cultural. Email: joao.martins@sou.unifal-mg.edu.br/
joaootaviorbm@gmail.com

José Luiz Alves Neto – É natural da cidade de Campinas – SP, tem 24 anos. É graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é em Gênero e Sexualidade na Geografia e epistemologia da Geografia. Email: jose.alves@sou.unifal-mg.edu.br

Juliano dos Reis da Silva – É natural da cidade de Areado – MG, tem 34 anos. Formou-se em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). É graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, História do Brasil e História Oral. Email: juliano.reis@sou.unifal-mg.edu.br

Larissa das Graças Fernandes – É natural da cidade de Campo do Meio – MG, tem 22 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Ditadura Civil Militar brasileira e Gênero. Email: larissa.fernandes@sou.unifal-mg.edu.br

Luara Conceição Santos – É natural da cidade de Brazópolis – MG. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é História, Sexualidade e Gênero. Email: luara.santos@sou.unifal-mg.edu.br

Lucas da Silva Borges – É natural da cidade de Alfenas – MG, tem 21 anos. É graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é História, Gênero Ditadura Civil Militar brasileira e história LGBTQIA+ no Brasil. Email: lucas.borges@sou.unifal-mg.edu.br

Luís Mauro de Paiva Santos – É natural da cidade de Natércia – MG, tem 26 anos. É graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero e raça, História do movimento LGBTQIA+, política públicas e direitos da população LGBTQIA+. Email: luis.paiva@sou.unifal-mg.edu.br

Marcella Muche Girão – É natural da cidade de São Paulo – SP, tem 22 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, História Pública e História Oral. Email: marcella.girao@sou.unifal-mg.edu.br

Maria Fernanda de Lima Silva – É natural da cidade de Poço Fundo – MG, tem 23 anos. É graduanda em História em pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Ditadura Civil Militar brasileira, gênero e História pública. Email: mariafernanda.lima@sou.unifal-mg.edu.br

Mariana Aparecida Rodrigues – É natural da cidade de Pontal – SP, tem 21 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero e Educação. Email: mariana.aparecida@sou.unifal-mg.edu.br

Milena Magalhães da Silva – É natural da cidade de Nova Resende – MG, tem 22 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero, História do Brasil e as Grandes Guerras. Email: milena.magalhaes@sou.unifal-mg.edu.br

Tainara dos Reis Tavares – É natural de Areado, Minas Gerais, tem 23 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas. Seu interesse de pesquisa é História da África. Email: tainaratavarsrts@gmail.com

Tariny da Silva Dias Leite – É natural da cidade de São Paulo – SP. Tem 31 anos. É graduanda em História em pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é Gênero e História da educação. Email: tariny.leite@sou.unifal-mg.edu.br/tarinydias_@hotmail.com

Vanderlea dos Santos Resende – É natural da cidade de Entre Rios de Minas – MG, tem 22 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é História, participação das mulheres socialistas nas revoluções em África. Email: vanderlea.resende@sou.unifal-mg.edu.br

Verônica Costa Silva – É natural de Aiuruoca – MG, tem 20 anos. É graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Seu interesse de pesquisa é História do Brasil e as reformas religiosas. Email: veronica.costa@sou.unifal-mg.edu.br

SOBRE O ILUSTRADOR

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato – É natural de Santa Rosa de Viterbo – SP, tem 21 anos. É graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Assina as ilustrações como Triodite Astarte Partenos. Seu interesse de pesquisa é Gênero e Sexualidade, Representações, Colonialidade e Movimento LGBTQIA+. Instagram de desenhos: [instagram.com/triodite_partenos](https://www.instagram.com/triodite_partenos). E-mail: gabriel.simionato@sou.unifal-mg.edu.br/gdf.simionato@gmail.com

ISBN: 978-65-86489-47-7

CD



9 786586 489477